



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO / CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES  
APRENDENTES**

**KELLY REGINA LIMA DE LIMA**

**PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL NO PODER JUDICIÁRIO:  
os impactos da implantação no Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
(2016/2020)**

**JOÃO PESSOA  
2020**

**KELLY REGINA LIMA DE LIMA**

**PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL NO PODER JUDICIÁRIO:  
os impactos da implantação no Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
(2016/2020)**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão nas Organizações Aprendentes.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rita de  
Cássia de Faria Pereira

**JOÃO PESSOA  
2020**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

L732p Lima, Kelly Regina Lima de.  
Plano de Logística Sustentável: os impactos da  
implantação no Tribunal de Justiça do Estado do Pará /  
Kelly Regina Lima de Lima. - João Pessoa, 2020.  
162 f. : il.

Orientação: Rita de Cássia de Faria Pereira.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/Educação.

1. Plano de Logística Sustentável. Justiça Estadual. I.  
Pereira, Rita de Cássia de Faria. II. Título.

UFPB/BC

**KELLY REGINA LIMA DE LIMA**

**PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL NO PODER JUDICIÁRIO:  
os impactos da implantação no Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
(2016/2020)**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão nas Organizações Aprendentes.

**Data da defesa: 13/08/2020**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rita de Cássia de Faria Pereira  
Orientadora-UFPB/MPGOA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Lucilene Klenia Rodrigues Bandeira  
Examinador Interno– UFPB/MPGOA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho  
Examinador Externo – UFPB/DAdm

*Emitido em 13/08/2020*

FOLHA Nº 28/2020 - MPGOA (11.01.18.32)  
(Nº do Documento: 28)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

*(Assinado digitalmente em 25/08/2020 14:54 )*  
RITA DE CASSIA DE FARIA PEREIRA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
1514367

*(Assinado digitalmente em 24/08/2020 18:30 )*  
LUCILENE KLENIA RODRIGUES BANDEIRA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
2739440

*(Assinado digitalmente em 25/08/2020 09:05 )*  
ANA LUCIA DE ARAUJO LIMA COELHO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
1346570

Dedico esta pesquisa a minha mãe e ao meu pai, meus eternos companheiros, amigos e incentivadores de uma vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pela vida e pela oportunidade da aprovação na concorrida seleção de mestrado do MPGOA na Universidade Federal da Paraíba.

Essa experiência mudou a minha vida para melhor em todos os sentidos. A oportunidade de morar em João Pessoa e viver essa cidade e o Nordeste, foi muito gratificante e engrandecedor.

Agradeço aos meus familiares pelo apoio irrestrito, em especial aos meus pais, Reginaldo e Josete, pelo incentivo constante e pelo amor incondicional.

À minha irmã Josely, meu cunhado Bruno, meu sobrinho Pedro e minha prima Pollyanna e às amigas Luana e Mayra que partiram de Belém do Pará para me visitar em João Pessoa.

Ao meu Marcelo por todo o apoio nesta jornada, me incentivando sempre e sendo luz na minha vida.

Aos meus colegas de turma pelo encorajamento recebido, em especial Karol e Mapu, parceiras de seminários, de viagens e de longas conversas, amigas que levarei para vida inteira.

À Professora da UERN e amiga Aldinez Dantas pelo incentivo no momento mais difícil no primeiro ano do mestrado e que me fez lembrar que discentes têm não só deveres, mas direitos.

À amiga Aldilene Dantas pelo incentivo para a escrita desta dissertação.

À professora Rita de Cássia Pereira, minha orientadora, por ter aceitado me orientar quando solicitei e pelos grandes ensinamentos em sala de aula aos sábados de manhã, sempre acompanhado de café quentinho.

À professora Lucilene Klenia Bandeira, por ter expandido meus horizontes nas aulas de Inovação Organizacional e na qualificação desta pesquisa, e, também por ser inspiração para prosseguir e buscar sempre o melhor.

À professora Ana Lúcia Coelho pelos textos indicados e orientações dadas na fase de qualificação desta pesquisa.

Aos meus colegas da Vara do Tribunal do Júri de Ananindeua, no Pará, por terem me apoiado para a nova fase acadêmica da minha vida.

Aos servidores da Coordenadoria de Desenvolvimento do TJ/PA pelo acompanhamento durante a licença-estudo, em especial a Jean e Virgínia pelo incentivo no início desta jornada.

Agradeço a todos aqueles que puderam colaborar com as entrevistas desta pesquisa.

Minha absoluta gratidão!



“Tudo aquilo que o homem ignora, não  
existe para ele. Por isso o universo de  
cada um, se resume no tamanho do seu  
saber”.

*(Autoria não confirmada)*

## RESUMO

O tema políticas públicas na área socioambiental no Poder Judiciário está cada vez mais presente em reuniões que buscam a melhoria contínua do sistema de justiça brasileiro. A instituição da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 201, de 03 de março de 2015, foi o ponto de partida para que o Judiciário adotasse um Plano de Logística Sustentável, inserindo-o como instrumento vinculado ao planejamento estratégico dos Tribunais. Neste contexto o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJ/PA) implantou o seu primeiro Plano de Logística Sustentável (PLS), com período de vigência de cinco anos (2016/2020), contendo metas, indicadores e prazos. A partir disso, desenhou-se um horizonte de desafios para os gestores públicos responsáveis pelas ações previstas nos treze planos sustentáveis estabelecidos. Mediante pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevistas semiestruturadas com os gestores públicos vinculados, com enfoque exploratório e descritivo e abordagem qualitativa, esta pesquisa buscou investigar os impactos da implantação do primeiro PLS do TJ/PA, descrevendo a difusão da pauta sustentabilidade no Poder Judiciário, identificando os desafios e as facilidades encontradas pelos gestores e propondo ações para inibir ou diminuir as dificuldades encontradas, a fim de contribuir para a construção do novo PLS a ser implantado a partir de 2021. Com a análise dos dados da pesquisa foi possível concluir que o envolvimento da alta administração do Tribunal, a melhor conscientização do corpo funcional sobre a temática da sustentabilidade e a mudança de alguns processos de trabalho, são diferenciais de uma gestão pública que conduz para a construção de um tribunal sustentável, onde os administradores passam a ser os principais agentes de mudança.

**Palavras-Chave:** Plano de Logística Sustentável. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Poder Judiciário. Justiça estadual. Gestão socioambiental. Planos de ações sustentáveis.

## ABSTRACT

The theme of public policies in the socio-environmental area in the Judiciary is increasingly present in meetings that seek the continuous improvement of the Brazilian justice system. The institution of Resolution of the National Council of Justice No. 201, of March 3, 2015, was the starting point for the Judiciary to adopt a Sustainable Logistics Plan, inserting it as an instrument linked to the strategic planning of the Courts. In this context, the Pará State Court of Justice (TJ/PA) implemented its first Sustainable Logistics Plan (PLS), with a five-year term (2016/2020), containing goals, indicators and deadlines. From this, a horizon of challenges was designed for the public managers responsible for the actions provided for in the thirteen sustainable plans established. Through bibliographic research, documentary analysis, semi-structured interviews with the linked public managers, with an exploratory and descriptive focus and a qualitative approach, this research sought to investigate the impacts of the implementation of the first PLS of the TJ / PA, describing the diffusion of the sustainability agenda in the Judiciary, identifying the challenges and facilities encountered by managers and proposing actions to inhibit or reduce the difficulties encountered, in order to contribute to the construction of the new PLS to be implemented from 2021. With the analysis of the research data it was possible to conclude that the involvement of the Court's top management, better awareness of the staff on the theme of sustainability and the change of some work processes, are differentials of public management that leads to the construction of a sustainable court, where the administrators become the main agents of change.

**Keywords:** Sustainable Logistics Plan. Court of Justice of the State of Pará. Judiciary. State justice. Socio-environmental management. Sustainable action plans.

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 – Quantidade de papel branco.....                            | 58  |
| Gráfico 2 – Consumo copo descartável (200ml).....                      | 61  |
| Gráfico 3 – Consumo copo descartável (50ml).....                       | 61  |
| Gráfico 4 – Gasto com água envasada.....                               | 62  |
| Gráfico 5 – Gasto com aquisição de suprimentos.....                    | 64  |
| Gráfico 6 – Impressão de documentos totais por ano.....                | 66  |
| Gráfico 7 – Consumo de energia elétrica.....                           | 69  |
| Gráfico 8 – Consumo de energia elétrica por área construída.....       | 69  |
| Gráfico 9 – Consumo de água.....                                       | 73  |
| Gráfico 10 – Consumo de água por área construída.....                  | 73  |
| Gráfico 11 – Destinação de papel para reciclagem.....                  | 78  |
| Gráfico 12 – Destinação de plástico para reciclagem.....               | 79  |
| Gráfico 13 – Destinação de resíduos de saúde.....                      | 80  |
| Gráfico 14 – Destinação de pilhas e baterias.....                      | 80  |
| Gráfico 15 – Qualidade de vida e ações solidárias.....                 | 85  |
| Gráfico 16 – Ações de inclusão.....                                    | 87  |
| Gráfico 17 – Serviços de telefonia.....                                | 90  |
| Gráfico 18 – Serviços de vigilância.....                               | 92  |
| Gráfico 19 – Gasto com material de limpeza.....                        | 95  |
| Gráfico 20 – Consumo de combustíveis.....                              | 98  |
| Gráfico 21 – Veículos para transporte de servidores e magistrados..... | 100 |
| Gráfico 22 – Gasto com reformas.....                                   | 103 |
| Gráfico 23 – Ações de capacitação em educação socioambiental.....      | 107 |

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                          |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Regiões Judiciárias do TJ/PA (1º grau).....                                                   | 41  |
| Figura 2 - Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 1).....         | 110 |
| Figura 3 - Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 2).....         | 111 |
| Figura 4 - Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 3).....         | 113 |
| Figura 5 - Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 4).....         | 114 |
| Figura 6 - Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 5).....         | 115 |
| Figura 7 - Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 6).....         | 117 |
| Figura 8 - Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 7).....         | 118 |
| Figura 9 - Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 8).....         | 119 |
| Figura 10 - Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 9).....        | 120 |
| Figura 11 - Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Planos 10 e 11)..... | 121 |
| Figura 12 - Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 12).....       | 122 |
| Figura 13 – Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 13).....       | 123 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                               |     |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1- Legislação ambiental aplicada à Administração Pública.....          | 32  |
| Quadro 2 – Cinco eixos temáticos da A3P.....                                  | 34  |
| Quadro 3 – Ranking por IDS.....                                               | 38  |
| Quadro 4 - Órgãos administrativos e órgãos do segundo grau.....               | 40  |
| Quadro 5 - Planos de ações sustentáveis contidos no PLS/PJPA (2016/2020)..... | 45  |
| Quadro 6 – Configuração dos respondentes.....                                 | 52  |
| Quadro 7 – Características do Plano 1 do PLS (2016/2020).....                 | 58  |
| Quadro 8 – Características do Plano 2 do PLS (2016/2020).....                 | 64  |
| Quadro 9 – Características do Plano 3 do PLS (2016/2020).....                 | 68  |
| Quadro 10 – Características do Plano 4 do PLS (2016/2020).....                | 72  |
| Quadro 11 – Características do Plano 5 do PLS (2016/2020).....                | 75  |
| Quadro 12 – Características do Plano 6 do PLS (2016/2020).....                | 84  |
| Quadro 13 – Características do Plano 7 do PLS (2016/2020).....                | 90  |
| Quadro 14 – Características do Plano 8 do PLS (2016/2020).....                | 91  |
| Quadro 15 – Características do Plano 9 do PLS (2016/2020).....                | 94  |
| Quadro 16 – Características do Plano 10 do PLS (2016/2020).....               | 98  |
| Quadro 17 – Características do Plano 11 do PLS (2016/2020).....               | 99  |
| Quadro 18 – Características do Plano 12 do PLS (2016/2020).....               | 102 |
| Quadro 19 – Características do Plano 13 do PLS (2016/2020).....               | 105 |
| Quadro 20 – Resumo descritivo de desafios e ações de melhoria.....            | 124 |

## LISTA DE PLANILHAS

|                                                                  |     |
|------------------------------------------------------------------|-----|
| Planilha 1 - Tema papel, copos descartáveis e água envasada..... | 63  |
| Planilha 2 - Tema impressão e equipamentos instalados.....       | 68  |
| Planilha 3 – Tema consumo e gasto com energia elétrica.....      | 71  |
| Planilha 4 – Tema consumo e gasto com água.....                  | 75  |
| Planilha 5 – Tema resíduos sólidos.....                          | 77  |
| Planilha 6 – Tema qualidade de vida.....                         | 90  |
| Planilha 7 – Tema serviços de telefonia.....                     | 91  |
| Planilha 8 – Tema vigilância.....                                | 91  |
| Planilha 9 – Tema limpeza.....                                   | 97  |
| Planilha 10 – Tema consumo de combustíveis.....                  | 99  |
| Planilha 11 – Tema uso sustentável de veículos.....              | 102 |
| Planilha 12 – Tema layout.....                                   | 105 |
| Planilha 13 – Tema capacitação.....                              | 108 |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

|                |                                                             |
|----------------|-------------------------------------------------------------|
| A3P            | Agenda Ambiental da Administração Pública                   |
| CEJUSC         | Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania       |
| CNJ            | Conselho Nacional de Justiça                                |
| COSANPA        | Companhia de Saneamento do Pará                             |
| DPJ            | Departamento de Pesquisas Judiciárias                       |
| EMATER         | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural             |
| GP             | Gabinete da Presidência                                     |
| IDS            | Índice de Desempenho de Sustentabilidade                    |
| kWh            | quilowatt-hora                                              |
| m <sup>2</sup> | metro quadrado                                              |
| m <sup>3</sup> | metro cúbico                                                |
| MMA            | Ministério do Meio Ambiente                                 |
| SEA            | Secretaria de Engenharia e Arquitetura                      |
| SEMA           | Secretaria Especial do Meio Ambiente                        |
| SESPA          | Secretaria de Estado da Saúde do Pará                       |
| SGP            | Secretaria de Gestão de Pessoas                             |
| STF            | Supremo Tribunal Federal                                    |
| ODS            | Objetivos do Desenvolvimento Sustentável                    |
| PJE            | Processo Judicial Eletrônico                                |
| PJPA           | Poder Judiciário do Pará                                    |
| PLS-JUD        | Plano de Logística Sustentável do Judiciário                |
| PLS-PJPA       | Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário Paraense |
| PEV            | Ponto de Entrega Voluntária                                 |
| UPJ            | Unidade de Processamento Judicial                           |



## SUMÁRIO

|                                                                                                        |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                                               | <b>18</b> |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>                                                                      | <b>22</b> |
| 2.1 ASPECTOS EVOLUTIVOS DA QUESTÃO AMBIENTAL.....                                                      | 22        |
| 2.2 GESTÃO AMBIENTAL.....                                                                              | 25        |
| 2.3 DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE.....                                                                 | 26        |
| 2.3.1 <i>Princípios Jurídicos Ambientais.....</i>                                                      | <i>28</i> |
| 2.3.2 <i>Normas Ambientais.....</i>                                                                    | <i>32</i> |
| 2.3.3 <i>A Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).....</i>                                    | <i>33</i> |
| 2.4 GESTÃO JUDICIÁRIA SUSTENTÁVEL.....                                                                 | 36        |
| 2.4.1 <i>O porte dos Tribunais de Justiça Estaduais.....</i>                                           | <i>37</i> |
| 2.5. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PARÁ (TJ/PA).....                                                 | 39        |
| 2.5.1 <i>Missão, Visão e Valores.....</i>                                                              | <i>39</i> |
| 2.5.2 <i>Organização administrativa e judicial (1º e 2º grau) e a força total de trabalho.....</i>     | <i>39</i> |
| 2.5.3 <i>Macrodesafios.....</i>                                                                        | <i>42</i> |
| 2.5.4 <i>A Sustentabilidade no TJ/PA.....</i>                                                          | <i>43</i> |
| 2.5.5 <i>O Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário Paraense – PLS/PJPA (2016/2020).....</i> | <i>45</i> |
| <b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>                                                              | <b>49</b> |
| 3.1 CONTEXTO GERAL.....                                                                                | 49        |
| 3.2 COLETA DE DADOS.....                                                                               | 50        |
| 3.3 ANÁLISE DE DADOS.....                                                                              | 52        |
| <b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....</b>                                                     | <b>54</b> |
| 4.1 DESCRIÇÃO DA DIFUSÃO DA PAUTA SUSTENTABILIDADE NO PODER JUDICIÁRIO.....                            | 54        |
| 4.2 IDENTIFICAÇÃO DOS DESAFIOS DE GESTÃO COM A IMPLANTAÇÃO DO PLS-PJPA (2016/2020).....                | 58        |
| 4.2.1 <i>Plano 1 - Gestão de uso sustentável dos materiais de consumo.....</i>                         | <i>58</i> |
| 4.2.2 <i>Plano 2 - Gestão da impressão de documentos e equipamentos instalados.....</i>                | <i>63</i> |
| 4.2.3 <i>Plano 3 - Gestão de consumo e gasto com energia elétrica.....</i>                             | <i>68</i> |

|                                                                                       |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.2.4 Plano 4 - Gestão do consumo e gasto com água.....                               | 72         |
| 4.2.5 Plano 5 - Gestão de resíduos sólidos.....                                       | 75         |
| 4.2.6 Plano 6 - Gestão da qualidade de vida no ambiente de trabalho.....              | 84         |
| 4.2.7 Plano 7 - Gestão de serviços de telefonia.....                                  | 90         |
| 4.2.8 Plano 8 - Gestão de serviços de vigilância.....                                 | 91         |
| 4.2.9 Plano 9 - Gestão de serviços de limpeza.....                                    | 94         |
| 4.2.10 Plano 10 - Gestão de consumo de combustíveis.....                              | 98         |
| 4.2.11 Plano 11 - Gestão do uso sustentável de veículos.....                          | 99         |
| 4.2.12 Plano 12 - Gestão do layout.....                                               | 102        |
| 4.2.13 Plano 13 - Gestão da capacitação de servidores em educação socioambiental..... | 105        |
| 4.3 SUGESTÕES DE PROPOSTAS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLS 2021/2025.....                    | 108        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                    | <b>128</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                               | <b>131</b> |
| <b>APÊNDICE A – GRÁFICOS COMPLEMENTARES.....</b>                                      | <b>140</b> |
| <b>APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....</b>                                      | <b>152</b> |
| <b>APÊNDICE C – TCLE.....</b>                                                         | <b>161</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

No Poder Judiciário brasileiro, a preocupação com políticas públicas na área socioambiental tornou-se mais presente com a publicação do primeiro ato normativo elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, com a função de controle externo do Poder Judiciário.

Esse ato, a Recomendação nº. 11 de 22 de maio de 2007, orientou os Tribunais do país a adotarem políticas públicas que visassem à formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, além de promover a educação ambiental do seu quadro funcional e dos jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente.

Com a Resolução CNJ nº 201, de 03 de março de 2015, revestiu-se de caráter obrigatório a orientação de outrora e, a esta altura, deu-se atenção para temas não abrangidos até então, como: a qualidade de vida do servidor, a qualidade do gasto público e a sustentabilidade.

A fim de garantir a execução dessas ações, a referida Resolução previu que todos os Tribunais criassem núcleos socioambientais e Planos de Logística Sustentável (PLS), visando à promoção do desenvolvimento sustentável.

O Plano de Logística Sustentável no Poder Judiciário (PLS-JUD) visa à promoção do desenvolvimento sustentável em vários aspectos, sendo instrumento vinculado ao planejamento estratégico, em que trata, de forma específica, das ações de sustentabilidade, metas, prazos, avaliação de resultados e formas de monitoramento.

No Judiciário Paraense foi constituída, por meio da Portaria nº 2417- Gabinete da Presidência (GP), de 25 de junho de 2015, a comissão gestora responsável pela condução do processo de implantação do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça do Pará (PLS-PJPA), período 2016 a 2020, bem como, na mesma data, ocorreu a criação do Núcleo Socioambiental por meio da Portaria nº 2451/2015 - GP.

A obrigatoriedade da instituição do PLS pelo sistema de justiça brasileiro uniformizou a prática de gerenciamento sustentável, com ele vieram os indicadores, as metas e as ações. Os indicadores são medidas utilizadas para mensurar o desempenho dos consumos e gastos administrativos do Tribunal em relação a sua estratégia de ação a médio e longo prazo; as metas são expressões numéricas que representam o nível de alcance desejado pelos indicadores dentro de determinado

objetivo, em certo tempo; e as ações são aquelas que delineiam os caminhos a serem seguidos para o alcance dos objetivos, dos indicadores e das metas (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ, 2015).

Dentro deste panorama, os temas que deveriam ser alvo de gerenciamento de ações sustentáveis, conforme previsto na Resolução CNJ nº 201 compreendem, principalmente, uso eficiente de insumos e materiais, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, qualidade de vida no trabalho, sensibilização e capacitação contínua de diversas partes interessadas, contratações sustentáveis, deslocamento de pessoal, bens e materiais de maneira a reduzir gastos e emissões de substâncias poluentes.

No discurso de abertura do XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrido em 03 de dezembro de 2018, em Foz do Iguaçu/PR, o Ministro Dias Toffoli, atual presidente do Conselho Nacional de Justiça e Supremo Tribunal Federal, destacou a importância de se incluir no planejamento estratégico do Poder Judiciário para início em 2020, as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Trata-se, a Agenda 2030, de um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade em busca de fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Por meio da Portaria nº 133/2018, o CNJ instituiu o Comitê Interinstitucional destinado a avaliar a integração das metas do Poder Judiciário às metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e elaborar relatório de trabalho com apoio de todos os Tribunais do País (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019).

O tema do ODS 16 é “Paz, Justiça e Instituições fortes” e apresenta como objetivo (BRASIL, 2017, p. 22): “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, além de proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.

Neste cenário, percebe-se a necessidade da justiça brasileira de debater e comprometer com as questões sustentáveis, porém, há de se ressaltar que esta pesquisa limitar-se-á ao estudo da gestão pública sustentável no Poder Judiciário, notadamente no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

O Plano de Logística Sustentável, como instrumento do planejamento estratégico do TJ/PA, serve como diretriz para que os setores responsáveis pela condução dos planos de ações sustentáveis possam acompanhar o alcance das metas, indicadores e prazos.

Por meio deste Plano busca-se a construção de um judiciário estadual sustentável, a partir de uma gestão participativa que inclui gestores de diversas áreas estratégicas do Tribunal. Assim, desenhou-se um horizonte de desafios a partir da reunião de treze planos de ações sustentáveis, sobre os quais esta pesquisa buscou se debruçar.

Para tanto, como objetivo geral buscou investigar os impactos da implantação do PLS do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (2016/2020), tendo como objetivos específicos descrever a difusão da pauta sustentabilidade no Poder Judiciário; identificar os desafios e as facilidades encontradas pelos gestores e, por fim, sugerir propostas de inovação que inibam ou diminuam as dificuldades encontradas pelos gestores no PLS-PJPA (2016/2020).

A questão ambiental não diz respeito apenas à proteção e conservação dos recursos naturais, mas também à compreensão e ampliação do conceito de ambiente que considera o espaço com todas as suas relações e interações. Sachs (2002), por exemplo, utilizou oito tipos de sustentabilidade (social, econômica, ecológica, espacial, territorial, cultural, política nacional e política internacional) para apresentar as dimensões do que denomina ecodesenvolvimento. No meio organizacional tornou-se mais conveniente pensar na sustentabilidade como “Triple Bottom Line” que envolve as dimensões ambiental, social e econômica (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014).

O engajamento e comprometimento, pelo Poder Judiciário, à causa ambiental torna-se uma ação importante para que se erga um movimento positivo na sociedade, porém é tema ainda recente, carecendo de maior atenção e estudos para a melhoria dos Índices de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), mormente o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, objeto de estudo nesta pesquisa.

O TJ/PA que tem como um dos seus valores a responsabilidade socioambiental, ocupa atualmente a 49ª posição no ranking nacional do IDS do ano 2018, divulgado pelo CNJ. De acordo com o 3º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário (CNJ, 2019, p. 58) tal índice consiste em: “criar um indicador sintético que

seja capaz de avaliar em uma única dimensão, o resultado combinado de vários indicadores distintos, permitindo assim, uma comparação objetiva entre os tribunais”.

Como pertencente ao quadro dos servidores dessa instituição e preocupada com questões sustentáveis, entendo que a sustentabilidade revela ética e dever. O TJ/PA, pela importância que possui perante a sociedade paraense, em especial, deve estar engajado nesta causa e estar constantemente em busca de ações que contribuam para essa temática, além de servir de modelo para todos e refletir o amadurecimento dos seus gestores com a responsabilidade socioambiental.

Portanto, investigar como a pauta da sustentabilidade se disseminou no Poder Judiciário, bem como revelar os impactos advindos a partir da implantação do PLS-PJPA e sugerir propostas de inovação nesta temática é importante para a construção de uma instituição cada vez mais envolvida com assunto de tamanha relevância. Além de poder contribuir para a construção do novo PLS para o quinquênio 2021/2025.

A reunião dos dados anuais oriundos do desempenho de cada plano de ação previsto no PLS, comparando-os ano a ano, a oitiva daqueles diretamente envolvidos na execução das atividades planejadas, descobrindo-se os dificultadores encontrados e, a partir disso, a proposição de ações para os desafios descobertos, embasando-se em inovações organizacionais e tecnológicas, poderão auxiliar a construção do próximo PLS, além de poder contribuir para a projeção do TJ/PA para posição melhor dentro do ranking nacional, divulgado anualmente pelo CNJ.

Em se tratando de estrutura do trabalho, a pesquisa está dividida em cinco capítulos: no primeiro capítulo, em curso, foi abordada a introdução, onde se contextualizou a temática, o problema, os objetivos e os pontos que justificam a condução deste estudo. O segundo capítulo desenvolveu o referencial teórico abordando aspectos evolutivos da questão ambiental na Administração Pública, dimensões da sustentabilidade, o que constitui a gestão ambiental, abordando, ainda, temas como Agenda Ambiental da Administração Pública e características do TJ/PA e do PLS-PJPA (2016/2020). O terceiro capítulo trouxe a metodologia, onde se delinearam as técnicas de coleta e análise de dados e os sujeitos da pesquisa. O quarto capítulo expôs os resultados encontrados a partir dos objetivos da pesquisa, como a difusão da pauta sustentabilidade no Poder Judiciário, desafios e facilidades encontradas pelos gestores entrevistados, além de sugestões de ações tanto para inibir ou diminuir as dificuldades encontradas. Por fim, o quinto capítulo apresentou as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo demonstrará a evolução do tema da sustentabilidade na Administração Pública, abordando fatos temporais que intensificaram o debate do tema no país.

Abordar-se-á, também, o conceito de gestão ambiental, as dimensões da sustentabilidade e a implementação de medidas de gestão ambiental na seara dos Poderes Executivo e Judiciário. Para este último, especificamente, será exposto um panorama do TJ/PA abarcando características primordiais de sua existência, bem como o desenvolvimento do tema sustentabilidade nesta corte e particularidades relativas ao seu Plano de Logística Sustentável, período 2016/2020.

### 2.1 ASPECTOS EVOLUTIVOS DA QUESTÃO AMBIENTAL

A preocupação com os danos ambientais se intensificou no Brasil a partir da década de 1960, período em que houve aumento significativo na consciência ambiental a partir da publicação do livro “A Primavera Silenciosa” da autora norte-americana Rachel Carson. Nesta obra, que ajudou a lançar a consciência ambiental moderna, a autora buscou a compreensão das interconexões entre o meio-ambiente, a economia e as questões relativas ao bem-estar social (NASCIMENTO, 2012).

Carson investigou a grandeza biológica de moléculas de inseticidas sintéticos clorados, demonstrando que agrotóxicos mesmo quando utilizados nas doses recomendadas poderiam se concentrar na cadeia alimentar, causando problemas aos organismos vivos, entre eles o ser humano (PHILIPPI JR.; ROMERO; BRUNA, 2014).

Na década de 1970 na Suécia ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de Estocolmo, momento em que as nações iniciaram a estruturação dos seus órgãos ambientais e estabeleceram suas legislações, visando à preservação do meio ambiente.

No Brasil esta conferência influenciou a criação, em 1973, da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) com competência para criação de normas e padrões relativos à preservação do meio ambiente. Nesta mesma época desencadeou-se a famosa crise do petróleo que foi estopim para o aumento das discussões sobre racionalização do uso de energia e pela busca dos combustíveis oriundos de fontes renováveis (NASCIMENTO, 2012).

Acrescenta Costa e Rodrigues (2015, p. 16):

o paradigma dos combustíveis fósseis, voraz em energia e agressor do meio ambiente, começa a perder fôlego na década de setenta, com os dois choques petrolíferos. Com isso, inicia-se a transição para um novo paradigma energético-ambiental, a saber: o Paradigma das Energias Renováveis, ou melhor, o Paradigma das Fontes Renováveis de Energia, no qual assumem importância estratégica a base técnico-econômico-produtiva e a construção de uma matriz energética sustentável.

Na década de 1980 foi sancionada a Lei nº 6938/81 que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, atribuindo aos Estados e Municípios a tomada de medidas e providências para a proteção ambiental. Há de se ressaltar que no início desta década o maior enfoque das preocupações com o meio ambiente, estava no controle da poluição, isto é, primeiro a poluição era produzida, depois se pensava em como limpar a sujeira no final do processo.

Aqui as soluções corretivas eram o alvo, não havia foco para prevenção e o estímulo estava voltado para o cumprimento das exigências legais que estavam baseadas na correção. Todavia, ao final desta mesma década uma nova visão começou a ser considerada pelos empresários, a de que a conservação do meio ambiente reduz o desperdício de matérias primas e garante uma boa imagem para a empresa que adota propostas ambientalistas.

No contexto internacional, em 1987, foi firmado o Protocolo de Montreal que extinguiu produtos clorofluorcarbonos ou CFC's e o Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas, conhecido como Relatório Brundtland, em razão do nome da sua coordenadora, que permitiu disseminar mundialmente o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Nascimento (2012, p.20) assim discorre:

o Relatório Brundtland é considerado um marco no processo de debates sobre a interligação entre as questões ambientais e o desenvolvimento, pois faz um alerta para a necessidade das nações se unirem na busca de alternativas para os rumos vigentes do desenvolvimento. Afirma também, que o crescimento econômico que não melhora a qualidade de vida das pessoas e das sociedades não poderia ser considerado desenvolvimento. De forma paralela, o relatório também mostra que seria possível alcançar um maior desenvolvimento sem destruir os recursos naturais, conciliando crescimento econômico com conservação ambiental.

Esse relatório, também denominado “Nosso Futuro Comum”, foi consagrado na década de 90 na Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Cúpula da Terra ou Rio-92, realizada no Rio de Janeiro. O Rio-92 foi a primeira conferência sobre temas globais após a queda do



muro de Berlim, apresentando características de envolvimento coletivo como fórum global, presença de diversas Organizações Não Governamentais. Havia uma globalização dos temas em sintonia com a globalização da participação, de onde surgiram documentos importantes como a Declaração do Rio de Janeiro sobre meio ambiente e desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o século XXI (Agenda 21).

Em consonância com essa Conferência, em 1988, foi promulgada a Constituição Federal Brasileira, momento em que o legislador constituinte previu no Art. 225 que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e todos tem o dever de defendê-lo para presentes e futuras gerações, mantendo contexto interno alinhado ao externo.

Nesta altura, a questão ambiental já se tornara uma preocupação da humanidade e, então, criou-se a expressão “qualidade ambiental” que se perfaz no consumo consciente, reciclagem, racionalização no uso de energia, entre outros. E não só isso, para as empresas as inquietações com autuações e multas ficaram em segundo plano, visto que a questão ambiental deixa de ser um problema para ser uma solução, ou seja, ter credibilidade junto à sociedade por meio da competitividade e da qualidade de seus produtos.

Na década de 1990 entraram em vigor as normas internacionais de gestão ambiental 357750 – *Specification for Environmental Management Systems* (Especificação para Sistema de Gestão Ambiental) que serviram de base para elaboração de um sistema de normas ambientais em nível mundial. Conforme elucida Nascimento (2012, p. 21):

a entrada em vigor dessas normas internacionais de gestão ambiental, que constitui a série ISO 14000, e a integração entre elas e as normas de gestão de qualidade (série ISO 9000) constitui o coroamento de uma longa caminhada em prol da conservação do meio ambiente e do desenvolvimento em bases sustentáveis.

Em 1992 ocorreu a Conferência Rio +10, em Joanesburgo, África do Sul, com a finalidade de avaliar os resultados dos dez anos seguintes à Eco-92. Normas ambientais internacionais, como as da série ISO 14000, os estabelecimentos de conceitos como responsabilidade ambiental corporativa e ecoeficiência fizeram parte de um panorama de discussões no meio empresarial, fomentando o desenvolvimento da gestão ambiental nas organizações.

Assim, a questão ambiental no meio empresarial, não é mais tratada apenas como uma forma de atender às exigências legais, passando a ser considerada como fator de competitividade, conquista de mercado e manutenção, em médio e longo prazo, da produção.

Mais recentemente, um tratado internacional foi adotado durante a Conferência das Partes, em Paris, em 2015. Conhecido como Acordo de Paris surgiu com o objetivo de minimizar as consequências do aquecimento global, sendo firmado por 195 países participantes, os quais assumiram o compromisso de reduzir as emissões de gases que ocasionam o efeito estufa. Os países desenvolvidos também se comprometeram a conceder benefícios financeiros aos países mais pobres a fim de que possam enfrentar as mudanças climáticas.

## 2.2 GESTÃO AMBIENTAL

A implementação de medidas de gestão ambiental é fruto das transformações que vêm ocorrendo no meio ambiente. Com o crescimento populacional é preciso que sejam ampliados os esforços no sentido de adequar possibilidades da natureza ao atendimento de necessidades e conveniências da sociedade.

O processo de gestão ambiental, de acordo com Philippi Jr., Roméro e Bruna (2004, p.3),

inicia-se quando se promovem adaptações ou modificações no ambiente natural, de forma a adaptá-lo às necessidades, individuais ou coletivas, gerando, dessa maneira, o ambiente urbano nas suas mais diversas variedades de conformação e escala. Nesse aspecto, o elemento humano é o grande agente transformador do ambiente natural e vem, pelo menos há doze milênios, promovendo essas adaptações nas mais variadas localizações climáticas, geográficas e topográficas. O ambiente urbano é, portanto, o resultado de aglomerações localizadas em ambientes naturais transformados e que para sua sobrevivência e desenvolvimento necessitam dos recursos do ambiente natural.

Barbieri (2011) caracteriza a gestão ambiental como as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, tais como planejamento, direção, controle e alocação de recursos com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, reduzindo, eliminando ou compensando os danos ou problemas causados pelas ações humanas. De fato, as modificações ambientais estão em escala diretamente proporcional à aglomeração de pessoas, que quanto mais extraem recursos naturais, mais resíduos gera, resultado da grandiosidade de consumo e desperdício.

Considerando, por exemplo, que em um município existe a circulação de pessoas, trabalho, habitação, lazer, saneamento, subdividindo-se essas funções em partes específicas, as quais exigem, para que recebam algum tipo de intervenção, planos, programas e projetos, a gestão pública assume grande importância por poder contar com indicadores de desenvolvimento que apontem para as melhorias ocorridas em determinados setores ou áreas, principalmente para aqueles que precisam ser mais eficientes (PHILIPPI JR.; ROMÉRIO; BRUNA, 2004).

Assim, a gestão ambiental engloba um conjunto de medidas e procedimentos bem definidos que, se adequadamente observados, permitem reduzir e controlar os impactos introduzidos por um empreendimento sobre o meio ambiente.

## 2.3 DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Há extensa literatura relacionada aos significados de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, em alguns casos os autores os tratam como sinônimos e em outros o desenvolvimento sustentável é o caminho para se chegar à sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável é objetivo a ser alcançado e a sustentabilidade é o processo para atingir o desenvolvimento sustentável (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014).

Para Dovers e Handmer (1992), o desenvolvimento sustentável é o caminho para se alcançar a sustentabilidade, sendo esta o objetivo final de longo prazo. Segundo eles, a sustentabilidade é a capacidade de um sistema humano, natural ou misto resistir ou se adaptar à mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado, sendo o desenvolvimento sustentável a via de mudança intencional e melhoria que mantém ou aumenta esse atributo do sistema, ao responder as necessidades da população presente.

Diferentemente desses autores, para Elkington (2001), que deu origem ao termo *Triple Bottom Line* (TBL), o desenvolvimento sustentável é o objetivo final a ser alcançado e a sustentabilidade é o processo para atingir o desenvolvimento sustentável. Na visão de Elkington sustentabilidade é o equilíbrio entre os três pilares: ambiental, econômico e social, e, neste contexto as organizações devem ir em busca, de forma progressiva, de mercados estáveis, por meio de habilidades gerenciais, financeiras e tecnológicas que irão possibilitar a transição para o desenvolvimento sustentável.

Independentemente destas visões opostas, a presente pesquisa volta-se para a sustentabilidade como sinônimo de desenvolvimento sustentável. Elucidam Gaussin *et al.* (2013) que tanto sustentabilidade, quanto o desenvolvimento sustentável objetivam passar para as gerações futuras um estoque de capital semelhante ao que nossa própria geração herdou das gerações passadas.

No ambiente organizacional, tornou-se mais conveniente olhar para o tema sustentabilidade como um *Triple Bottom Line* (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). Segundo Vellani e Ribeiro (2009), o conceito TBL reflete sobre a necessidade de as empresas ponderarem em suas decisões estratégicas o *bottom line* econômico, o *bottom line* social e o *bottom line* ambiental, mantendo: a sustentabilidade econômica ao gerenciar empresas lucrativas e geradoras de valor; a sustentabilidade social ao estimular a educação, a cultura, lazer e justiça social à comunidade; e a sustentabilidade ecológica ao manter ecossistemas vivos, com diversidade.

Esse tripé da sustentabilidade, conceito também conhecido como 3 P's da sustentabilidade (People, Planet, Profit), ou em português PPL (Pessoas, Planeta, Lucro), apoia a ideia de que essas três dimensões precisam interagir de maneira holística para que os resultados de uma organização recebam o título de sustentável.

O desenvolvimento de ações socialmente sustentáveis que afetem o corpo funcional da organização, seu público-alvo e a sociedade em geral representa o pilar Pessoas do modelo. O pilar Planeta está relacionado aos recursos naturais de uma organização ou sociedade e o desenvolvimento sustentável ambientalmente correto envolve condutas que tenham, direta ou indiretamente, algum impacto no meio ambiente, seja a curto, médio ou longo prazos. O pilar Lucro refere-se à capacidade de uma organização de produzir e oferecer seus produtos e/ou serviços respeitando o equilíbrio dos ecossistemas ao seu redor, além de apresentar ações de competitividade justas em relação aos concorrentes do mercado.

Concepções alternativas de sustentabilidade em um negócio foram abordadas por Lankoski (2016) que categorizou o uso do termo “sustentabilidade” em três dimensões. A primeira dimensão refere-se à sustentabilidade estreita *versus* ampla. A primeira concepção enxerga a sustentabilidade apenas sob o ponto de vista ambiental, quando centraliza em recursos naturais e na qualidade dos serviços ambientais que serão repassados às futuras gerações, salvaguardando a vida na Terra. Já a segunda constrói a sustentabilidade tridimensionalmente, incluindo-se aí questões econômicas e sociais, tal qual o modelo TBL apresentado por Elkington,

abrangendo questões que atingem o bem-estar, a criação de emprego, condições de trabalho, direitos humanos etc.

A segunda dimensão diz respeito à sustentabilidade fraca *versus* a forte. A sustentabilidade fraca lida com as tensões em nível organizacional que são geradas pela permissibilidade de se substituir um componente sustentável por outro, como se tivessem valores equivalentes. Exemplifica Lankoski (2016, p.6), “compensando o uso intensivo de recursos naturais com neutralidade climática”. Na sustentabilidade forte essa substituição é proibida, cada questão sustentável tem seu valor e o desempenho de cada indicador deve sempre se manter em padrão elevado.

A terceira dimensão faz distinção entre sustentabilidade absoluta *versus* relativa. Lankoski define (2016, p. 7):

[...] a sustentabilidade é absoluta quando avaliada pela obtenção de um resultado crítico (por exemplo, pagamento de salários) e relativa quando é avaliada pelo desempenho excedido (por exemplo, pagamento de salários melhores do que a média industrial, mesmo que não seja o salário).

A sustentabilidade absoluta analisa se o valor do resultado é capaz de manter a saúde do ecossistema (questões ambientais) e do bem-estar (questões socioeconômicas), não prejudicando a viabilidade da empresa. Em contraste, a sustentabilidade relativa é avaliada em termos de análise de algum indicador de desempenho que pode ou não garantir a manutenção do bem-estar e a saúde do ecossistema. Esse indicador é considerado o nível de referência, sendo definido a partir de metas de sustentabilidade ajustadas politicamente.

### 2.3.1 *Princípios Jurídicos Ambientais*

O poder estatal possui diversas atribuições e para exercê-las necessita distribuir em seu interior os encargos de sua competência. Para isso constituiu unidades chamadas órgãos públicos e, segundo Marinela (2018, p. 151), “os órgãos públicos integram a estrutura do Estado, por isso não têm personalidade jurídica própria. Consequentemente, não têm vontade própria”.

Para a execução das atividades nos órgãos públicos, os agentes públicos atuam em nome destes para se garantir a vontade do Estado. Diante disso, esses agentes assumem papel primordial frente às demandas do poder público e, também, na defesa do que prevê a Constituição Federal e legislações para o meio ambiente, isto é, todo cidadão tem direito a um meio ambiente equilibrado e preservado.

De acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto na Constituição Federal de 1988, o ser humano é o centro das preocupações da Administração, tendo direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com o meio ambiente. Para Antunes (2017, p. 19), “a relação com os demais animais deve ser vista de uma forma caridosa e tolerante, sem que admitam a crueldade, o sofrimento desnecessário e a exploração interesseira de animais e plantas”.

Nesta perspectiva, a atuação da Administração pública é eficaz quando elabora e executa políticas públicas e planejamentos estratégicos respeitando o direito à dignidade da pessoa humana e englobando o alcance da proteção ambiental, direito fundamental de todos. Por isso, é importante ressaltar que a atuação estatal deve estar de acordo com os princípios do Direito Ambiental, que é um conjunto de normas e princípios cuja finalidade é equilibrar as relações do homem com a natureza.

O bem estar do indivíduo está fortemente relacionado com o desenvolvimento econômico e este gera transformações no planeta, transformações estas que devem ser sustentáveis para que se garanta a vida futura digna de todos. O relatório Brundtland, criado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1991, p. 47), prevê que para que haja um desenvolvimento sustentável: “é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor”.

Este relatório apresenta uma visão crítica ao modelo de desenvolvimento que os países desenvolvidos e em desenvolvimento seguiram e destaca os riscos do uso descontrolado dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas.

Nesta esteira, o princípio do desenvolvimento materializa-se no direito ao desenvolvimento sustentável, onde o meio ambiente e desenvolvimento constituem desafios interligados e o crescimento deve levar em conta as consequências da destruição ambiental, não podendo ser exercido em desarmonia com os princípios destinados a tornar efetiva a proteção ao meio ambiente (OLIVEIRA, 2017).

O princípio democrático encontra respaldo na Constituição Federal quando esta assegura os direitos à informação e à participação aos cidadãos. A partir deste princípio, os cidadãos têm acesso às discussões para elaboração das políticas públicas ambientais, seja por meio da participação em audiências públicas ou mediante a utilização de ações populares, por exemplo; e de obter informações das

autoridades públicas sobre matéria atinente à defesa do meio ambiente (ANTUNES, 2019).

Quanto ao princípio da precaução, o seu surgimento se deu com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que ficou conhecida como Rio 92, ocasião em que foi criada a Declaração do Rio (1992, p. 4) e nesta o referido princípio foi redigido da seguinte maneira:

Para que o ambiente seja protegido, serão aplicadas pelos Estados, de acordo com as suas capacidades, medidas preventivas. Onde existam ameaças de riscos sérios ou irreversíveis, não será utilizada a falta de certeza científica total como razão para o adiamento de medidas eficazes, em termos de custo, para evitar a degradação ambiental.

A expressão normativa deste princípio se materializa, conforme prevê Antunes (2017, p. 27):

nos sete incisos do § 1º do artigo 225 da Constituição Federal, ou seja, naqueles incisos existem determinações para que o Poder Público e o legislador ordinário definam meios e modos para que a avaliação dos impactos ambientais seja realizada e que sejam evitados – tanto quanto possível – danos ao meio ambiente. Fora dessas circunstâncias, a aplicação do princípio da precaução não pode ocorrer de forma imediata e sem uma base legal que a sustente.

O princípio da prevenção serve de apoio para a exigência, pelas autoridades públicas, do licenciamento ambiental e os estudos de impacto ambiental. Este princípio é aplicado a impactos ambientais já conhecidos e por isso utiliza o licenciamento ambiental como principal instrumento apto a prevenir danos ambientais, os quais não são eliminados, mas reduzidos, tendo em vista o conjunto de benefícios que são gerados por um novo empreendimento. Neste aspecto, cabe ao administrador ponderar os diferentes interesses em jogo para deferir ou não o licenciamento (ANTUNES, 2017).

O princípio do equilíbrio é um alvo a ser atingido por todo aplicador da legislação ambiental, visto que deve sopesar as consequências previsíveis da adoção de uma determinada medida, de forma que esta possa ser útil à sociedade e não acarretar excessivos gravames ao meio ambiente; é o alcance de um resultado positivo consciente, onde o custo/benefício deve ser analisado prioritariamente (id., 2017).

No que tange ao princípio da capacidade de suporte, a Resolução CONAMA nº 382, de 26 de dezembro de 2006, estabelece que os limites máximos de emissões de

poluentes atmosféricos em seu conjunto estão ligados à capacidade de suporte do ambiente no qual eles são lançados.

De fato, os incisos I e IV do artigo 2º da Resolução dispõem que:

Para o estabelecimento dos limites de emissão de poluentes atmosféricos são considerados os seguintes critérios mínimos: I – o uso do limite de emissões é um dos instrumentos de controle ambiental, cuja aplicação deve ser associada a critérios de capacidade de suporte do meio ambiente, ou seja, ao grau de saturação da região onde se encontra o empreendimento; [...] IV – possibilidade de diferenciação dos limites de emissão, em função do porte, localização e especificidades das fontes de emissão, bem como das características, carga e efeitos dos poluentes liberados.

A manifestação objetiva deste princípio ocorre a partir da imposição de limites à emissão de poluentes na natureza a fim de protegê-la, evitando-se assim a poluição e os danos ambientais.

O princípio da responsabilidade, previsto no Art. 225, §3º da Constituição Federal, assim dispõe: “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”. Portanto, poderá responder no âmbito cível, administrativo e penal, àquele que causar danos ambientais.

Um dos princípios jurídicos ambientais mais importantes para a proteção ambiental, que leva em conta a escassez dos recursos ambientais, é o princípio do poluidor pagador, consubstanciado no Art. 4º, inciso VII, da Lei nº 6938/81, que prevê a “imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos”.

Segundo Oliveira (2017) este princípio, de aspecto econômico, tem natureza preventiva e cautelar ao afastar da coletividade os custos ambientais, os quais devem ser suportados pelo empreendedor (ou produtor, consumidor, exportador) ao arcar com os custos da diminuição ou inibição do dano ao meio ambiente.

Corroborando Fiorillo (2013) ao afirmar que este princípio não traz consigo a ideia de que se pago, posso poluir ou poluo, pois estou pagando; ou mesmo pago para evitar a contaminação. Sua finalidade é evitar a ocorrência de danos ambientais (caráter preventivo), porém se ocorrido o dano, visa sua reparação (caráter repressivo).



### 2.3.2 Normas Ambientais

Como o cerne desta pesquisa são os impactos das ações relacionadas aos planos sustentáveis contidos no Plano de Logística Sustentável do TJ/PA, foram agrupadas as principais legislações ambientais relacionadas ao uso racional de recursos naturais e bens públicos, educação ambiental, licitações sustentáveis e qualidade de vida no trabalho.

O Quadro 1, de Franco *et al.* (2017), elenca as principais normas que regem os temas mencionados na seção anterior.

**Quadro 1-** Legislação ambiental aplicada à Administração Pública

| Legislação                                        | Teor                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|---------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Uso racional de recursos naturais e bens públicos | Decreto 99.55/1990. Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material;<br>Lei 10.295/2001. Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências;<br>Decreto 4.131/2002. Trata de medidas emergenciais para a redução de consumo de energia elétrica na Administração Pública Federal;<br>Lei 12.187/2009. Refere-se à Política Nacional sobre Mudanças no Clima (PNMC). Um dos objetivos é que ocorra o desenvolvimento econômico-social em consonância com a proteção do sistema climático global; Portaria Interministerial nº 244 de 2012 (MPOG, 2012). Trata do Projeto Esplanada Sustentável (PES). |
| Gestão de Resíduos                                | Decreto 5.940/2006. Trata da separação e destinação dos resíduos recicláveis descartados;<br>Lei 12.305/2009. Trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos;<br>Decreto 7.404/2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador CONAMA nº 275/2001. Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos.                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Qualidade de vida no trabalho                     | Lei 8.112/1990. Os servidores receberão adicionais por executarem atividades insalubres, perigosas ou penosas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Educação ambiental                                | Lei 9.795/1999: Trata da educação ambiental.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Capacitação                                       | Decreto 5.707/2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Licitações sustentáveis                           | Lei 8.666/1993. Norma gerais sobre licitações e contratos administrativos.<br>Lei 10.520/2002. Trata da modalidade de licitação denominada pregão.<br>Lei 12.349/2010. Inclui a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como quesito para os processos licitatórios na administração pública.<br>IN nº01/2010-MPOG. Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.                                                                                                                                                                                                                                                                                          |

|                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                   | Decreto 7.746/2012. Promover o desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional. IN nº 10/2012-MPOG. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão e Logística Sustentável. |
| Crimes ambientais | Lei 9.605/1998. Trata de infrações e punições.                                                                                                                                                                                                                                    |

**Fonte:** Franco *et al.* (2017)

Denota-se, a partir da compreensão deste quadro, que a maneira adequada para reduzir o impacto sobre o meio ambiente começa por uma escala evolutiva de ações, que vai do processo de compra sustentável e uso consciente, ao descarte do material utilizado, além da elaboração e implantação do PLS com a finalidade de promover mudança na cultura organizacional.

Há de se ressaltar que na Constituição Federal de 1988, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado foi consagrado como direito fundamental, sendo considerado bem de uso comum do povo e, assim, essencial para a qualidade de vida de todos.

Além disso, a Carta Magna estabeleceu que a responsabilidade penal deve atingir as pessoas físicas e pessoas jurídicas, cabendo à Lei nº 9605/1998 regulamentar essa matéria, estabelecendo sanções penais e administrativas aos praticantes de crimes e infrações contra o Meio Ambiente.

### 2.3.3 A Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

O Ministério do Meio Ambiente institui, em 1999, a denominada Agenda Ambiental da Administração Pública, com o objetivo de elaborar um manual de boas práticas acerca das atividades que exerce, servindo de auxílio para gestores públicos federais, estaduais e municipais na construção de uma nova cultura institucional nos órgãos e entidades públicos.

A A3P é uma ação voluntária que visa à adoção de novos padrões de produção e consumo, sustentáveis, dentro do governo. Assim elucida BRASIL/MMA (2009, p.32):

A A3P é um programa que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração pública, através do estímulo a determinadas ações que vão, desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos recursos naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Este programa surge como resultado da responsabilidade do Estado em criar políticas públicas e programas de responsabilidade socioambiental para mudar comportamentos e estimular a adoção de novas práticas, éticas e responsáveis, dentro e fora do governo, haja vista o Estado possuir função indutora perante a sociedade.

Conforme BRASIL/MMA (2009, p. 27):

Além da capacidade de indução, o poder de mobilização de importantes setores da economia exercido pelas compras governamentais, que movimentam de 10 a 15% do Produto Interno Bruto (PIB), é inquestionável e deve ser usado para garantir a mudança e adoção de novos padrões de produção e de consumo que reduzam os impactos socioambientais negativos gerados pela atividade pública, contribuindo para o crescimento sustentável e promovendo a responsabilidade socioambiental no âmbito do setor e, por sua vez, respondendo às expectativas sociais.

Apresentando papel estratégico no surgimento de novos modelos de produção e de consumo, devendo ser exemplo na diminuição de impactos socioambientais ocasionados pela sua atividade, a Administração Pública assume papel de principal destinatária da A3P, mormente por ser grande usuária e consumidora de recursos naturais pela grande demanda diária de atendimentos e serviços prestados à comunidade.

Acrescenta, ainda, Hüller (2010, p. 394):

Esse modelo de gestão visa ainda estabelecer novas formas de educação ambiental através de sensibilização e motivação de servidores, elaboração de materiais didático-pedagógicos, informativos, e a promoção de eventos para uma troca descontraída de informações.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) estruturou a A3P em cinco eixos temáticos visando à redução de impactos socioambientais negativos e, também, ser “espelho” para o setor empresarial e sociedade civil. São eles:

**Quadro 2** – Cinco eixos temáticos da A3P

|                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1 Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</b>                                                                                                                                                                                                                            |
| Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.           |
| <b>2 Gestão adequada dos resíduos gerados</b>                                                                                                                                                                                                                                          |
| A gestão adequada dos resíduos passa pela adoção da política dos <i>5R's</i> : <i>Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar</i> . Dessa forma deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente. |
| <b>3 Qualidade de vida no ambiente de trabalho</b>                                                                                                                                                                                                                                     |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.                                                                                                                                                     |
| <b>4 Sensibilização e Capacitação</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.                                |
| <b>5 Licitações Sustentáveis</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras. Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço. |

Fonte: BRASIL/MMA, 2009 adaptado.

Para o sucesso na implantação (planejamento e execução) de uma agenda ambiental em um órgão público, a educação ambiental dos envolvidos deve ser a primeira tarefa a ser cumprida. Nesse sentido, é primordial que sejam observadas as ações educativas no processo de gestão ambiental (HÜLLER, 2010).

Neste sentido aduz Cavalcante (2012, p.195):

Há a necessidade de motivar os servidores públicos para estarem abertos a mudanças nos procedimentos administrativos. Essa abertura requer a participação de profissionais de todas as áreas, independentemente de cargo ou grau de responsabilidade, em um processo, e este deve ser encarado com naturalidade e maturidade, pois, além de muito dinâmico, está voltado para as exigências da sociedade e sua economia de mercado.

A adoção do programa A3P é de caráter voluntário e pode ser desenvolvido em toda a administração pública, nas três esferas de Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e no âmbito de governo Municipal, Estadual e Federal. A adesão formal à agenda se dá por assinatura de um Termo, celebrado entre o interessado e o MMA, que servirá de instrumento de compromisso para implantação da Agenda na instituição.

De acordo com levantamento feito, neste estudo, em março de 2020 no sítio do MMA, no *link* que informa quais instituições aderiram à Agenda, aplicando-se filtro na pesquisa para direcionar a “Poder Judiciário” e “Justiça Estadual”, verificou-se que no Brasil apenas os Tribunais de Justiça dos Estados do Acre e do Maranhão aderiram à Agenda. Esse resultado representa um número muito baixo se levarmos em consideração a existência de 27 Tribunais de Justiça em todo o país.

Para aderir formalmente à A3P, a instituição interessada deve cumprir as orientações constantes no sítio do MMA e a partir daí estará inserida na Rede A3P. A

Rede é um canal de comunicação que objetiva promover o intercâmbio técnico, difundir informações sobre temas relevantes à agenda, sistematizar dados e informações sobre o desempenho ambiental das instituições e incentivar programas de formação e mudanças organizacionais, permitindo a troca de experiências (CAVALCANTE, 2012).

Ressalte-se que o TJ/PA instituiu o programa “Agenda TJPA Socioambiental” por meio da Resolução nº 05-GP, de 15 de abril de 2009, baseando-se nas diretrizes sugeridas pela A3P.

O referido programa foi fundamentado na gestão ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável, apresentando como objetivos principais: a promoção da conscientização das questões ambientais, mediante a reflexão sobre seus impactos na qualidade de vida no trabalho; o desenvolvimento de cultura anti-desperdício e o estímulo à substituição dos materiais utilizados em serviço por produtos recicláveis e que acarretem o mínimo de danos ao meio ambiente (TJPA, 2009). Esta é considerada a primeira ação sustentável colocada em prática no TJ/PA.

## 2.4 GESTÃO JUDICIÁRIA SUSTENTÁVEL

O cerne da gestão judiciária sustentável deve ser a implementação de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável. O CNJ instituiu uma rede de ação socioambiental, sob a responsabilidade do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), com a finalidade de facilitar a troca de experiências entre as comissões ambientais dos diversos Tribunais do país.

Essas comissões em comunhão de esforços com os membros dos Núcleos Socioambientais corroboram para a criação de um planejamento estratégico adequado ao desenvolvimento sustentável. De acordo com Guaragni, Barros e Knoerr (2019, p. 81), “é de suma importância a construção de setores internos específicos para a preservação ambiental e a logística do gerenciamento de resíduos, buscando propagar a conscientização ecológica no interior do órgão judiciário”.

Nesse sentido, os gestores dos Tribunais, apoiados no PLS, acompanharam a padronização dos indicadores estabelecidos pela Resolução do CNJ nº 201/2015, assumindo a responsabilidade de desenvolver uma administração direcionada para a adaptação dos serviços às questões sustentáveis.

Essa adaptação proporciona aos tribunais a disposição de práticas conectadas com o uso consciente dos recursos, fortalecendo a conscientização ambiental dos funcionários e dos usuários do sistema, visto que o cidadão ao experienciar um modelo sustentável, enxerga os valores da sociedade no qual está inserido, utilizando, inevitavelmente, esse exemplo para as suas próprias decisões. Acrescenta Melo e Leão (2018, p. 262): “torna-se uma reprodução automática de uma mudança comportamental e um despertar pela educação ambiental”.

#### *2.4.1 O Porte dos Tribunais de Justiça Estaduais do Brasil*

No Brasil existem 27 Tribunais de Justiça Estaduais distribuídos pelos Estados da Federação com características que os distinguem, como automação, força de trabalho total, orçamento etc.

Para evitar análises comparativas desproporcionais entre Tribunais desiguais, a Resolução nº 136 de 13 de julho de 2011, do CNJ previu em seu Art. 18 que:

os Tribunais serão classificados conforme o porte, com base nos critérios estabelecidos pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário e aprovados pela Comissão de Tecnologia e Infraestrutura do CNJ.

Para adequação aos fins desta pesquisa, foram obtidos dados de classificação por porte a partir do último Balanço Socioambiental do Poder Judiciário (CNJ, 2019), publicado no Portal do CNJ ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)) quando da escrita desta dissertação.

Neste sentido, o Poder Judiciário estadual ficou distribuído em Tribunais Estaduais de grande, médio e pequeno porte. Na região Norte do país não há Tribunal considerado de grande porte, o TJ/PA figura como tribunal de médio porte e o Tribunal do Acre, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins classificam-se como de pequeno porte.

Todos os Tribunais Estaduais do Brasil enviam mensalmente dados estatísticos, referentes aos temas alvo de gerenciamento de ações sustentáveis, estabelecidos na Resolução nº 201, de 3 de março de 2015, para o Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, com o objetivo de que seja avaliado o desempenho ambiental e econômico de todas as instituições do sistema de justiça, com exceção do STF (CNJ, 2017).

O CNJ publica esses dados em painéis constantes no seu portal, *link* Gestão Socioambiental, como forma de consulta dinâmica que permite ao usuário a

navegação pelos indicadores de sua escolha, comparando os resultados dos Tribunais em seus respectivos segmentos de justiça (CNJ, 2018).

A Resolução nº 201/2015 trouxe indicadores a serem monitorados pelo PLS por meio de dimensões que possuem características específicas. A fim de comparar objetivamente todas as instituições pertencentes ao Poder Judiciário no país, foi criado o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) para avaliar, em uma única dimensão, o conjunto dos indicadores de desempenho ambiental.

A alimentação do sistema de questionários do CNJ, chamado PLS-JUD, permite criar um ranking das instituições de acordo com seus desempenhos. Pelo último balanço socioambiental publicado pelo CNJ em 2018, o TJ/PA ocupou a 49ª posição perante todos os Tribunais do país (incluindo-se as competências Eleitoral, Trabalhista, Militar, Superior, Estadual e Federal, totalizando 92 tribunais).

Como o foco desta pesquisa está sobre um Tribunal de Justiça do Estadual, optou-se pelo agrupamento, no ranking por IDS, de apenas Tribunais de Justiça Estaduais, chegando-se às respectivas posições constantes no Quadro 3.

**Quadro 3** – Ranking por IDS

| <b>POSIÇÃO</b> | <b>GRANDE PORTE</b>  | <b>IDS</b> |
|----------------|----------------------|------------|
| 1º             | MINAS GERAIS         | 59%        |
| 2º             | PARANÁ               | 57%        |
| 3º             | SÃO PAULO            | 56%        |
| 4º             | RIO GRANDE DO SUL    | 41%        |
| 5º             | RIO DE JANEIRO       | 25%        |
| <b>POSIÇÃO</b> | <b>MÉDIO PORTE</b>   | <b>IDS</b> |
| 1º             | DISTRITO FEDERAL     | 60%        |
|                | MATO GROSSO          | 60%        |
| 2º             | SANTA CATARINA       | 57%        |
| <b>3º</b>      | <b>PARÁ</b>          | <b>53%</b> |
| 4º             | BAHIA                | 51%        |
| 5º             | PERNAMBUCO           | 49%        |
| 6º             | ESPÍRITO SANTO       | 48%        |
| 7º             | MARANHÃO             | 41%        |
| 8º             | GOIÁS                | 39%        |
| 9º             | CEARÁ                | 30%        |
| <b>POSIÇÃO</b> | <b>PEQUENO PORTE</b> | <b>IDS</b> |
| 1º             | AMAZONAS             | 62%        |
| 2º             | RORAIMA              | 61%        |
| 3º             | RONDÔNIA             | 58%        |
| 4º             | RIO GRANDE DO NORTE  | 54%        |
| 5º             | PARAÍBA              | 53%        |
| 6º             | ACRE                 | 52%        |
| 7º             | SERGIPE              | 49%        |
|                | TOCANTINS            | 49%        |
| 8º             | MATO GROSSO DO SUL   | 48%        |
| 9º             | AMAPÁ                | 47%        |
| 10º            | ALAGOAS              | 42%        |

|     |       |     |
|-----|-------|-----|
| 11º | PIAUÍ | 31% |
|-----|-------|-----|

**Fonte:** Elaboração própria com base em CNJ (2018).

Entre os Tribunais de Justiça de médio porte, o TJ/PA ocupa a 3ª posição com 53% do IDS. Quanto mais próximo se está dos 100%, melhor o resultado do índice.

## 2.5 O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJ/PA)

### 2.5.1 Missão, Visão e Valores

De acordo com informações obtidas no *link* da Transparência localizado no sítio do TJ/PA ([www.tjpa.jus.br](http://www.tjpa.jus.br)), a missão do tribunal se traduz em realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional, visando fortalecer o Estado Democrático de Direito (TJ/PA, 2020a).

Sua visão, que descreve o perfil de futuro a ser alcançado, almeja que a instituição seja reconhecida pela sociedade como acessível e confiável, voltada à pacificação social (TJ/PA, 2020b).

Os valores, que são as características necessárias para o seu desenvolvimento, se caracterizam pela (TJ/PA, 2020c, p.3):

- **Acessibilidade** - A Justiça é para todos, sem distinção de classe social, gênero ou etnia;
- **Eficiência** - Atender as demandas do cidadão com a maior produtividade possível em relação aos recursos disponíveis;
- **Probidade** - Tratamento adequado da coisa pública, observadas as normas legais;
- **Ética** - Comportamento esperado por toda a sociedade por parte de quem faz a Justiça;
- **Participação** – Oportunizar a participação de magistrados, servidores e da sociedade civil organizada no planejamento e gestão da justiça;
- **Transparência** - Prestação de contas do Tribunal de Justiça acessível a todo cidadão;
- **Humanização no atendimento** – Respeito e atenção ao cidadão que procura a Justiça;
- **Responsabilidade socioambiental** – Utilização sustentável dos recursos postos à disposição da justiça, bem como tratamento adequado de resíduos;
- **Credibilidade** - Ser digno de confiança da sociedade paraense.

### 2.5.2 Organização administrativa e judicial (1º e 2º grau) e a força total de trabalho

A justiça está estruturada em dois graus de jurisdição, o primeiro grau e o segundo grau. No primeiro grau estão os juízes de direito, que atuam nas varas judiciais e no segundo grau também estão os juízes, que agora se chamam desembargadores e são responsáveis por revisar as sentenças dos casos julgados no primeiro grau.



No edifício sede do TJ/PA funciona o segundo grau de jurisdição e a maioria dos órgãos administrativos. O quadro a seguir, descreve a organização administrativa do Tribunal e os órgãos do segundo grau.

**Quadro 4** - Órgãos administrativos e órgãos do segundo grau

|                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Órgãos de Direção</b>                      | Tribunal Pleno;<br>Seção de Direito Privado;<br>Seção de Direito Público;<br>Seção de Direito Penal                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Órgãos de Julgamento</b>                   | Presidência;<br>Conselho da Magistratura;<br>Desembargadores;<br>Vice-Presidência;<br>Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém;<br>Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Assessoramento à Presidência</b>           | Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ);<br>Central de Comunicação Interna e de Apoio à Magistratura;<br>Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência;<br>Gabinete da Presidência; Assessoria Especial da Presidência;<br>Central de Conciliação de Precatórios; Coordenadoria Estadual da Mulheres em situação de Violência Doméstica e Familiar                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>Demais órgãos vinculados à Presidência</b> | Sistema dos Juizados Especiais;<br>Escola Judicial do Poder Judiciário;<br>Ouvidoria de Justiça;<br>Ouvidoria Agrária;<br>Núcleo de Gestão de Conflitos Fundiários;<br>Núcleo de Mediação de Conflitos;<br>Núcleo de Gestão de Precedentes;<br>Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos no Estado do Pará (NUPEMEC);<br>Secretaria Judiciária;<br>Secretaria de Administração;<br>Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças;<br>Secretaria de Gestão de Pessoas;<br>Secretaria de Controle Interno;<br>Secretaria de Informática;<br>Secretaria de Engenharia e Arquitetura;<br>Departamento de Relações Institucionais;<br>Coordenadoria de Imprensa;<br>Coordenadoria Militar |

**Fonte:** Link Transparência, Portal TJ/PA, 2020.

Destaca-se que embora o Núcleo Socioambiental não esteja enquadrado no Quadro 4, foi constituído por meio da Portaria nº 2451/2015-GP, de 25 de junho de 2015, na mesma data de sua publicação, estando situado no mesmo prédio do segundo grau.

A Resolução nº 201/2015 do CNJ que determinou a criação dos Núcleos Socioambientais, prevê que a ligação destes deve se dar, preferencialmente, à alta administração, conforme se verifica a seguir:

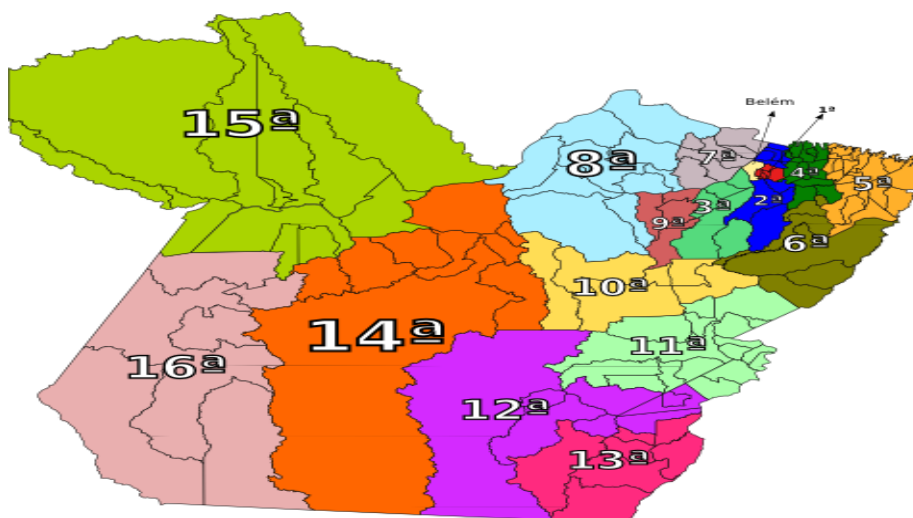
Art. 7º As unidades ou núcleos socioambientais deverão, preferencialmente, ser subordinados à alta administração dos órgãos tendo em vista as suas estratégias e as mudanças de paradigma que suas ações compreendem.

Os núcleos foram criados com o objetivo de fomentar iniciativas de sustentabilidade baseadas no tripé ambiental, social e econômica, além de disseminar melhores práticas de gestão administrativa nos órgãos do Poder Judiciário (TJPA, 2020).

Quanto à organização judicial do 1º grau, o TJ/PA apresenta 16 Regiões Judiciárias que abarcam as comarcas judiciais formadas por 144 municípios do Estado, totalizando 327 unidades judiciárias entre fóruns e juizados (onde estão as varas judiciais), centros de conciliação de conflitos e termos judiciários.

A imensidão geográfica do Estado carrega característica peculiar de deslocamento, aonde em muitas localidades só se chega de barco e após dias de viagem, além de dificultar a aplicação de políticas igualitárias de desenvolvimento.

**Figura 1** – Regiões Judiciárias do TJ/PA (1º grau)



**Fonte:** tjpa.jus.br

No que se refere à força total de trabalho, o quantitativo do corpo funcional é de 5.066 servidores, entre ocupantes de cargo efetivo e comissionado, a força auxiliar de trabalho é de 1.728 contratados, entre empregados terceirizados e estagiários, e o número de magistrados soma 348 (juízes de primeiro e segundo grau), todos distribuídos em 591 unidades de trabalho distribuídas na capital e no interior (dados obtidos em fevereiro de 2020).

Tendo em vista a maior concentração de ações estar no primeiro grau de jurisdição (que engloba as unidades que impulsionam diretamente o trâmite processual), o Tribunal adotou como diretriz principal a priorização do primeiro grau, privilegiando investimentos na área fim para conceder melhores condições de trabalho para juízes e servidores. Assim prevê a Resolução nº 25/2018, Art. 3º: “É diretriz do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Pará a priorização do Primeiro Grau de Jurisdição”.

### 2.5.3 Macrodesafios

Considerando a necessidade de revisão das bases do planejamento estratégico nacional, coordenada pelo CNJ e seu desdobramento em âmbito local, o TJ/PA editou a Resolução nº 25/2018 que dispõe sobre a segunda revisão do planejamento estratégico, para o biênio 2019/2020.

Nesta Resolução são previstos macrodesafios que se constituem no núcleo do processo de planejamento estratégico, com vistas ao melhor desempenho do judiciário e satisfação da sociedade na solução dos seus conflitos (TJPA, 2018).

A Justiça nacional, em todas as suas esferas e especialidades, estipulou para o período de 2015 a 2020, onze macrodesafios, subdivididos em três perspectivas, sendo elas:

- **Macrodesafio na perspectiva sociedade** - Garantia dos direitos da cidadania;
- **Macrodesafios na perspectiva dos processos internos** - Celeridade e produtividade na prestação judicial; Combate à corrupção e à improbidade administrativa; Adoção de soluções alternativas de conflito; Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes; Impulso às execuções fiscais e cíveis; Aprimoramento da gestão da justiça criminal;
- **Macrodesafios na perspectiva dos recursos** - Melhoria da gestão de pessoas; Instituição da governança judiciária; Melhoria da infraestrutura e governança de TIC; Aperfeiçoamento da gestão de custos (TJPA, 2018).

A instituição da governança judiciária, um macrodesafio na perspectiva dos recursos, significa, segundo a Resolução nº 25/2018, a:

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais e próprias de cada segmento de justiça, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos da justiça e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Como iniciativa estratégica apresenta, entre outros, o fortalecimento da gestão do 1º grau de jurisdição e para isso utilizou como indicador o Índice de melhorias nos temas do PLS (IPLS), que segundo a definição exposta mede “a proporção de temas do Plano de Logística Sustentável que apresentaram melhorias no período-base, em relação ao total de temas”. Definindo-se como meta: “alcançar, até 2020, melhoria em todos os temas do PLS (100%), com base nos preceitos de sustentabilidade trazidos pela Resolução nº 201/2015-CNJ”.

#### *2.5.4 A Sustentabilidade no Tribunal de Justiça do Estado do Pará*

As ações de sustentabilidade no Tribunal de Justiça paraense tiveram início em 2009 com a implantação, por meio da Resolução nº 5, do programa denominado “Agenda TJPA Socioambiental”.

Almejando desenvolver projetos e ações de combate ao desperdício de recursos públicos e a redução dos impactos ambientais daí decorrentes, bem como a necessidade de dar destinação adequada aos resíduos gerados na atividade laboral diária, resolveu-se instituir o referido programa.

A partir daí foi estabelecida a adoção de critérios ambientais na gestão administrativa do Tribunal, além de ser o início do desenvolvimento de uma cultura anti-desperdício, de utilização racional dos recursos ambientais e de estímulo a práticas ecoeficientes.

Também em 2009 foi dado início ao Projeto “Começar de Novo”, por determinação do CNJ, por meio da resolução nº 96/2009 (no Estado do Pará o projeto foi implantado com a portaria nº 2702/2009 - Gabinete da Presidência), com a finalidade de promover ações de reinserção social de presos, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas.

O Projeto tem por objetivo desenvolver mobilizações voltadas à sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil, com o propósito de promover ações de desenvolvimento sociocultural, capacitação e qualificação profissional, e de empregabilidade para presos e egressos do Sistema Carcerário, proporcionando a concretização da inclusão cidadã e promovendo a redução da reincidência criminal (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, 2015).

Uma ramificação deste plano ocorreu com a instituição do projeto “Reciclando Lixo, Transformando Vidas” que tem como propósito possibilitar a inserção social de

apenados por meio da preservação do meio ambiente. É uma iniciativa do Núcleo Socioambiental do TJ/PA, cuja finalidade é proporcionar qualificação para a atividade de catador de material reciclável, abordando noções de empreendedorismo social, cooperativismo, economia solidária, educação ambiental e coleta seletiva de materiais recicláveis, além de incluir a parte prática como reciclagem, classificação de resíduos, identificação dos tipos de materiais, pesagem e valores de revenda (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, 2015).

Em 2013 foi institucionalizado, por meio da Portaria nº 3086/2013, o Programa “Ribeirinho Cidadão” com a finalidade de atender as populações residentes em locais de difícil acesso, com vistas a oferecer a prestação jurisdicional e outros serviços públicos essenciais que viabilizem o exercício da cidadania.

É um projeto que trabalha com a realidade de grande parte do Estado do Pará, uma vez que a geografia do estado é formada por muitas ilhas e isso faz com que essas regiões se tornem distantes e o acesso a essas populações se dê exclusivamente por meio da malha fluvial.

Neste mesmo ano foi inaugurado o projeto “Museu sobre rodas”. Trata-se de um museu itinerante que funciona dentro de um ônibus adaptado e que percorre as comarcas do Estado disseminando a história do Judiciário paraense, por meio da exposição de documentos, objetos e palestras, e, também, curiosidades.

Dentre as curiosidades cabe destaque ao Desembargador Agnano Monteiro Lopes, primeiro negro a presidir uma corte no Brasil e que por sua história de vida deu origem ao biscoito “Monteiro Lopes”, muito conhecido na capital paraense; a Desembargadora Lygia Dias Fernandes, que foi a primeira mulher a presidir um Tribunal de Justiça no país; e ao Desembargador Arthur Teódulo dos Santos Porto, o autor do hino do Pará e vigésimo presidente do Tribunal.

Em 2014 foi dado início ao projeto “Minha escola, meu refúgio”, desenvolvido pela Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém, tendo como objetivo ensinar pais, funcionários das escolas e professores sobre o reconhecimento de sinais de violência contra crianças e adolescentes. A comunidade escolar é envolvida para a identificação de indícios de abuso para dar mais eficiência ao combate às graves consequências decorrentes da agressão.

O referido projeto já visitou mais de 50 escolas da Grande Belém e da Ilha do Marajó, levando informações por meio de palestras e cartilha que orienta a equipe escolar sobre os procedimentos que deve adotar ao detectar casos de exploração

sexual infanto-juvenil, além de orientação aos pais sobre a prevenção da violência e como identificar quais comportamentos podem ser adotados para o reconhecimento de sinais.

Foram descritos acima alguns exemplos de ações institucionais do Tribunal de justiça paraense anteriores à implantação do Plano de Logística Sustentável (2016/2020), que materializam ações ambientais, sociais e economicamente sustentáveis.

#### *2.5.5 O Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário Paraense – PLS/PJPA (2016/2020)*

Ao Núcleo Socioambiental cabe o monitoramento de metas anuais e a avaliação de indicadores de desempenho, devendo estimular a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo e gestão documental do órgão, bem como do corpo funcional e força de trabalho auxiliar (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, 2015).

Essas metas e indicadores estão consubstanciados no Plano de Logística Sustentável do TJ/PA, o qual foi criado para o desenvolvimento de projetos e ações, para o período de 2016 a 2020, a partir do estabelecimento de diretrizes e procedimentos que encerram atributos de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Como instrumento de planejamento, o PLS-PJPA visa instituir práticas de sustentabilidade, melhorias nos serviços, orientações para as contratações, aquisições e otimização de gastos. Para se atingir tais finalidades, apresenta planos de ações sustentáveis com vinculação de responsáveis e indicadores iguais aos indicadores para avaliação do desempenho ambiental e econômico contidos na Resolução nº 201/2015.

Para uma melhor visualização dos 13 planos de ação contidos no PLS/PJPA, foi construído o Quadro 5 que possui a denominação do(s) plano(s), o objetivo(s), o indicador(es) e o(s) responsável(eis).

**Quadro 5** - Planos de ações sustentáveis contidos no PLS/PJPA (2016/2020)

| Denominação                                | Objetivo(s)                     | Indicador(es)                                    | Quantidade de ações | Responsável(eis)                                   |
|--------------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------------------|---------------------|----------------------------------------------------|
| <b>PLANO 1 - Gestão do uso sustentável</b> | Diminuir o consumo combatendo o | Consumo e gasto com aquisição de papel, copos de | 09                  | Diretor do Departamento de Patrimônios e Serviços; |

|                                                                              |                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                               |    |                                                                                                                                                                                                                                                    |
|------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>dos materiais de consumo</b>                                              | desperdício, a fim de reduzir o impacto ambiental e econômico de papel. Diminuir o uso e os custos com copos plásticos, incentivando o uso de canecas. Reduzir o consumo de água condicionada em embalagens plásticas | plástico e água envasada                                                                                                                                                                      |    | Secretário de informática; Coordenador do Núcleo Socioambiental                                                                                                                                                                                    |
| <b>PLANO 2 - Gestão da impressão de documentos e equipamentos instalados</b> | Promover a prática da ecoeficiência no PJPA, com estímulo a redução do consumo de suprimentos de impressão e promoção do descarte adequado de suprimentos                                                             | Impressões de documentos totais; Equipamentos instalados e performance destes; gasto com aquisições de suprimentos e impressoras; gasto com contratos <i>outsourcing</i>                      | 03 | Coordenador da Coordenadoria de atendimento ao usuário; Secretário de informática; Coordenador de Treinamento de Servidores; Secretário de Planejamento                                                                                            |
| <b>PLANO 3 - Gestão de consumo e gasto com energia elétrica</b>              | Reduzir o consumo e os valores econômicos dos recursos energéticos, visando um consumo consciente                                                                                                                     | Consumo de energia elétrica; gasto com energia elétrica; Adequação do contrato de demanda (ponta e fora de ponta)                                                                             | 03 | Diretor do Depto. de Patrimônio e Serviços; Secretário de Engenharia e Arquitetura; Diretor do Depto. de Comunicação Social; Coordenador do Núcleo Socioambiental                                                                                  |
| <b>PLANO 4 - Gestão do consumo e gasto com água</b>                          | Reduzir o consumo de água por meio da adoção de práticas sustentáveis                                                                                                                                                 | Volume de água consumido e por área construída; gasto com água e gasto com água por área construída                                                                                           | 02 | Diretor do Depto. de Patrimônio e Serviços; Diretor da Secretaria de Engenharia e Arquitetura                                                                                                                                                      |
| <b>PLANO 5 - Gestão de resíduos sólidos</b>                                  | Gerenciamento e descarte ambientalmente correto dos resíduos sólidos gerados no âmbito do Poder Judiciário do Pará, com ênfase à coleta seletiva solidária, gerando cidadania, emprego e renda                        | Destinação de papel, suprimentos de impressão, vidros, metais, plásticos, resíduos de informática e de obras para a reciclagem; Destinação de lâmpadas, pilhas e baterias encaminhadas para a | 07 | Coordenador do Núcleo Socioambiental; Secretário de Administração; Diretor do Depto. de Patrimônio e Serviços; Secretário de Engenharia e Arquitetura; Chefe da Divisão de Serv. Gerais; Coordenador da Coordenadoria de Treinamento e Formação de |

|                                                          |                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                         |    |                                                                                                                                                                                                                         |
|----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                          | aos catadores de materiais recicláveis, com redução dos impactos ambientais                                                          | descontaminação; Destinação de madeira para reaproveitamento; Destinação de resíduos de saúde para a descontaminação; Total de material reciclável destinado às cooperativas            |    | servidores; Secretário do Fórum criminal                                                                                                                                                                                |
| <b>PLANO 6 - Gestão da Qualidade de Vida no trabalho</b> | Melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho, proporcionando bem estar físico e emocional, aumentando a capacidade produtiva | Participação dos servidores e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho; Participação de servidores em ações solidárias; Ações de inclusão para servidores com deficiência | 09 | Coordenador da Coordenadoria de Saúde e Qualidade de Vida; Secretário de Engenharia e Arquitetura; Secretário da Secretaria de Gestão de Pessoas; Coordenador do Núcleo Socioambiental; Secretário de Gestão de Pessoas |
| <b>PLANO 7 - Gestão de serviços de telefonia</b>         | Reduzir o impacto econômico referente ao gasto com telefonia fixa e móvel                                                            | Gasto médio e total dos contratos de telefonia fixa e móvel                                                                                                                             | 03 | Chefe de Serviço de Telecomunicações; Secretário de Informática; Diretor do Depto. De Comunicação social; Coordenador do Núcleo Socioambiental                                                                          |
| <b>PLANO 8 - Gestão de serviços de vigilância</b>        | Revisar e aprimorar os processos de contratações de serviços com eficiência do gasto público                                         | Valor inicial e atual do posto                                                                                                                                                          | 01 | Coordenador da Coordenadoria Militar                                                                                                                                                                                    |
| <b>PLANO 9 - Gestão de serviços de limpeza</b>           | Revisar e aprimorar contratações de serviços pautados em critérios de sustentabilidade e eficiência                                  | Gasto de limpeza pela área construída; gasto com material de limpeza e Grau de repactuação                                                                                              | 01 | Chefe da Divisão de Serviços Gerais                                                                                                                                                                                     |
| <b>PLANO 10 - Gestão do consumo de combustíveis</b>      | Reduzir a emissão de substâncias poluentes e o impacto econômico                                                                     | Consumo de gasolina, álcool e diesel da frota de veículos                                                                                                                               | 03 | Chefe da Divisão de Transportes; Secretário da secretaria de Administração                                                                                                                                              |
| <b>PLANO 11- Gestão do uso sustentável de veículos</b>   | Reduzir os custos com manutenção, aquisição e deslocamentos                                                                          | Veículos para transporte de servidores e magistrados; Tramitação de documentos e                                                                                                        | 03 | Chefe da Divisão de Transportes; Secretário de informática; Chefe da Divisão de compras                                                                                                                                 |



|                                                                                                      |                                                                                                  |                                                                              |    |                                                                                                                                                                                                                                       |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                      |                                                                                                  | demais atividades funcionais                                                 |    |                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>PLANO 12 -<br/>Gestão do<br/>Layout</b>                                                           | Definir e planejar estratégias sustentáveis nas ações relativas aos serviços de projetos e obras | Valor gasto com reformas nas unidades                                        | 02 | Secretário de Engenharia e Arquitetura                                                                                                                                                                                                |
| <b>PLANO 13 -<br/>Gestão da<br/>capacitação de<br/>servidores em<br/>educação<br/>socioambiental</b> | Capacitação sobre sustentabilidade e consumo consciente, em busca da eficiência administrativa   | Sensibilização e capacitação do corpo funcional e força de trabalho auxiliar | 09 | Coordenador da Coord. de Treinamento de Servidores;<br>Coordenador do Núcleo Socioambiental;<br>Coordenador da Coord. de Saúde; Diretor da Escola da Magistratura;<br>Chefe da Div. de Saúde; Secretário da Sec. de Gestão de Pessoas |

**Fonte:** Elaboração própria (2019) com base no PLS/PJPA (2016).

Este plano serve de base para a linha de ações sustentáveis do judiciário paraense para propagar a importância do diagnóstico ambiental, social e econômico, analisando as problemáticas encontradas na implantação de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável.

A responsabilidade pelo efetivo sucesso do PLS/PJPA cabe a todo corpo funcional, abrangendo aqueles que ocupam as mais simples funções àqueles do alto escalão, entretanto aos gestores das unidades diretamente envolvidas na execução dos planos de ações traçados, cabe o dever de gestão efetivo para o atingimento das metas.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 CONTEXTO GERAL

O propósito desta pesquisa é de investigar os impactos da implantação do primeiro Plano de Logística sustentável no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o que conduziu à escolha da abordagem qualitativa para realização da pesquisa, opção justificada pela assertiva de Richardson (2017, p.69):

[...] a abordagem qualitativa examina o ser humano como um todo, de uma forma contextualizada. As potencialidades qualitativas incluem a capacidade de gerar informações mais detalhadas das experiências humanas, incluindo suas crenças, emoções e comportamento, considerando que as narrativas obtidas são examinadas dentro do contexto original em que ocorrem. Além disso, estudos qualitativos proporcionam análises profundas das experiências humanas no âmbito pessoal, familiar e cultural, de uma forma que não pode ser obtida com escalas de medida e modelos multivariados.

Dedicou-se ao tratamento da face empírica da realidade, com enfoque exploratório e descritivo, buscando a colheita de informações *in loco*, de modo a se atingir uma investigação mais precisa e minuciosa dos objetivos da pesquisa.

Este estudo debruçou-se a alcançar os seguintes objetivos específicos: descrição da difusão da pauta sustentabilidade no Poder Judiciário; identificação dos desafios e as facilidades encontradas pelos gestores e sugestão de propostas de inovação que inibam ou diminuam as dificuldades encontradas pelos gestores no PLS-PJPA (2016/2020).

Para tanto, como estratégia, optou-se pelo desenvolvimento de um estudo de caso, que segundo o autor Yin (2010, p.17):

é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto puderem não ser claramente evidentes.

Quanto aos procedimentos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental (resoluções, relatórios de desempenho, leis federais, estaduais e municipais, artigos de sites oficiais etc.) e entrevistas semiestruturadas com os gestores vinculados aos treze planos sustentáveis previstos no PLS-PJPA (2016/2020).

O fato de existir um quantitativo pequeno de entrevistados viabilizou a ênfase da análise sobre as experiências individuais e sobre as particularidades de cada plano

de ação sob exame, destacando a ótica dos gestores vinculados, partícipes da coleta de dados.

### 3.2 COLETA DE DADOS

Primeiramente optou-se pela reunião dos resultados de desempenho dos indicadores ligados a cada plano de ação sustentável. Identificaram-se esses dados por meio da análise dos relatórios de desempenho, divulgados no portal da transparência do site do TJ/PA, período de 2016 a 2019. Além disso, também foram coletados dados do ano de 2015 contidos no PLS.

Após a coleta, esses resultados foram agrupados em gráficos para melhor visualização do desempenho ano a ano. Com os números de 2019 (penúltimo ano de implantação do PLS) e os números de 2015 (ano imediatamente anterior à implantação do PLS), foi possível extrair-se um índice que revelasse desempenho crescente ou decrescente de determinado indicador.

Somando-se a previsão de ações contidas no PLS para cada plano sustentável, com a visualização do desempenho dos indicadores nos gráficos mencionados acima, foi possível ter um norte para a elaboração dos roteiros de entrevistas semiestruturadas (localizados no Apêndice B), que foram elaborados de forma flexível e adaptável conforme as particularidades de cada plano de ação, para a compreensão de situações que não puderam ser observadas de forma direta.

Tais roteiros foram desenvolvidos visando a compreensão dos motivos para o não alcance de metas em determinados planos de ação, ou mesmo para entender o funcionamento de certos processos de trabalho, optando-se por perguntas objetivas e didáticas para a coleta de dados qualitativos de confiança que possibilitassem o entendimento de tópicos de interesse.

Na dicção de Richardson (2017, p. 222) a entrevista semiestruturada:

baseia-se num guião de entrevista adaptável e não rígido ou predeterminado. A vantagem dessa técnica é a sua flexibilidade e a possibilidade de rápida adaptação. A entrevista pode ser ajustada, quer ao indivíduo, quer às circunstâncias. Ao mesmo tempo, a utilização dum plano ou guião contribui para a reunião sistemática dos dados recolhidos.

No PLS-PJPA há treze planos de ação previstos, com gestores responsáveis vinculados a cada um deles. Ocorre que há gestores comuns para mais de um Plano,

sendo assim foram enviados nove convites para os entrevistados para a realização de entrevistas pessoais para o período de 10 a 14 de fevereiro de 2020.

Do total de convites enviados, sete foram aceitos, deste modo foram realizadas as entrevistas onde os pesquisados responderam oralmente a sequência de questões semiestruturadas, sendo estas gravadas e transcritas posteriormente. Os outros dois gestores convidados, por questões de disponibilidade, não puderam dar entrevistas pessoalmente.

Ressalto que no mês de março de 2020 foi decretada Pandemia pelo vírus Sars-Cov-2, demandando isolamento social de todos, o que impossibilitou esta pesquisadora de repetir os convites para entrevistas pessoais. Por este motivo, foram enviados questionários por e-mail aos dois gestores que restavam.

Dos questionários enviados por e-mail, obtive resposta de apenas um, o faltante referia-se ao Plano Gestão do Uso Sustentável de Materiais de Consumo, o que foi prejudicado, mas não na sua totalidade, haja vista que algumas informações foram obtidas junto à ocupante interina, na ocasião da entrevista em fevereiro.

Observando os perfis dos respondentes, configurou-se seis componentes do quadro de pessoal efetivo do TJ/PA e dois ocupantes de cargos comissionados, sendo um oriundo das fileiras da Polícia Militar e outro por indicação política. Dentre os oito entrevistados, três eram mulheres e cinco homens.

É importante frisar que todos os gestores entrevistados leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (modelo em Apêndice C), conforme orientação do Conselho de Ética da UFPB e para assegurar o sigilo de suas identidades eles foram mencionados pela função comissionada que ocupam.

As entrevistas foram realizadas por gravação de áudio e materializadas em um roteiro composto por cinco itens que trataram da identificação (nome, sexo, cargo, função, tempo de serviço no TJ/PA) e mais oito a vinte itens (a depender do plano de ação) que abordaram questões relativas às ações desenvolvidas e aos resultados alcançados.

A seguir apresenta-se no Quadro 6 a configuração dos gestores entrevistados para melhor visualização da amostra.

**Quadro 6 – Configuração dos respondentes**

| Função que ocupa                                                                                                         | Respondente para questões do(s) plano(s) de ação                                                | Entrevista pessoal | Questionário por e-mail |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------------|
| Chefe da Divisão de Serviços Gerais (substituta eventual da função de Diretor de Departamento de Patrimônios e Serviços) | Gestão de uso sustentável dos materiais de consumo;<br>Gestão do consumo e gasto com água       | X                  |                         |
| Secretário de Informática                                                                                                | Gestão da impressão de documentos e equipamentos instalados;<br>Gestão de serviços de telefonia | X                  |                         |
| Secretária de Engenharia e Arquitetura                                                                                   | Gestão de consumo e gasto com energia elétrica; Gestão do layout                                |                    | X                       |
| Coordenadora do Núcleo Socioambiental                                                                                    |                                                                                                 | X                  |                         |
| Coordenador da Coordenadoria de Saúde e Qualidade de Vida                                                                | Gestão da qualidade de vida no ambiente de trabalho                                             | X                  |                         |
| Coordenador da Coordenadoria Militar                                                                                     | Gestão de serviços de vigilância                                                                | X                  |                         |
| Chefe de Serviço de acompanhamento de contratos                                                                          | Gestão de serviços de limpeza                                                                   | X                  |                         |
| Chefe da Divisão de Transportes                                                                                          | Gestão do consumo de combustíveis;<br>Gestão do uso sustentável de veículos                     | X                  |                         |

**Fonte:** Elaboração própria (2020) com base em dados da pesquisa.

### 3.3 ANÁLISE DE DADOS

Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo para se destacar nas entrevistas as dificuldades encontradas pelos gestores, de modo que a identificação desses pontos serviu de auxílio para o levantamento de propostas de ações para cada campo de atuação.

Bardin (2011, p. 243) elucida que:

análise de conteúdo é, particularmente, utilizada para estudar material de tipo qualitativo (aos quais não se podem aplicar técnicas aritméticas). Portanto, deve-se fazer uma primeira leitura para organizar as ideias incluídas a fim de, posteriormente, analisar os elementos e as regras que as determinam.

Quanto à análise da entrevista, Richardson (2017, p. 263) descreve como: “longa e cansativa, consiste basicamente na codificação, categorização e quantificação da informação”. Considerando que este estudo se centrou em uma

abordagem qualitativa dos dados, optou-se pela codificação e categorização das informações obtidas com as entrevistas, desconsiderando a quantificação.

As etapas de codificação e categorização buscaram identificar, dentro de cada plano de ação, os desafios encontrados para não se atingir as metas e quais oportunidades/facilidades vislumbradas a partir da implantação do PLS.

A partir desta definição, o estudo desenvolvido primou pela objetividade, onde as entrevistas foram analisadas de forma a atender aos objetivos específicos, pela sistematização das entrevistas conforme as dificuldades e facilidades encontradas com a implantação do PLS e pela generalização, onde se averiguou em todas as entrevistas os mesmos resultados, focando na similaridade.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em consonância com os objetivos propostos, neste capítulo serão apresentados os resultados dos dados obtidos na pesquisa. Primeiramente identifica-se como se deu a difusão da pauta sustentabilidade no Poder Judiciário. Posteriormente, expõem-se os resultados da investigação de cada um dos treze planos contidos no PLS-PJPA (2016/2020). Ao final, apresentam-se sugestões de ações para os desafios revelados e contribuições para a construção do Novo PLS a ser implantado a partir de 2021.

### 4.1 DESCRIÇÃO DA DIFUSÃO DA PAUTA SUSTENTABILIDADE NO PODER JUDICIÁRIO

No Poder Judiciário brasileiro o enfoque sobre as políticas públicas na área socioambiental teve início com o primeiro ato normativo elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Recomendação nº 11, de 22 de maio de 2007. O CNJ foi concebido em 2004 com a finalidade de aprimorar a gestão judiciária brasileira, com competências para coordenar o planejamento estratégico do Poder Judiciário, bem como exercer o controle da atuação administrativa e financeira dos tribunais.

Por se tratar de Recomendação não possuía caráter vinculante, mas de orientação para que os tribunais adotassem políticas públicas que objetivasse a formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, além de promover conscientização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016).

No ano de 2010 o CNJ instituiu a Meta Nacional nº 6, trazendo em seu bojo a importância de se preocupar com os impactos negativos causados pelas atividades laborais e, assim, estipulou a redução de, no mínimo, 2% (dois por cento) do uso de água, energia, papel, telefone e combustível.

Cinco anos depois, em 2015, foi editada a Resolução nº 201 do CNJ (com caráter vinculante) que dispõe que os Órgãos do Poder Judiciário relacionados nos incisos I-A a VII, do art. 92, da Constituição Federal de 1988, quais sejam: o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, bem como o Conselho da Justiça

Federal e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, devem criar núcleos socioambientais ligados, preferencialmente, à alta administração, tendo em vista as suas atribuições estratégicas e as mudanças de paradigma que suas ações compreendem. Além de estabelecer suas competências e implantar os seus respectivos Planos de Logística Sustentável (PLS).

De acordo com o art. 10 da Resolução nº 201, o Plano de Logística Sustentável é:

instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

Com foco na preservação do meio ambiente, a edição desta resolução teve por escopo estimular a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo e gestão documental no Judiciário, bem como estimular a consciência ambiental do quadro de funcionários e colaboradores auxiliares das instituições de justiça brasileira. Nela constam os requisitos (objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados) e a estrutura necessária (como a criação do Núcleo Socioambiental) para a implementação desse Plano (MELO; LEÃO, 2018).

A partir da instituição desta norma, os órgãos do Poder Judiciário passaram a alimentar mensalmente o Sistema de Questionários do CNJ, localizado no sítio deste Conselho na internet, com dados sobre indicadores mínimos para avaliação do desempenho econômico e ambiental do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário.

Eis os indicadores: papel, copos descartáveis e água engarrafada, impressão de documentos e equipamentos instalados, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, telefonia, vigilância, limpeza, combustível, veículos, layout e capacitação de servidores em educação ambiental (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2015).

De 2015 até outubro de 2019 foram registrados três balanços socioambientais do Poder Judiciário, constando no último o histórico dos gastos e consumos dos últimos quatro anos: 2015 a 2018. Essas aferições embasam o Plano de Logística Sustentável de cada órgão, e este, por sua vez, serve de auxílio para o planejamento estratégico e financeiro de cada instituição.



Entre os exemplos de modelos de gestão organizacional para que se atenda aos indicadores estabelecidos na Resolução estão: o uso sustentável dos recursos naturais e bens públicos; a promoção das contratações sustentáveis, o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público; a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com adequada gestão dos resíduos gerados; a gestão sustentável de documentos; a qualidade de vida no ambiente de trabalho que compreende a valorização, satisfação e a inclusão do capital humano das instituições, com ações para estímulo ao desenvolvimento pessoal e profissional e a melhoria das condições das instalações físicas.

No que se refere às práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de serviços e materiais, o art. 16 engloba:

I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJE e a informatização dos processos e procedimentos administrativos; II - energia elétrica; III - água e esgoto; IV - gestão de resíduos; V - qualidade de vida no ambiente de trabalho; VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas; VII - contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme artigo 15; VIII - deslocamento de pessoal, bens e materiais considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

De maneira geral, a aferição de todos esses itens possibilita que se trace um panorama anual da política ambiental no Poder Judiciário nacional, dando publicidade do desempenho dos órgãos da justiça, o que possibilita à sociedade a fiscalização e o engajamento nesta política pública.

Em sintonia com este cenário, em 2016, por meio do Decreto presidencial nº 8892, de 27 de outubro de 2016, foi criada a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, subscrita pela República Federativa do Brasil.

Por meio da Portaria nº 133/2018, foi instituído no CNJ, o Comitê Interinstitucional destinado a avaliar a integração das metas do Poder Judiciário às metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030, e elaborar relatório de trabalho com apoio de todos os Tribunais do País.

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas e 231 indicadores globais, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. É um compromisso assumido por líderes de 193 Países e coordenado pelas Nações Unidas, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Nos anais do I Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário, realizado em Curitiba/PR em agosto de 2019, a Agenda 2030 foi assim descrita:

são objetivos e metas claras, para que todos os países os adotem de acordo com as próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, que buscam equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Construídos sobre o já profícuo legado dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os 17 ODS estimulam a ação para os próximos anos (2016-2030) em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta.

No processo de implementação da Agenda 2030, o comprometimento com a adoção e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é de responsabilidade de todos os Poderes do Estado, que devem atuar no seu respectivo âmbito de atuação. As diretrizes traçadas pelos ODS devem ser seguidas, bem como deve ser feito um esforço para adequação e cumprimento das metas e dos indicadores estabelecidos. Nessa perspectiva, o Poder Judiciário brasileiro iniciou um trabalho de integração da Agenda 2030 com as Metas Nacionais definidas em seu Planejamento Estratégico.

Embora os indicadores ODS tenham sido atribuídos principalmente para a atuação do Poder Executivo, que é o orientador das políticas públicas, a participação do Poder Judiciário se faz imprescindível, pois quando tais políticas públicas falham, o cidadão buscará efetivar os seus direitos por meio do Judiciário, portanto se vê a importância de que a visão estratégica do CNJ esteja em consonância com os ODS, pois de forma direta ou indireta haverá reflexos nos indicadores da Agenda 2030 (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019).

É início do envolvimento efetivo do Poder Judiciário com cumprimento dos ODS, em especial o de número 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), cuja definição está em promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso à Justiça para todos e construindo instituições

eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019).

#### 4.2 IDENTIFICAÇÃO DOS DESAFIOS DE GESTÃO COM A IMPLANTAÇÃO DO PLS-PJPA (2016/2020)

A seguir serão analisados os treze planos de ações sustentáveis do PLS do TJ/PA (2016/2020), reconhecendo-se os impactos oriundos de sua implantação, por meio dos pontos fortes que levaram ao alcance das metas, e dos desafios encontrados pelos gestores que ocasionaram o não atingimento dos resultados esperados.

Para o início da explanação de cada plano, elegeu-se quadro sintético desejando melhor visualização dos objetivos, meta estipulada, indicadores e entrevistado(s). Optou-se pela ilustração por gráficos de desempenho para os indicadores de cada plano, exibindo da linha base, isto é, ano de 2015 (exercício anterior à implantação do PLS), até o ano de 2019 (penúltimo ano de vigência do plano).

Ressalte-se que esta análise gerou um elevado número de gráficos, os quais não foram dispostos na totalidade neste item. Aqueles que não foram expostos por ora, estão alocados no apêndice A.

Há de se destacar que todas as metas estabelecidas na construção dos treze Planos de ação previstos no PLS-PJPA (2016/2020) não foram revisadas em nenhum momento a partir de sua implantação, tendo em vista que não ocorreram reuniões posteriores para tratamento do assunto.

##### 4.2.1 *Plano 1 - Gestão de uso sustentável dos materiais de consumo*

**Quadro 7** – Características do Plano 1 do PLS (2016/2020)

|                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|--------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>OBJETIVOS</b>   | Diminuição do consumo de <b>papel, copos plásticos</b> (200ml e 50ml) e <b>água envasada em embalagens plásticas</b> (copos, garrafinhas e garrações de 20L)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>META</b>        | Regressiva: fixada em <b>10%</b> de consumo ao ano para <b>papel e copos plásticos</b> ; <b>5%</b> para <b>água envasada</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>INDICADORES</b> | Quantidade de <b>papel branco</b> (resmas utilizadas)<br>Gasto com aquisição de papel branco (resmas utilizadas) *<br>Consumo de <b>copos descartáveis 200 ml</b> (copos por servidor)<br>Gasto com aquisição de copos descartáveis 200 ml*<br>Consumo de <b>copos descartáveis 50 ml</b> (copos por servidor)<br>Gasto com aquisição de copos descartáveis 50 ml*<br>Consumo de <b>água em embalagem plásticas</b> (copos/garrafas) *<br>Gasto com água envasada (copos/garrafinhas) * |

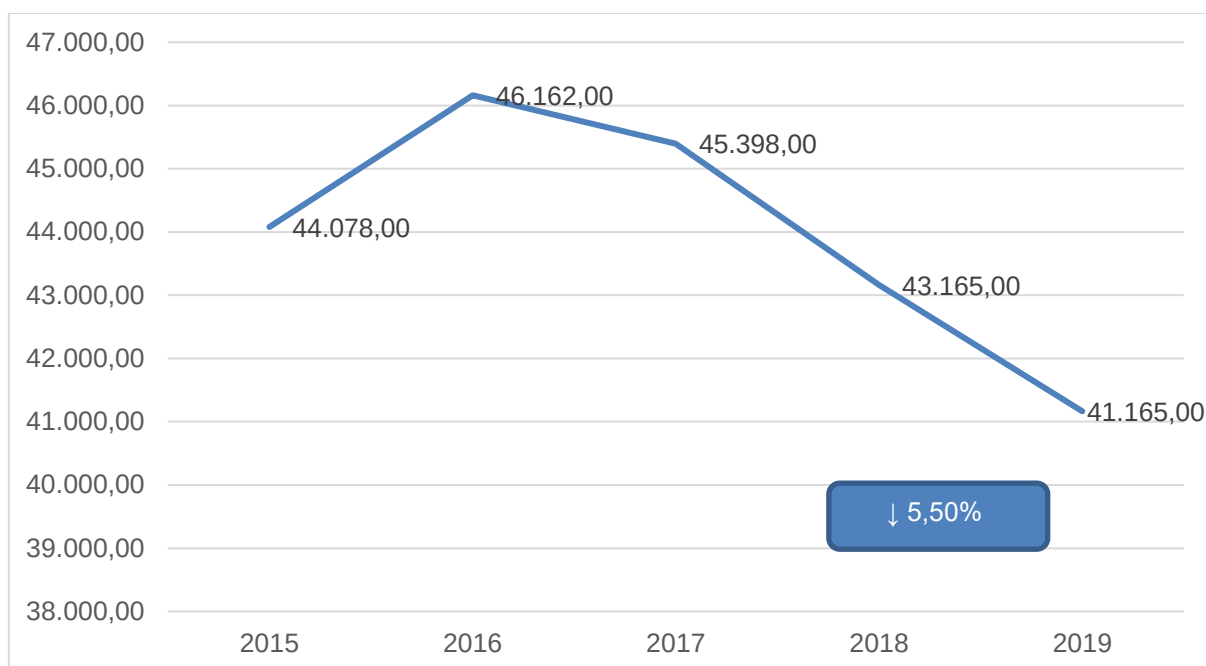
|                     |                                                                                                                                    |
|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                     | Consumo de água (garrações 20l) *                                                                                                  |
|                     | Gasto com água envasada (garrações 20l) *                                                                                          |
| <b>ENTREVISTADA</b> | <b>Chefe da Divisão de Serviços Gerais (ocupando interinamente a função de Diretora do Departamento de Patrimônios e Serviços)</b> |

\*Gráficos de desempenho no Apêndice A.

Fonte: PLS-PJPA, 2016.

O consumo de **papel** branco reduziu em 5,5% no comparativo de 2015 e 2019, como demonstra o gráfico de consumo que segue:

**Gráfico 1** - Quantidade de papel branco



Fonte: Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

Pela análise dos relatórios de desempenho dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 e pelo conteúdo da entrevista com a Diretora do Departamento de Patrimônio e Serviços, em exercício, constatou-se o que se descreve a seguir.

A redução no consumo das resmas de papel ocorreu, principalmente, pelo avanço do Processo Judicial Eletrônico (PJE), onde os processos judiciais e administrativos passaram a ser virtuais, não havendo mais a necessidade de serem impressos para que se formem volumes de autos que chegavam a mais de 1000 folhas em alguns casos, além de que foram enviadas às unidades administrativas e judiciais, impressoras que trabalham com o modo econômico, fazendo impressões frente e verso, o que representou economia no consumo.

Soma-se a esses fatos a relevante iniciativa do Núcleo Socioambiental que realiza triagem dos papéis que são enviados para reciclagem, só destinando às cooperativas papéis utilizados dos dois lados ou que não têm mais utilidade para o Tribunal. Disso se reaproveita o material desperdiçado em resmas reutilizadas, as quais são enviadas para as unidades para utilização e diminuição das requisições. Deste modo, exaure-se a vida útil do papel, contribuindo para a redução da demanda das resmas e dos impactos ambientais.

Contudo, apesar deste freio no consumo, há de se notar a variação no Gráfico 1 para aumento da demanda por resmas em 2016 e 2017, o que elevou os gastos orçamentários. Neste sentido a entrevistada enfatiza:

[...] sei que mesmo com a implantação do sistema eletrônico, existem pessoas que tem dificuldade em não ter o papel. Isso é cultural, eu passei por essa dificuldade, mas hoje estou adaptada. A gente vê muito no SIGA-DOC [sistema para processamento de expedientes administrativos] documentos não só de comarcas do interior, mas também aqui da capital. **A pessoa fez o documento, imprimiu, escaneou e inseriu no SIGA-DOC ao invés de seguir a opção de fazer direto no sistema.** Então, ainda existe essa cultura.

Durante os anos de 2016 e 2017 ocorreu a implantação do PJE e do SIGA-DOC, o que alterou a rotina de trabalho de todos e exigiu a mudança da cultura da impressão.

A cultura organizacional é o resultado de um processo histórico, das experiências vividas na organização, as quais foram transmitidas aos novos membros por meio da socialização, a qual tem na comunicação, seja ela formal ou informal do trabalho cotidiano, o meio que possibilita a assimilação de valores, normas e procedimentos (ANTONELO; GODOY, 2011).

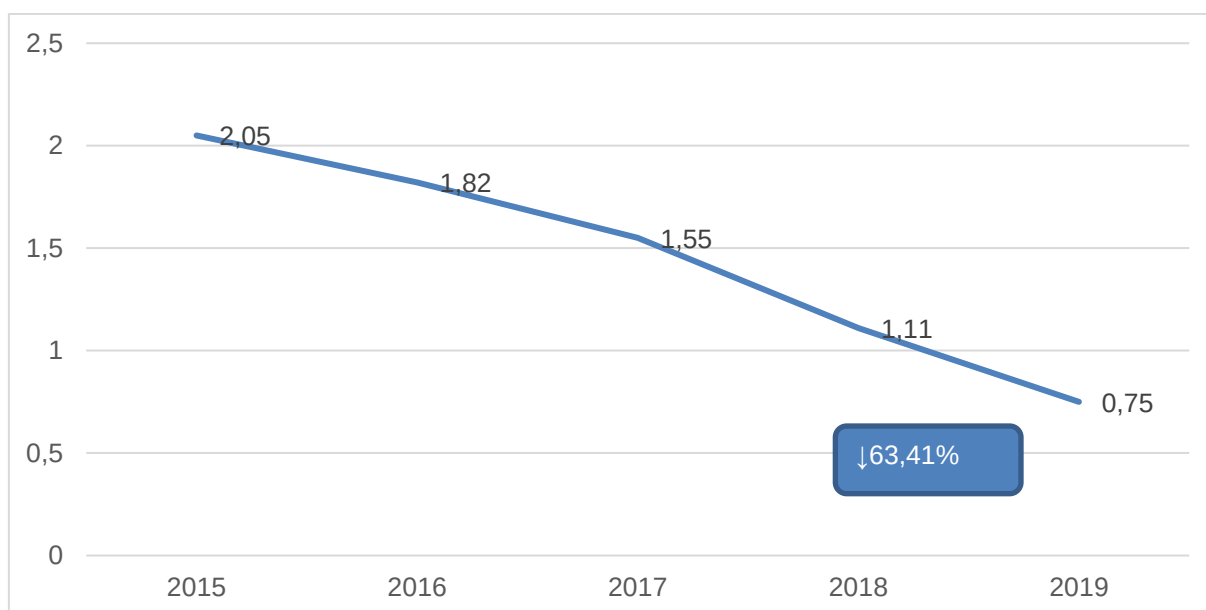
Há uma tendência de resistência a mudanças em todas as organizações e um dos fatores elementares para se alcançar a mudança de cultura é o tempo. Segundo Dias (2013), independentemente da alteração na rotina de trabalho, é imprescindível um lapso temporal para que ocorra a mudança de forma efetiva, haja vista não existir mudanças repentinas.

No que se refere ao consumo e gasto com aquisição de **copos plásticos** (200 ml e 50 ml) verificou-se que a redução no consumo superou os 10% previstos para a meta. As canecas ecológicas entregues pela Administração do Tribunal para todo o corpo funcional e as campanhas realizadas pelo Núcleo Socioambiental, impactaram diretamente para o alcance deste resultado. Os servidores passaram a compreender

(TJ/PA, 2019, p.10): “a importância do uso de recipientes reutilizáveis no trabalho e seu menor impacto no meio ambiente”.

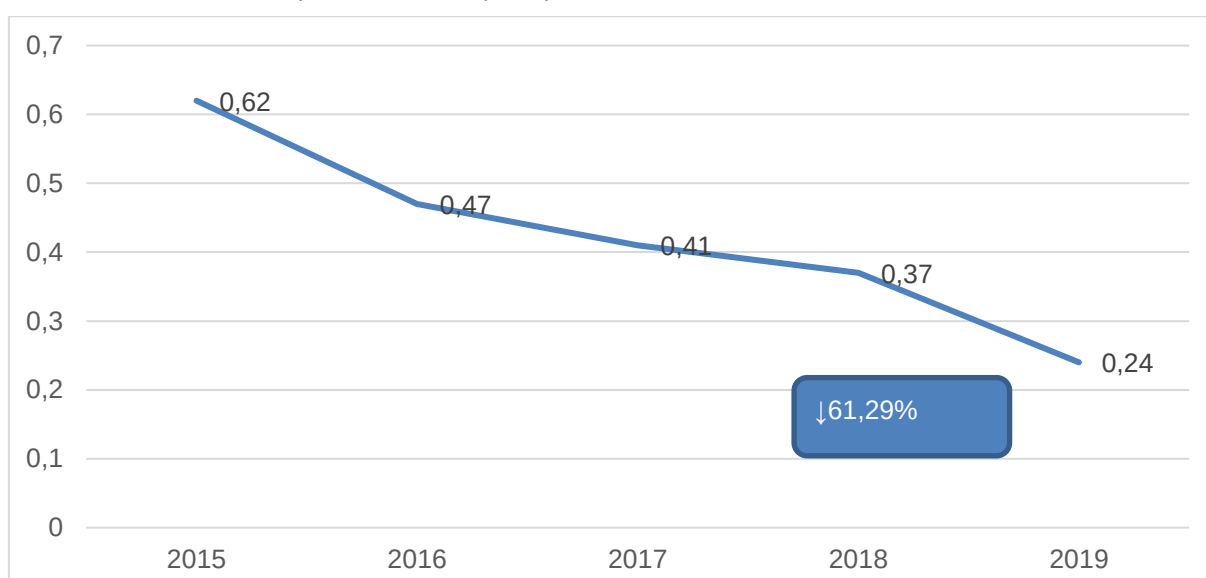
No mais, a adoção das canecas influenciou a diminuição do hábito de se tomar o cafezinho nos copinhos plásticos de 50 ml, eliminando o descarte diário de centenas deles, além de impactar diretamente no orçamento. Os Gráficos 2 e 3 ilustram essa redução.

**Gráfico 2** - Consumo copo descartável (200ml)



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

**Gráfico 3** - Consumo copo descartável (50ml)

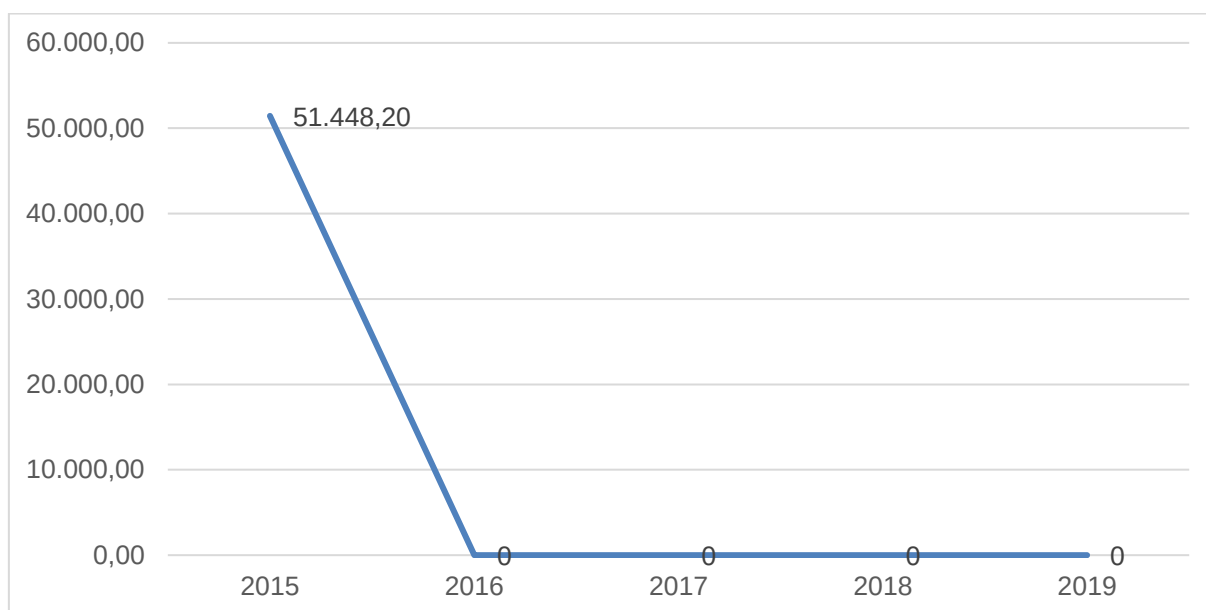


**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

Uma pesquisa feita pelo Instituto de Química da Universidade Federal da Bahia apontou que os copos descartáveis especificamente feitos a partir de poliestireno (os copos brancos de plástico adquiridos pelo Tribunal), quando entram em contato com uma substância quente (como café ou chá) podem liberar uma quantidade acima do considerado aceitável de uma substância chamada estireno, conhecido pela Agência Internacional de Pesquisa do Câncer como um possível cancerígeno, também capaz de proporcionar outros males, como dores de cabeça, depressão, perda auditiva e problemas neurológicos (COPO..., 2020).

No que se refere ao consumo de **água envasada** em embalagens plásticas (copos, garrafinhas e garrafões de 20L), já no primeiro ano de implantação do PLS, extinguiu-se a compra de copos e garrafinhas de água, alcançando-se a partir desta ação, 100% de atingimento da meta.

**Gráfico 4** - Gasto com água envasada



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

Salienta-se desse fato o aumento em torno de 20,14% do consumo de água em garrafões de 20 litros, se comparado ao consumo em 2015. Apesar da elevação desse tipo de consumo, houve redução da aquisição de milhares de copos e garrafas plásticas, havendo diminuição significativa do lixo enviado ao meio ambiente ou à reciclagem.

Acrescenta, ainda, o relatório de desempenho de 2019, que este acréscimo se deu pela inclusão de três comarcas no contrato de fornecimento de água envasada.

Apresenta-se a seguir a planilha referente aos indicadores dos materiais de consumo mencionados e o desempenho em números, com representação do quantitativo dos anos de 2015 a 2019, cujos dados foram obtidos nos relatórios de desempenho constantes no *link* transparência localizado no portal do TJ/PA ([www.tjpa.jus.br](http://www.tjpa.jus.br)).

**Planilha 1** – Tema papel, copos descartáveis e água envasada

| Indicadores de uso sustentável nos materiais de consumo          | Ano            |                |                |                |                | Índice  |
|------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------|
|                                                                  | 2015           | 2016           | 2017           | 2018           | 2019           |         |
| Quantidade de <b>papel branco</b> (resmas utilizadas)            | 44.078,00      | 46.162,00      | 45.398,00      | 43.165,00      | 41.654,00      | -5,50%  |
| Gasto com aquisição de papel branco (resmas utilizadas)          | R\$ 452.681,06 | R\$ 503.782,57 | R\$ 658.271,00 | R\$ 608.616,29 | R\$ 648.971,00 | 43,36%  |
| Consumo de <b>copos descartáveis 200 ml</b> (copos por servidor) | 2,05           | 1,82           | 1,55           | 1,11           | 0,75           | -63,41% |
| Gasto com aquisição de copos descartáveis 200ml                  | R\$ 33.478,34  | R\$ 26.975,65  | R\$ 26.962,96  | R\$ 18.482,63  | R\$ 12.247,00  | -63,42% |
| Consumo de <b>copos descartáveis 50 ml</b> (copos por servidor)  | 0,62           | 0,47           | 0,41           | 0,37           | 0,24           | -61,29% |
| Gasto com aquisição de copos descartáveis 50ml                   | R\$ 4.495,35   | R\$ 3.385,60   | R\$ 2.895,70   | R\$ 2.813,38   | R\$ 1.896,76   | -57,81% |
| Consumo de <b>água em embalagens plásticas</b> (copos/garrafas)  | 48.000,00      | 0,00           | 0,00           | 0,00           | 0,00           | -       |
| Gasto com água envasada (copos/garrafinhas)                      | R\$ 51.498,20  | R\$ -          | R\$ -          | R\$ -          | R\$ -          | -       |
| Consumo de água (garrações 20l)                                  | 24.883,00      | 22.528,00      | 22.746,00      | 23.603,00      | 29.894,00      | 20,14%  |
| Gasto com água envasada (garrações 20l)                          | R\$ 86.000,00  | R\$ 74.205,21  | R\$ 90.217,30  | R\$ 94.884,06  | R\$ 134.223,00 | 56,07%  |

**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).



#### 4.2.2 Plano 2 – Gestão da impressão de documentos e equipamentos instalados

**Quadro 8** – Características do Plano 2 do PLS (2016/2020)

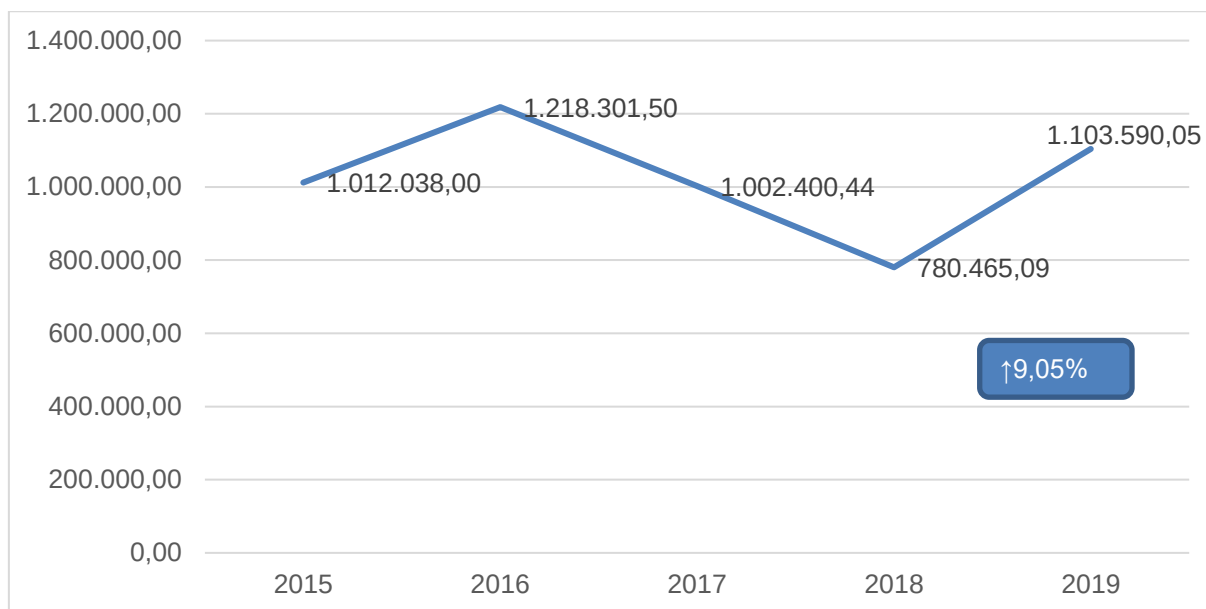
| OBJETIVOS    | Redução do consumo de suprimentos de impressão<br>Promoção do descarte adequado de suprimentos                                                                                                                                                                   |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| META         | Regressiva: fixada em 5% o número de impressões por usuário                                                                                                                                                                                                      |
| INDICADORES  | Impressão de documentos totais (documentos por servidor)<br>Equipamentos instalados por unidade de trabalho*<br>Performance dos equipamentos instalados (impressões)*<br>Gasto com aquisição de suprimentos (informática)<br>Gasto com aquisição de impressoras* |
| ENTREVISTADO | Secretário de informática                                                                                                                                                                                                                                        |

\*Gráficos de desempenho no Apêndice A.

Fonte: PLS-PJPA, 2016.

No indicador de gasto com aquisição de suprimentos de impressão, houve aumento significativo no comparativo entre 2015 e 2016. O maior impacto no orçamento foi para aquisição de impressoras e a maior disponibilidade delas gera estímulo à impressão, pois quanto mais perto de uma estação de trabalho está uma impressora, maior é a tendência de uso, principalmente por aqueles que não são preocupados com questões ambientais ou não foram conscientizados sobre o tema.

**Gráfico 5** - Gasto com aquisição de suprimentos (R\$)



Fonte: Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

O Secretário de informática questionado sobre os principais obstáculos que encontra na redução de gastos com aquisição de suprimentos de impressão, disse:

Eu acho que a palavra chave é **cultura**. Por exemplo, vários Tribunais Superiores trabalham com centro de impressão, um andar há um centro de

impressão com duas impressoras que atendem todo o andar. Hoje cada gabinete quer ter duas ou três impressoras, isso é até difícil gerenciar. Até porque se se tira uma impressora dele, se causa desconforto, pois reclamam. **O ideal é que se tenha uma impressora por setor.** Aqui, todo o nosso setor, que é essa sala e a outra, só há uma impressora de pequeno porte. Nós somos da área de TI, então...

Atualmente existe no TJ/PA *software* de impressão que monitora o que está sendo impresso, pela matrícula e/ou *login* do servidor, porém há uma grande dificuldade, como menciona o Secretário:

[...] como o volume é muito alto, até o monitoramento acaba sendo prejudicado por conta das outras atribuições que nós temos, não tem como disponibilizar alguém pra monitorar o tempo todo, todo o volume de impressão do Tribunal. É bem complicado gerenciar isso.

Ele acrescenta que está sendo desenvolvido o projeto de *outsourcing* de impressão que é a terceirização de todo o processo de impressão e cópias, locam-se as impressoras, *scanners*, multifuncionais e outros equipamentos relacionados à impressão e implanta-se o sistema de gerenciamento de impressão completo, incluindo controle de impressão por usuário, *software* de bilhetagem de impressão e sistema de cotas por usuários (KRATZ, 2017).

Nesse sentido ele continua:

O nosso *outsourcing* de impressão que visa como projeto piloto os três maiores prédios da capital, que seria o fórum cível, criminal e a sede. Nós já estamos com os custos e envolve um sistema de bilhetagem, consumo de papel, envolve tudo que é de impressão nesse serviço. É um serviço que é feito na SEFA e na Polícia civil e a redução em termos de impressão já caiu mais da metade, salvo engano, a partir da implantação. Estamos em um processo de estudo ainda, a empresa apresentou a proposta e estamos tentando liberar um orçamento pra implantar nestes três prédios que falei.

O objetivo é alcançar a redução no consumo de impressão e no gasto com equipamentos de informática. Assim ele esclarece:

Eu deixo de comprar impressora, itens de consumo (papel, toner, fusor) e o sistema tem bilhetagem, pois como vou pagar por impressão, ele tem sistema de bilhetagem que ajuda muito a controlar isso aí, até porque hoje não temos controle do que que é impresso no TJ. Há muita coisa impressa que é de cunho pessoal, então a ideia é tentar diminuir isso. **Em todos os órgãos que isso foi implantado, o resultado foi notado.** A pessoa terá uma cota de impressão. Como o papel faz parte do serviço, como todas as impressoras são controladas, eles sabem quando tem que repor papel. Então se você tira papel da impressora pra utilizar pra outros fins, vai faltar papel, pois só vai se repor conforme o número de impressão. [...] É bem complicado gerenciar isso. Então a gente precisa de um *software* capaz de gerenciar por cotas, então se

cada um tiver uma cota padronizada, você garante que ele não vai imprimir mais do que aquilo. Aí pode acontecer dele precisar de uma cota extra, aí sim vai pedir autorização pra gente e isso é uma forma de controlar.

Com um volume maior no número de impressoras, aumentou-se o consumo de *toners*, e, conseqüentemente, passou a ser maior a demanda de trabalho da empresa terceirizada responsável pela manutenção dos equipamentos e recarga dos toners.

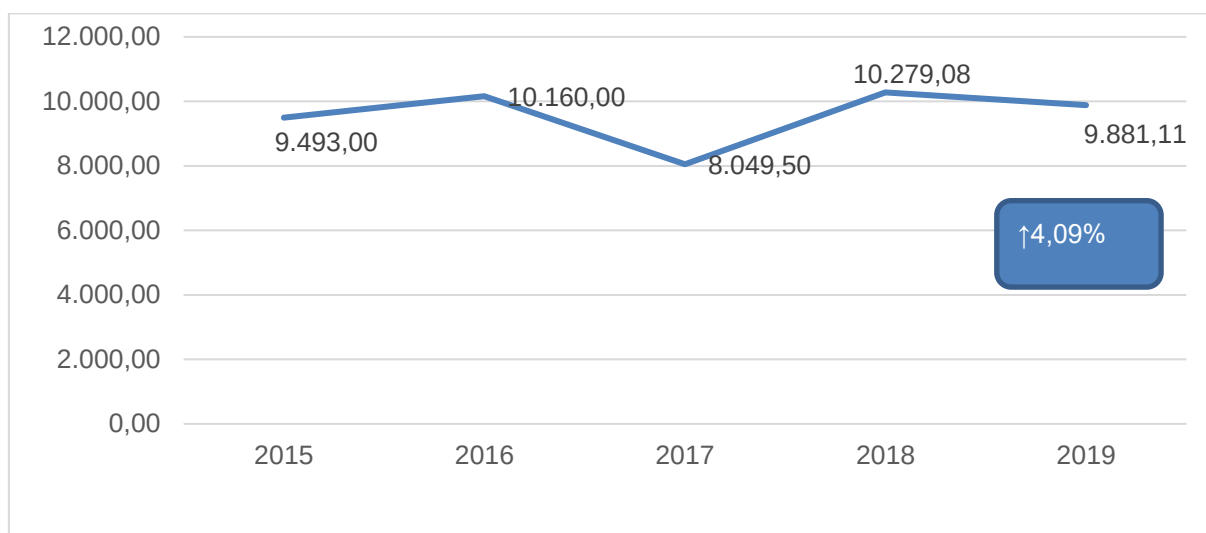
A gestora do Núcleo Socioambiental esclareceu que esta recarga é feita por empregados terceirizados, chamados de força de trabalho auxiliar no PLS e ela enfatiza: “a gente encontra mais de 1000 toners jogados lá no almoxarifado, ocupando espaço e prejudicando a saúde das pessoas” e prossegue:

[...] trouxe professora de química pra conversar com o chefe da Divisão lá, ela fez um estudo e informou que essa recarga é tão prejudicial, pois você não vê. Esse pó deveria estar em uma câmara isolada, pois ele é manipulado com as mãos. O ambiente deveria ser todo arejado pra que essas partículas fossem dissipadas e isso não é o que acontece. Isso é feito no porão do prédio, então quando abre a porta todo mundo cheira e isso é possível causa de câncer de medula, de câncer de sangue.

Quanto ao objetivo promoção do descarte adequado de suprimentos, o item 4.2.5 abordará com mais detalhes a destinação de suprimentos de impressão para reciclagem.

No indicador de impressão de documentos totais, observou-se evolução da quantidade de documentos impressos por servidor em 2019, se compararmos com o quantitativo de 2015. No entanto, houve redução na impressão na comparação com o ano de 2018. Vejamos:

**Gráfico 6** – Impressão de documentos totais por ano



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

Entre 2017 e 2018 houve um salto no quantitativo de impressões. Nos Relatórios de Desempenho do PLS-PJPA, anos 2018 e 2019, no item “análise e comentários sobre a meta e o desempenho das ações”, apresenta-se o seguinte: “Não houve análise e comentários da Secretaria de informática sobre o desempenho das ações previstas no PLS-PJPA”.

Questionado sobre o maior desafio para a redução do quantitativo de impressões, o Secretário de informática respondeu que este aumento se deu em função da instalação do PJE, esclareceu:

O PJE não trabalha com impressão. [...] antigamente, tinha-se o físico e você tinha tudo ali e a pessoa não precisava imprimir. Como **agora é eletrônico, a pessoa faz questão de imprimir pra trabalhar com ele em mão**. Isso é um problema muito sério que eu já levei pra presidência, pois o sistema não visa à impressão, justamente pra evitar isso, mas a cultura leva a isso. Então a tendência é que aumente ainda mais se compararmos 2019 com 2020. **Se a gente não tiver um controle, a tendência é que aumente bastante nesse sentido**. E aí você tem um eixo mais delicado, pois são magistrados, o que é mais difícil de você controlar. Os juízes mais novos, os mais habituados com tecnologia não têm essa necessidade, mas ainda há muita gente que imprime pra poder trabalhar.

Percebe-se aqui a urgente necessidade de se criar campanha permanente para a conscientização do corpo funcional que seja capaz de informar e sensibilizar, pois o motivo de se reduzir impressões e, conseqüentemente o consumo de papel, foge a simples conformidade às normas do Tribunal.

Segundo Dias (2013), há caminhos para promover as mudanças comportamentais necessárias, um processo educativo de longo prazo, buscará mudar alguns elementos da cultura organizacional, visando aumentar a receptividade à mudança e a sua incorporação, como algo natural, no desenvolvimento organizacional.

A seguir expõe-se planilha referente aos indicadores da gestão da impressão de documentos e equipamentos instalados e o desempenho em números dos anos de 2015 a 2019, cujos dados foram obtidos nos relatórios de desempenho constantes no *link* transparência localizado no portal do TJ/PA.

**Planilha 2 – Tema impressão e equipamentos instalados**

| Indicadores de impressão de documentos e equipamentos instalados | Ano              |                  |                  |                |                  | Índice  |
|------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|---------|
|                                                                  | 2015             | 2016             | 2017             | 2018           | 2019             |         |
| Impressão de documentos totais (documentos por servidor)         | 9.493,00         | 10.160,00        | 8.049,50         | 10.279,08      | 9.881,11         | 4,09%   |
| Equipamentos instalados por unidade de trabalho                  | 3,27             | 4,52             | 3,49             | 4,87           | 4,73             | 44,65%  |
| Performance dos equipamentos instalados (impressões)             | 24.000           | 24.000           | 24.000           | 24.000         | 24.000           | 0,00%   |
| Gasto com aquisição de suprimentos (informática)                 | R\$ 1.012.038,00 | R\$ 1.218.301,50 | R\$ 1.002.400,44 | R\$ 780.465,09 | R\$ 1.103.590,05 | 9,05%   |
| Gasto com aquisição de impressoras                               | R\$ 140.490,00   | R\$ 552.000,00   | R\$ 110.000,00   | R\$ -          | R\$ -            | -21,70% |

**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

**4.2.3 Plano 3 – Gestão de consumo e gasto com energia elétrica****Quadro 9 – Características do Plano 3 do PLS (2016/2020)**

| OBJETIVOS    | Redução do consumo de recursos energéticos<br>Redução dos valores econômicos dos recursos energéticos                                                                                          |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| META         | Reduzir em 5% no primeiro ano o consumo de energia, com metas regressivas a partir do segundo ano                                                                                              |
| INDICADORES  | Consumo de energia elétrica (kWh)<br>Consumo de energia elétrica por área construída (kWh/m²)<br>Gasto com energia elétrica (R\$)*<br>Gasto com energia elétrica com área construída (R\$/m²)* |
| ENTREVISTADA | Secretária de Engenharia e Arquitetura                                                                                                                                                         |

\*Gráfico de desempenho no Apêndice A.

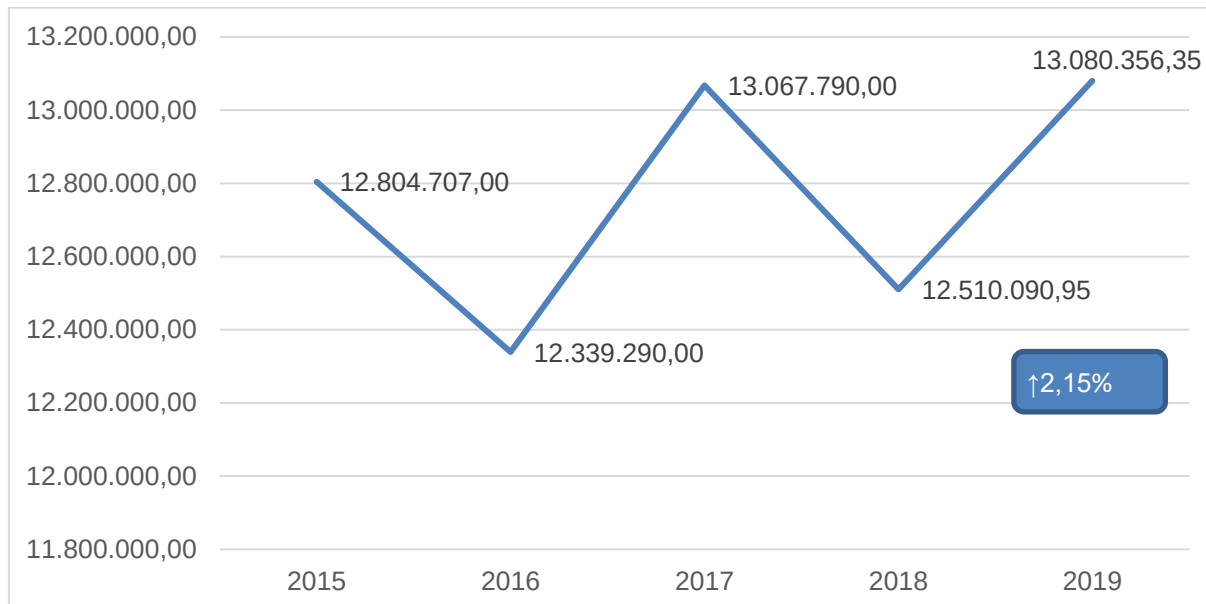
**Fonte:** PLS-PJPA, 2016.

No indicador de consumo de energia elétrica (kWh) não se atingiu a meta estabelecida de redução de 5% no primeiro ano, com subsequente regressão ano a ano. Houve oscilação entre aumento e diminuição do consumo entre os anos de 2015 a 2019, conforme se nota no Gráfico 7.

A nomeação de novos concursados no Tribunal, a criação do PJE, com a consequente intensificação de tarefas na Central de Digitalização do 1º e 2º grau, que efetuou a digitalização de cerca de 5 mil processos, o equivalente a 1,5 milhão de

folhas processuais escaneadas, gerou o aumento constante da demanda por energia elétrica (TJPA, 2016; 2017; 2018; 2019).

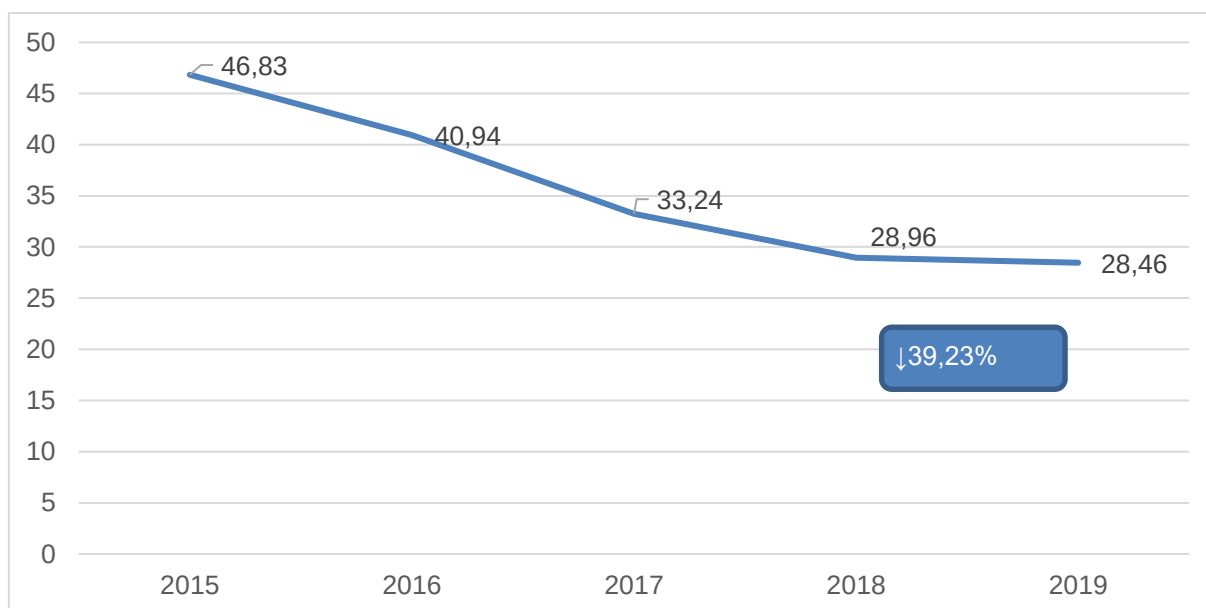
**Gráfico 7** – Consumo de energia elétrica (kWh)



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

Levando-se em consideração o indicador de consumo de energia elétrica por área construída, percebe-se redução constante no consumo, ultrapassando 30% em queda (Gráfico 8). Isso se deu em virtude da instalação de novas unidades administrativas e judiciais, que influenciou na diminuição da quantidade de energia demandada por área construída (TJPA, 2016; 2017; 2018; 2019).

**Gráfico 8** – Consumo de energia elétrica por área construída(kWh/m²)



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

A entrevistada, Secretária de Engenharia e Arquitetura, ratificou que a melhoria da prestação jurisdicional envolve a entrega de novas unidades judiciais à sociedade e assim somou: “foi entregue a UPJ Penal do 2º grau, instalada a Central de Digitalização do 1º grau, Central Única dos Oficiais de Justiça e entregues três CEJUSCs”.

Para alcançar o a meta de redução prevista no PLS, ações para a redução dos gastos com energia elétrica foram tomadas, como (TJ/PA, 2016, p. 20): “a adoção de lâmpadas de tecnologia LED, aquisição de equipamentos de ar condicionado mais econômicos segundo o selo PROCEL, além do estudo de novas tecnologias para utilização de energia elétrica renovável”.

Corroborando para o alcance dos desafios do plano 3, o Núcleo Socioambiental promove (TJ/PA, 2018, p. 15): “palestras e treinamentos sobre o uso consciente da energia elétrica e as formas de evitar o desperdício em ambientes residenciais e no trabalho”.

Por ser meta de todo o corpo funcional, a Presidência baixou a Portaria nº 892/2019-GP, de 15 de fevereiro de 2019, que estabeleceu medidas de contingenciamento e racionalização de despesas, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará. E assim previu:

**Art. 15.** Fica vedada a substituição de equipamentos de refrigeração do tipo de ar condicionado de janela-ACJ por equipamento do tipo Split, sem prévia avaliação da Secretaria de Administração e da Secretaria de Engenharia e Arquitetura.

**Art. 16.** Fica vedada a instalação em salas e gabinetes de microondas, geladeiras, cafeteiras e afins, sob pena de comprometer o funcionamento da rede elétrica, sem anuência da Secretaria de Administração e da Secretaria de Engenharia e Arquitetura.

**Art. 18.** Os Diretores de Fórum e gestores das demais unidades administrativas e judiciárias devem coordenar e fiscalizar as ações para redução do consumo de energia elétrica, água e combustível, adotando as seguintes medidas:

I - **Energia:** práticas imediatas e permanentes para promover o uso racional da energia elétrica nos prédios do Poder judiciário:

a) **Sobre a utilização de equipamentos de refrigeração:** Manter a temperatura regulada entre 21° e 23°C; Desligar os aparelhos sempre que o ambiente permanecer desocupado por longo período (acima de 1h); Desligar os equipamentos após o término das atividades diárias; Desligar os sistemas de refrigeração que atendam mais de uma unidade no término do expediente formal, 14:00 ou 16:00h, exceto quando solicitado pelo outro setor; Manter portas e janelas fechadas sempre que os aparelhos estiverem ligados, evitando desperdícios; Ligar os aparelhos de refrigeração do salão do júri, auditórios e salas de sessão apenas dez minutos antes do início da atividade; Fica estabelecida a obrigatoriedade de uso de equipamentos de aparelhos

de ar condicionado de janela - Aci em novas instalações ou nas instalações onde estes equipamentos já são utilizados; O uso de aparelhos do tipo "split", ficará restrito aos ambientes onde não for viável tecnicamente a instalação do outro tipo de aparelho, objetivando a economia de recursos na aquisição e na manutenção dos mesmos; Utilizar, quando necessário, ventiladores nas áreas comuns e de circulação, devendo desliga-los após horário de atendimento ao público;

b) **Sobre a utilização de lâmpadas e sistemas de iluminação:** Desligar as lâmpadas das salas que estiverem desocupadas, incluindo horário do almoço e ao final do expediente; Manter desligada a iluminação ornamental interna e externa, exceto em dia de evento; Reduzir a iluminação em áreas de circulação e estacionamento, mantendo ligada apenas a que for necessária à segurança do local;

c) **Sobre o uso de computadores:** Programar o computador para entrar em modo de espera após 10 minutos sem uso; desligar caixas de som, microfones e demais acessórios sempre que não estiverem sendo utilizados; desligar computadores, monitores e impressora no intervalo intrajornada e ao final do expediente, diariamente;

d) **Sobre o uso de eletrodomésticos:** Restringir, preferencialmente, o uso de geladeira, microondas e fogão às áreas de copa, refeitório e restaurantes;

e) **Sobre os equipamentos de transporte vertical:** Nos prédios providos de mais de um elevador, a partir de 14:00h ou 16:00h (de acordo com o volume de usuários no edifício), manter funcionando apenas um elevador, sem prejuízo da prestação jurisdicional; Por em uso, ao menos uma vez na semana as plataformas de percurso vertical, de modo a garantir o seu perfeito funcionamento quando necessário;

f) **Sobre as instalações elétricas:** Não utilizar extensões e benjamins em nenhuma instalação da unidade; manter a posição de impressoras e computadores conforme layout elaborado pela Secretaria de Engenharia e Arquitetura - SEA. Quando a mudança for necessária, solicitar avaliação antes de executar a alteração; é de competência restrita da SEA a instalação de equipamentos de refrigeração, ficando vedada a execução pela Comarca, exceto no caso da simples substituição dos aparelhos de janela. Ficam estabelecidas as metas de redução de consumo de energia, definidas em razão das curvas de consumo de cada unidades consumidoras, conforme disposto no Anexo 1, parte integrante desta portaria.

Demonstra-se a seguir planilha referente aos indicadores da gestão de consumo e gasto com energia elétrica e o desempenho em números dos anos de 2015 a 2019, cujos dados foram obtidos nos relatórios de desempenho constantes no *link* transparência localizado no portal do TJ/PA.

**Planilha 3 – Tema consumo e gasto com energia elétrica**

| Indicadores de consumo e gasto com energia elétrica | Ano           |               |               |               |               | Índice  |
|-----------------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------|
|                                                     | 2015          | 2016          | 2017          | 2018          | 2019          |         |
| Consumo de energia elétrica (Kwh)                   | 12.804.707,00 | 12.339.290,00 | 13.067.790,00 | 12.510.090,95 | 13.080.356,35 | 2,15%   |
| Consumo de energia elétrica por                     | 46,83         | 40,94         | 33,24         | 28,96         | 28,46         | -39,23% |



|                                                                      |                  |                  |                  |                  |                  |         |
|----------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|---------|
| área construída (Kwh/m <sup>2</sup> )                                |                  |                  |                  |                  |                  |         |
| Gasto com energia elétrica (R\$)                                     | R\$ 7.032.304,70 | R\$ 6.617.318,77 | R\$ 7.626.340,81 | R\$ 8.237.918,58 | R\$ 9.237.340,16 | 31,36%  |
| Gasto com energia elétrica por área construída (R\$/m <sup>2</sup> ) | R\$ 25,72        | R\$ 21,96        | R\$ 19,40        | R\$ 19,07        | R\$ 20,10        | -21,85% |

**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

#### 4.2.4 Plano 4 – Gestão de consumo e gasto com água

**Quadro 10** – Características do Plano 4 do PLS (2016/2020)

|                      |                                                                                                                                                                                                          |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>OBJETIVO</b>      | Redução do consumo de água por meio da adoção de práticas sustentáveis                                                                                                                                   |
| <b>META</b>          | Executar <b>5%</b> das ações de práticas sustentáveis programadas no ano <sup>1</sup> , com vistas à melhoria do acompanhamento do consumo de água                                                       |
| <b>INDICADORES</b>   | Volume de água consumido (m <sup>3</sup> )<br>Volume de água por área construída (m <sup>3</sup> /m <sup>2</sup> )<br>Gasto com água (R\$)*<br>Gasto com água por área construída (R\$/m <sup>2</sup> )* |
| <b>ENTREVISTADAS</b> | Diretora do Departamento de Patrimônios e Serviços, em exercício<br>Secretária de Engenharia e Arquitetura                                                                                               |

\*Gráfico de desempenho no Apêndice A.

**Fonte:** PLS-PJPA, 2016.

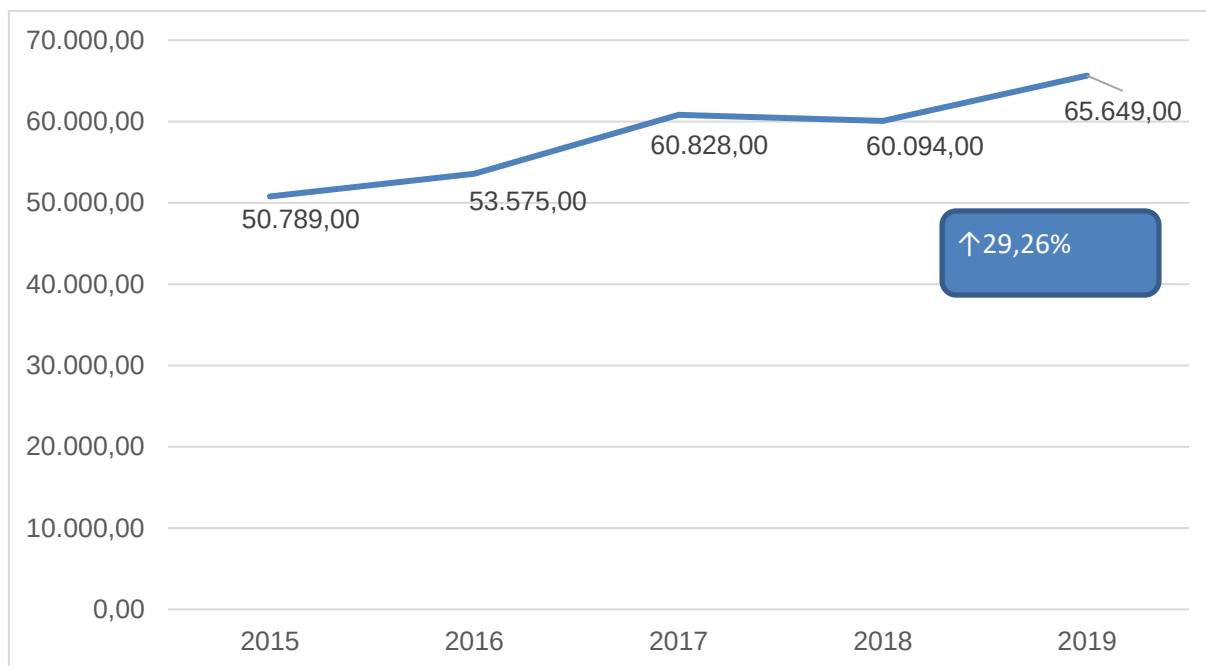
O volume de água consumido aumentou quase 30% em 2019 no comparativo com 2015, não se alcançando a meta estipulada de 5% de redução. Para o indicador de consumo de água por área construída (m<sup>3</sup>/m<sup>2</sup>) houve diminuição de 24,74% na comparação com 2015. Esses dados refletem situação semelhante ao ocorrido com o plano sustentável da energia elétrica, conforme se explica na sequência.

Nos relatórios de desempenho de 2016 a 2019 a elevação do volume de água consumido foi justificada pela ampliação da área construída (acréscimo total de área de aproximadamente 6.400m<sup>2</sup>), pelo ingresso de novos concursados no Tribunal, além do trabalho intenso de reforma e manutenção dos prédios, especialmente em copas e banheiros desativados.

<sup>1</sup> Criar modelo de relatório gerencial voltado ao consumo de água; criar sistema de captação de água de chuva para utilização em irrigação, lavagem de veículos, pisos e banheiros.

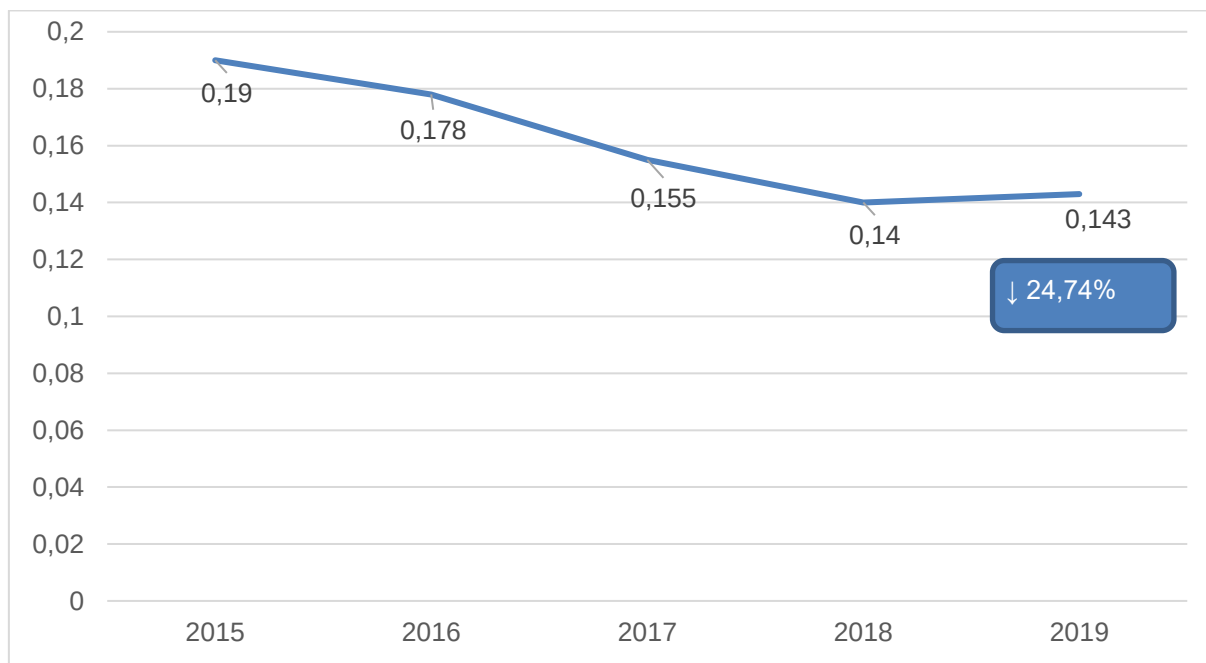
Os gráficos que seguem demonstram, respectivamente, o percentual de crescimento do volume de água consumido por m<sup>3</sup> e o percentual de redução do volume de água consumido por área construída.

**Gráfico 9 – Consumo de água (m<sup>3</sup>)**



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

**Gráfico 10 – Consumo de água por área construída (m<sup>3</sup>/m<sup>2</sup>)**



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

Com vistas a atingir um melhor resultado para o indicador volume de água consumido, a Diretora do Departamento de Patrimônios e Serviços, em exercício, esclarece o método de trabalho e expõe um obstáculo encontrado:

Atualmente na minha Divisão recebemos as contas de água e energia e por meio de planilhas, gráficos, a gente acompanha o consumo de cada unidade. Quando é identificado um ponto fora da curva, por exemplo: “essa comarca, pelo histórico esse mês foi um absurdo de consumo”, então a gente passa essa questão pra engenharia, pra ela identificar *in loco* ou de outra forma se ocorreu algum vazamento, se tem obra ocorrendo, caso não seja identificado nada de errado pela Engenharia, a gente solicita à COSANPA que verifique o hidrômetro, pra ver se não há nenhum vazamento que deu essa consequência. Também é processo difícil com relação à COSANPA, pois é difícil eles nos atenderem. Tive situação que reiterei milhões de vezes à COSANPA e até hoje não me deram retorno. Depois fui olhar os consumos posteriores essa situação e aí deu uma reduzida e hoje estou acompanhando isso.

Corroborando para a melhoria do desempenho desse indicador, o TJ/PA passou a consumir equipamentos economizadores para os banheiros, como torneiras de pressão com temporizador e arejador e caixas acopladas de duplo acionamento.

A respondente, Secretária de Engenharia e Arquitetura, esclareceu os pontos fortes e fracos em um projeto de construção sustentável de um prédio do TJ/PA:

[...] Por ser área da cidade servida de esgoto, o tratamento não foi aprovado pelo órgão da Prefeitura. **A configuração do telhado existente não permitiu a instalação de energia fotovoltaica**, entretanto, no dia a dia o uso da energia elétrica para iluminação é mínima e, para **menor demanda de refrigeração, foram instaladas películas eficientes**. O sistema de reuso de água, por vezes apresenta problema, em virtude no nível da água pluvial nas ruas da Cidade Velha, o que requer atenção e ações para redução do volume armazenado.

Para a dimensão geográfica do Estado do Pará não é tão simples a aplicação de fatores sustentáveis para prédios longínquos da capital. Essa é uma argumentação da Secretária. Existe projeto de captação de água de chuva no Fórum de Vitória do Xingu, distante 812 km, via transamazônica, da capital, porém o custo da manutenção se torna elevado pela indisponibilidade de mão de obra qualificada no local.

Assim expõe a referida Secretária:

existem projetos já executados, tal como a SGP e o Fórum de Vitória do Xingu. Entretanto, a manutenção destes sistemas é um gargalo importante. **O custo, principalmente para comarcas distantes que não dispõem de mão de obra residente e nem de empresa especializada no local deve ser avaliado antes da replicação**. Nosso Estado não possui mão de obra capacitada, o que torna o uso de tecnologias/soluções aparentemente simples em uma incógnita em relação ao custo de manutenção. Não

querendo, em hipótese alguma, desqualificar o ganho ambiental com as ações.

A Portaria nº 892/2019-GP também estabeleceu medidas de contingenciamento e racionalização de despesas para o consumo de água.

**Água.** Práticas imediatas e permanentes para promover o uso racional da água: Realizar inspeções periódicas em equipamentos hidráulicos, tais como bacias sanitárias, torneiras, válvulas e chuveiros, para identificar tempestivamente a ocorrência de vazamentos e encaminhar os relatórios bimestralmente à SEA, ou na periodicidade que a situação exigir, caso não possa aguardar o prazo regular; Realizar imediatamente os pequenos consertos, tais como, vedação em roscas ou conexões, substituição de reparos de caixas de descarga, substituição de reparos de torneiras e registros, entupimento de vasos sanitários, dentre outros, exceto as unidades da Região Metropolitana de Belém - RMB que não recebem suprimento de fundos para pequenas despesas; Solicitar apoio de militar do corpo de bombeiros para teste da bomba de incêndio uma vez a cada três meses, de modo a garantir o seu perfeito funcionamento quando necessário e encaminhar o relatório de execução do serviço para ciência da SEA; Informar a SEA sobre a ocorrência de vazamentos dos elementos não previstos no item anterior para auxílio e providências.

Aponta-se a seguir planilha referente aos indicadores da gestão de consumo e gasto com água e o desempenho em números dos anos de 2015 a 2019, cujos dados foram obtidos nos relatórios de desempenho constantes no *link* transparência localizado no portal do TJ/PA.

**Planilha 4 – Tema consumo e gasto com água**

| Indicadores de consumo e gasto com água     | Ano            |                |                |                |                | Índice  |
|---------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------|
|                                             | 2015           | 2016           | 2017           | 2018           | 2019           |         |
| Volume de água consumido (m³)               | 50.789,00      | 53.575,00      | 60.828,00      | 60.094,00      | 65.649,00      | 29,26%  |
| Volume de água por área construída (m³/m²)  | 0,190          | 0,178          | 0,155          | 0,140          | 0,143          | -24,74% |
| Gasto com água (R\$)                        | R\$ 331.875,80 | R\$ 395.741,07 | R\$ 509.861,70 | R\$ 655.853,64 | R\$ 784.447,61 | 136,37% |
| Gasto com água por área construída (R\$/m²) | R\$ 1,21       | R\$ 1,31       | R\$ 1,30       | R\$ 1,52       | R\$ 1,71       | 41,32%  |

**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

#### 4.2.5 Plano 5 – Gestão de resíduos sólidos

**Quadro 11 – Características do Plano 5 do PLS (2016/2020)**

|                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>OBJETIVOS</b>    | <b>Gerenciamento e descarte ambientalmente correto dos resíduos sólidos gerados no âmbito do Poder Judiciário do Pará, com ênfase à coleta seletiva solidária</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>META</b>         | Executar <b>10%</b> das ações voltadas ao descarte de resíduos sólidos programadas no ano <sup>2</sup> , com vistas à coleta seletiva e à redução dos impactos ambientais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>INDICADORES</b>  | Destinação de papel para reciclagem (kg)<br>Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem (unidade)*<br>Destinação de plástico para reciclagem (kg)<br>Destinação de lâmpadas para descontaminação (unidade)*<br>Destinação de pilhas e baterias para descontaminação (kg)<br>Destinação de madeira para reaproveitamento (kg)*<br>Destinação de vidro para reciclagem (kg)*<br>Destinação de metais para reciclagem (kg)*<br>Destinação de resíduos de saúde para descontaminação (kg)<br>Destinação de resíduos de obra para reciclagem (kg)*<br>Destinação de resíduos de informática à reciclagem (kg)*<br>Total de materiais destinados às cooperativas* |
| <b>ENTREVISTADA</b> | <b>Coordenadora do Núcleo Socioambiental</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

\*Gráfico de desempenho no Apêndice A

Fonte: PLS-PJPA, 2016.

A coleta seletiva solidária e o consumo consciente foram ações adotadas pelo TJ/PA antes da implantação do PLS (2016/2020), ações estas resultantes da implantação da Agenda Socioambiental do Poder Judiciário do Pará, criada em 2009, e desde então desenvolveu-se campanhas educativas para essas ações.

Com o advento da Resolução nº 201/2015 do CNJ que determinou a criação do Núcleo Socioambiental e do PLS para o Poder Judiciário nacional, foi estabelecido que todos os órgãos do sistema de justiça deveriam enviar informações àquele órgão fiscalizador, via sistema PLS-JUD, sobre os indicadores sustentáveis, incluindo a gestão de resíduos.

Para isso, em 2016, o Judiciário Estadual do Pará adquiriu balanças mecânicas de plataforma para permitir a pesagem dos materiais destinados à reciclagem, obtendo-se as informações necessárias para o envio, para fins estatísticos.

Os projetos “Descarte Consciente” e “Reciclar Direito” atuam na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos do Tribunal, visando dar destinação adequada aos resíduos gerados e possuem parceria com Cooperativas de catadores de materiais recicláveis ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

<sup>2</sup>Elaborar modelo de relatório gerencial de descarte de resíduos sólidos; expandir coleta seletiva em todas as unidades da capital; instalar Estações de Tratamento de Resíduos (ETR's) com espaços separados para cada tipo de material; articular o compartilhamento da gestão dos resíduos da construção civil com as empresas contratadas; capacitar o corpo funcional e força auxiliar sobre a coleta seletiva; definir estratégias para o descarte ou doação dos objetos de crime; aperfeiçoar a gestão dos resíduos perigosos.

Para a coleta do material foram criados Pontos de Entrega Voluntária (PEV's) dispostos nas entradas dos prédios da capital e região metropolitana de Belém, bem como nas unidades de trabalho, de onde são (TJ/PA, 2016, p. 29): “recolhidos pela força auxiliar de trabalho, pesados e acondicionados de forma seletiva em estações de acondicionamento de resíduos até posterior destinação aos catadores”.

Feitas estas considerações, avança-se para a análise dos indicadores. Revela-se a seguir planilha referente aos indicadores da gestão de resíduos sólidos e o desempenho em números dos anos de 2015 a 2019, cujos dados foram obtidos nos relatórios de desempenho constantes no *link* transparência localizado no portal do TJ/PA.

**Planilha 5 – Tema resíduos sólidos**

| Indicadores de resíduos sólidos                                  | Ano       |           |           |           |           | Índice   |
|------------------------------------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|
|                                                                  | 2015      | 2016      | 2017      | 2018      | 2019      |          |
| Destinação de papel para reciclagem (kg)                         | 15.771,00 | 20.037,00 | 26.529,06 | 21.926,00 | 16.613,00 | 5,34%    |
| Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem (Unidade) | 3.649,00  | 3.861,00  | 4.409,00  | 3.878,00  | 4.380,00  | 20,03%   |
| Destinação de plástico para reciclagem (kg)                      | 1.827,40  | 3.413,57  | 4.578,07  | 3.524,00  | 5.048,00  | 176,24%  |
| Destinação de lâmpadas para descontaminação (unidade)            | 436,00    | 0,00      | 0,00      | 0,00      | 0,00      | -        |
| Destinação de pilhas e baterias para descontaminação (kg)        | 46,97     | 90,40     | 211,75    | 174,28    | 675,71    | 1338,60% |
| Destinação de madeira para reaproveitamento (kg)                 | 1,50      | 0,00      | 0,00      | 0,00      | 0,00      | -        |
| Destinação de vidro para reciclagem (kg)                         | 439,10    | 739,95    | 276,50    | 0,00      | 0,00      | -37,03%  |
| Destinação de metais para reciclagem (kg)                        | 1.231,95  | 441,87    | 1.017,86  | 1.248,34  | 728,58    | -40,86%  |
| Destinação de resíduos de saúde para descontaminação (kg)        | 1.304,32  | 469,17    | 434,01    | 416,64    | 461,47    | -64,62%  |
| Destinação de resíduos de obra                                   | 50,00     | 0,00      | 0,00      | 0,00      | 0,00      | -        |

|                                                         |           |           |           |           |           |          |
|---------------------------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|
| para reciclagem (kg)                                    |           |           |           |           |           |          |
| Destinação de resíduos de informática à reciclagem (kg) | 22,30     | 42,86     | 132,52    | 149,66    | 316,98    | 1321,43% |
| Total de materiais destinados às cooperativas           | 25.843,94 | 29.052,83 | 32.371,77 | 24.988,50 | 22.369,66 | -13,44%  |

**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

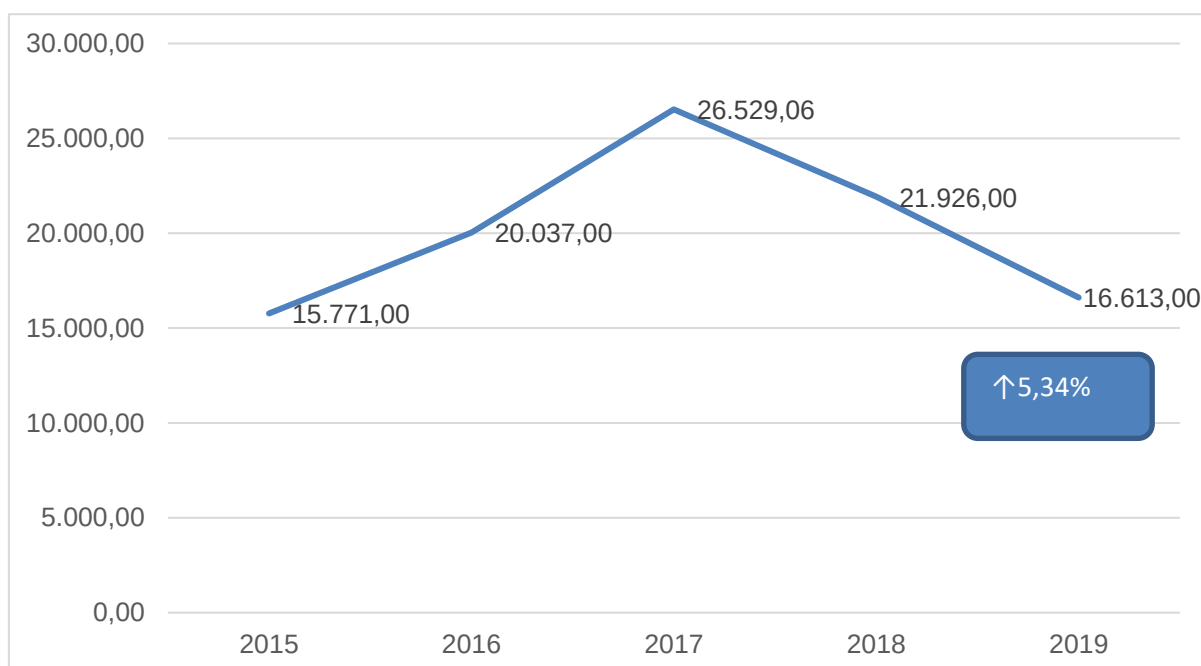
No que se refere à **destinação de papel para a reciclagem**, observou-se pico de evolução para o ano de 2017 e regressão considerável para 2019 no quantitativo de papel enviado à reciclagem.

Este fato foi motivado pela melhor e maior utilização do papel por meio da confecção de resmas reutilizadas (assunto abordado no item 4.2.1), pela produção de blocos e cadernos usados em cursos e capacitações e pelos calendários sustentáveis, totalmente artesanais, confeccionados a partir de material reciclado, como pastas, páginas de papel impressos em apenas um dos lados etc (VITAL, 2020).

Todos os anos, adotou-se como prática o envio de calendários sustentáveis às unidades de trabalho e, para receber um novo, os interessados devem apresentar o calendário antigo, isto para prolongar o ciclo de vida dos materiais, além de fomentar o consumo sustentável.

Nota-se a ascensão e a regressão desse indicador no gráfico a seguir:

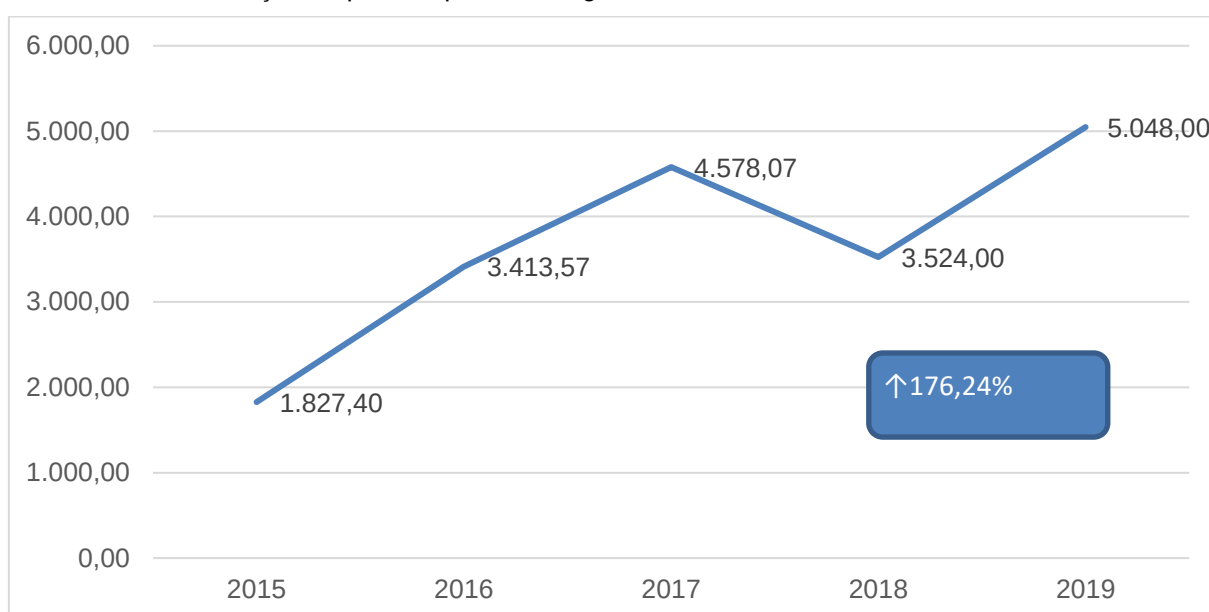
**Gráfico 11** – Destinação de papel para reciclagem



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

Para o indicador de **destinação de plástico para a reciclagem** houve aumento de 176% na coleta deste resíduo, sendo atribuído este aumento às permanentes campanhas de sensibilização, aos conteúdos informativos nos meios de comunicação disponibilizados pelo TJ/PA, para a difusão das ações de sustentabilidade e, conseqüentemente, à participação ativa do corpo funcional que adotou a prática de trazer de casa os resíduos para descarte nos PEV's (TJ/PA, 2019).

**Gráfico 12** – Destinação de plástico para reciclagem



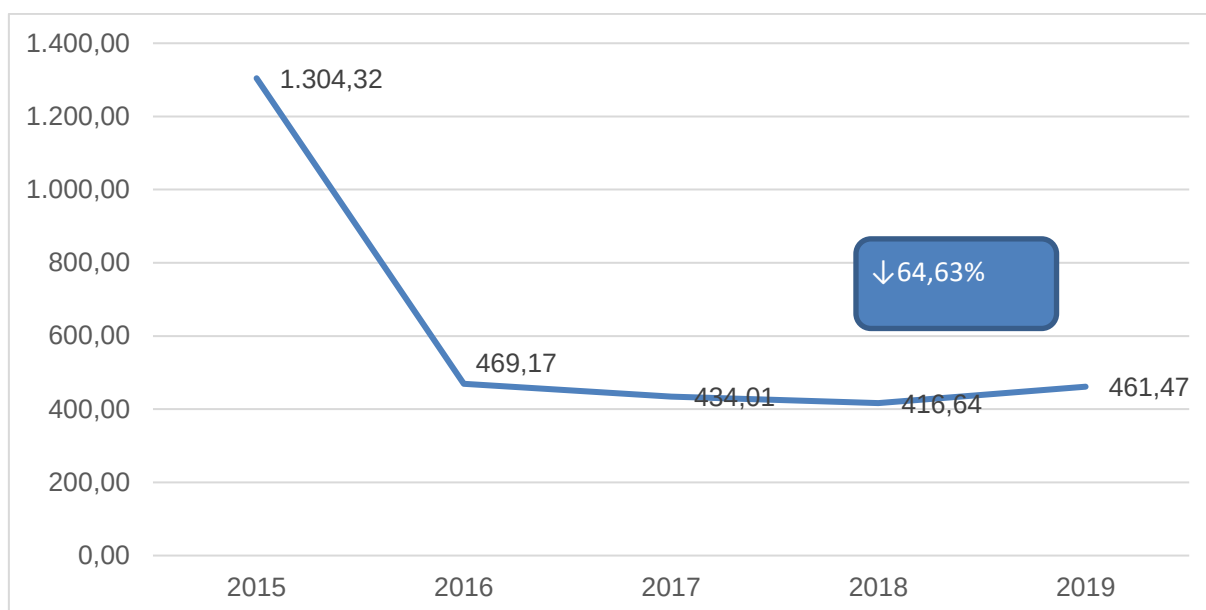
**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

No indicador de **destinação de resíduos de saúde** para descontaminação, cabe destacar que a Lei do Município de Belém nº 9268 de 13 de janeiro de 2017, dispôs sobre a coleta de medicamentos vencidos ou não, nos seguintes termos:

Os pontos de venda de medicamentos instalados no município de Belém devem disponibilizar recipientes adequados e de fácil visualização para recolhimento de medicamentos domiciliares, vencidos ou não.  
 § 1º Entende-se por pontos de venda: os estabelecimentos comerciais que desenvolvem o ramo de comércio varejista e atacadista de medicamentos sob a supervisão de farmacêutico.

Esse fato fez com que houvesse regressão na coleta seletiva deste material pelo TJ/PA, entretanto ainda há recolhimento desses resíduos perigosos. Há PEV's específicos para a coleta, que recebe tanto das pessoas físicas, como dos serviços médico e odontológico no Tribunal.

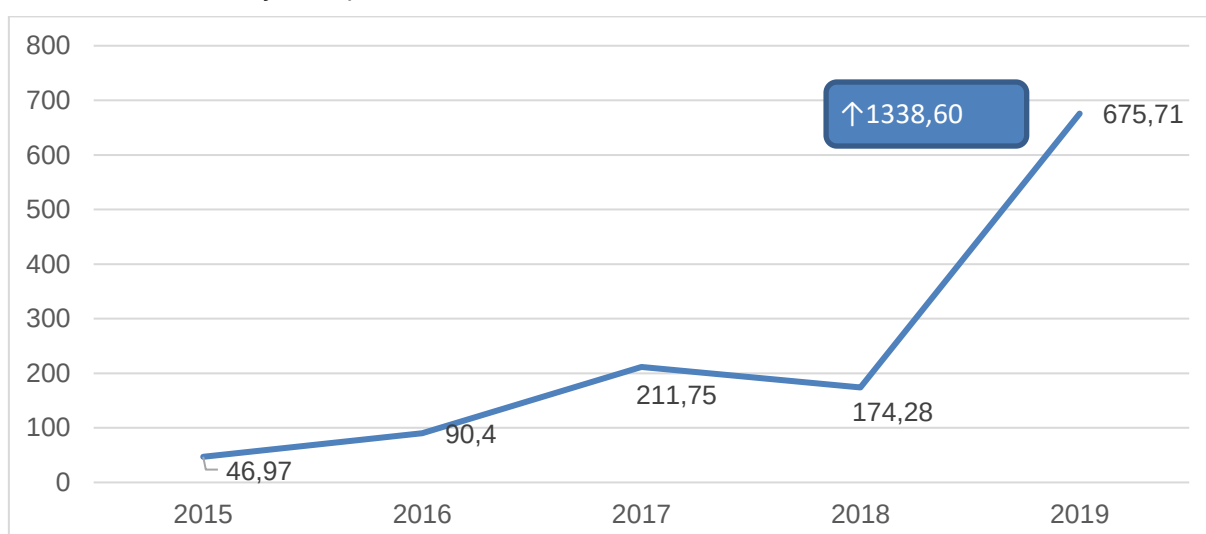


**Gráfico 13** – Destinação de resíduos de saúde

**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

No que tange aos **resíduos de madeira, lâmpada, vidro e restos de obra** não se apresentou volume para descarte após 2016. O indicador de destinação de **metal** para reciclagem demonstrou crescimento nos anos de 2017 e 2018, reflexo das campanhas de sensibilização no ambiente de trabalho e maior recolhimento de resíduos domésticos pelo corpo funcional (TJPA, 2018).

O envio de **pilhas e baterias para a descontaminação** também foi uma ação de impacto ambiental relevante, registrando-se aumento de mais de 1000% desde o início da ação de coleta.

**Gráfico 14** – Destinação de pilhas e baterias

**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

A destinação de **resíduos de informática à reciclagem** também foi um indicador de grande representatividade, entre os itens com a destinação correta estão: carcaças de *toners*, fitas de backup vencidas e quilos de pó de toner.

Em que pese as dificuldades (que serão esmiuçadas nos parágrafos seguintes) em gerir as ações vinculadas a este plano de gestão de resíduos sólidos, o núcleo socioambiental do TJ/PA, na pessoa de sua Coordenadora, foi homenageado em 2017 pela Câmara Municipal de Belém com a Medalha “Amazônia para Sempre”, em função dos trabalhos desempenhados no Judiciário paraense.

A implantação do primeiro PLS do TJ/PA inaugurou uma nova fase para a instituição, que passou a ter uma ferramenta de gestão que dá condições ao gestor de mapear onde está ocorrendo o desperdício, onde poderá reduzir custos, melhorar os resultados etc.

O Núcleo Socioambiental tem a atribuição de articular, de reunir anualmente os dados informados por cada gestor a respeito das ações sustentáveis dos planos respectivos e repassá-las à alta administração do Tribunal e ao CNJ.

A primeira dificuldade exposta pela entrevistada foi a ausência de real compromisso com os resultados do PLS e assim expôs:

chamaram na presidência e perguntaram: por que a gente perdeu 25% dos pontos nesse ano? **Foi o único ano que o TJ perdeu em pontos, por quê? Porque todo o resto do Brasil está se adaptando a cumprir um PLS, a analisar os resultados do PLS. No TJ/PA não! Para o TJ/PA o PLS é do núcleo socioambiental**, então a gente faz, **a gente cria justificativas a cada ano para os relatórios**, a gente publica e infelizmente ainda não há uma coação do CNJ de pegar esse relatório e fazer cumprir, entendeu? Olhar e dizer: “Não está cumprindo?” Então vai ter uma punição ou a gente [CNJ] vai estabelecer um prazo para cumprimento do PLS.

Assim reforça Claro *et al.* (2008, p.293):

[...] nos casos em que a alta administração assume efetivamente um comprometimento e apoio aos esforços de melhoria da qualidade ambiental dos processos e produtos da empresa, é que tais esforços são bem-sucedidos. Dessa forma, o papel da alta administração é fundamental para perceber e modificar a sensibilização da organização quanto aos problemas socioambientais, seja no ambiente externo da empresa, seja no interno.

Os resultados de cada ano são reunidos e divulgados por meio do Relatório de Desempenho que é articulado pelo Núcleo Socioambiental. Ocorre que essas informações não chegam adequadamente, conforme segue argumento da entrevistada:

Diante de cada ação você tem que ter um prazo e um produto referente àquela ação. Uma das ações que a gente buscou bastante, inclusive formalizou que está atrasado é a questão *outsourcing* de impressão que está previsto desde 2016 e ainda não tá concluído. Então qual o produto dessa ação? O *outsourcing* implementado e isso ainda não foi feito. Está atrasado e isso deveria ser em todos os anos justificado pela secretaria de informática. **Exemplo: “referente ao item tal”, resposta: “não atingido porque faltou orçamento previsto para o próximo ano, futuramente tentaremos incluir...” explicar o porquê. O relatório é para isso, é para você dizer o que fez e o que não fez, o que precisa mudar.**

Outra questão levantada foi a ausência de revisão das metas do PLS. Com reuniões periódicas é possível a realização de ajustes na meta, mudanças ou inclusões de ações, entre outros.

A gente tinha um plano de revisão do PLS, mas ele ficou parado na Administração por mais de 1 ano e assim, eles iam fazer essa atualização agora porque a gente resolveu tirar alguns itens, a gente viu que as unidades não estavam respondendo, não estavam mandando nenhuma informação de relatório e aí a gente pensou em retirar, só que como ele ficou parado mais de 1 ano, eles iam fazer essa atualização agora, final do ano passado e aí a minha sugestão foi que ninguém fizesse mais, porque esse ano [2020] já temos que fazer um novo PLS.

Declarou a entrevistada que a dificuldade de se reunir com a alta administração do Tribunal é um grande empecilho para o desenvolvimento real do PLS. Nesse sentido, complementam Claro *et al.* (2008, p. 293):

A difusão da sustentabilidade nas esferas organizacionais acontece por meio da gestão organizacional. O papel da alta administração é fundamental para que as iniciativas e os esforços da organização rumo à proteção e às responsabilidades socioambientais tenham sucesso.

A ligação entre quem executa e quem articula as políticas socioambientais de uma instituição e sua alta administração, por meio de relações de informações diretas, encontros periódicos ou laços informais, contribui para a evolução da responsabilidade socioambiental da organização (SANCHES, 2000).

Outra dificuldade levantada é a falta de conhecimento do PLS dos gestores recém-ingressos na função. É comum a troca de pessoas que ocupam funções de alta hierarquia, e, geralmente, não há o repasse de informações necessárias para os novos ocupantes ou ocorre a interrupção de continuidade de ações que eram realizadas. Nesse sentido, a entrevistada expõe: “quando se trata de gestão, seja ela do planejamento (cabeça do órgão), seja a parte ambiental, seja desde um simples gabinete, eu acho que deveria ter uma transição”.

Na capital existem 33 prédios do TJ/PA, porém nem todos eles possuem coleta seletiva. A expansão da gestão de resíduos para todas as unidades do Tribunal é mais um desafio a ser conquistado e um dos entraves é a falta de consciência ambiental da alta administração do prédio. Diz a entrevistada: **“por exemplo, o prédio onde funciona o juizado do meio ambiente não tá fazendo, porque a direção lá disse que eles não têm resíduo”**.

É necessário conscientização sobre a diferença entre lixo e resíduo. Segundo Costa, Fraga e Yoshitake (2010, p. 38), lixo “é todo e qualquer material descartado pela atividade humana doméstica, social e industrial. Lixo é tudo que se joga fora, pois para o seu proprietário não tem mais valor”. Por outro lado, o que não serve para um indivíduo pode se tornar para outro, matéria-prima de um novo produto ou processo, isto é, resíduo sólido.

O resíduo é reutilizável e assim o definem os mesmos autores (2010): “é uma palavra adotada para designar sobra no processo produtivo e é equivalente a refugo ou rejeito”. Essa sobra do processo produtivo, todo órgão do Tribunal tem e são os resíduos que são utilizados para fins de reciclagem e, para isso, este material precisa ser separado por tipo, o que permite a sua destinação para outros fins.

Corroboram Costa, Fraga e Yoshitake (2010, p. 36):

No Brasil, a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – (PNSB), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE, 2000), editada em 2002, mostrou que o crescimento populacional, bem como o aumento do grau de urbanização, não foram acompanhados de medidas necessárias para dar ao lixo gerado por essa população um destino adequado. A mesma pesquisa mostra que o Brasil, com uma população estimada em 182 milhões de habitantes, gera aproximadamente 83 milhões de toneladas/ano de lixo de origem domiciliar e comercial. Afirma, também, que, do lixo que chega a ser coletado, 21% são dispostos a céu aberto nos chamados lixões, 38% são destinados para aterros controlados, 36% para aterros sanitários, 3% para usina de compostagem e apenas uma pequena parcela é separada para reciclagem.

Com esta visão, compreende-se que o lixo é uma questão socioambiental de fundamental importância a ser gerida de forma integrada por todas as unidades do Tribunal, a fim de minimizar a degradação do meio ambiente e dar destinação correta aos resíduos.

A entrevistada acrescenta:

em relação a resíduos sólidos, a maior dificuldade é a ignorância das pessoas, a falta de conscientização. Neste prédio [edifício Sede] onde o núcleo socioambiental está, onde há mídia *in door*, onde as maiores ações

acontecem aqui, a gente tem os nossos pontos de descarte voluntário de resíduos diferenciados, com lixeiras diferenciadas (que nem tem cara de lixeira), a gente só falta encontrar rato lá dentro, pois as pessoas jogam restos de comida, mesmo sem saco plástico lá dentro. O nosso ponto de entrega de pilha e medicamentos é totalmente adesivado, com cores que chamam atenção, com texto informando que aqui se joga pilha, aqui medicamentos, há sempre café, chiclete, resto de comida. Então, **o maior obstáculo é a falta de conscientização.**

Questionada sobre as facilidades no processo de implantação e/ou execução da Gestão de resíduos sólidos, a coordenadora responde:

facilidade não encontramos, mas sim **felicidade**. Fácil não foi e não é, mas o fato de a gente ver que o TJ descarta materiais que sabemos que vem gente das suas casas e traz todo o material limpinho. A gente tem vizinhos que vem aqui, pois já saímos na TV Liberal, e a partir daí os vizinhos acabaram nos conhecendo e trazendo o material pra cá. Nos domingos há um vizinho que enche o carro dele com material e nem cabe mais nos contêineres aí fora. Os militares reclamavam que o cidadão vinha e enchia as lixeiras e como não fica ninguém pra recolher, o material amanhecia aí transbordando. Mas **o fato de que tudo isso vai gerar renda pra catador que antes catava na rua que nem rato, isso daí traz muita felicidade porque você resgata a dignidade humana da pessoa**, além do que hoje a gente trabalha com a cooperativa de egressos, então há pessoas que foram punidas pelo Tribunal e hoje entram aqui nas dependências pra recolher reciclável. Como eles falam: “o mesmo Tribunal que pune, dá oportunidade”. Então quando todo mundo diz que isso é besteira, é o que mais vem na minha cabeça, isso tem sentido, isso vale a pena, isso vai mudar vidas, nem que seja dessas pessoas.

As organizações que optam por investir em práticas de responsabilidade social, segundo prevê a Cartilha da A3P, BRASIL/MMA (2009, p. 21):

elevam os níveis de desenvolvimento social, proteção ao meio ambiente e respeito aos direitos humanos e passam a adotar um modo de governança aberto e transparente que concilia interesses de diversos agentes em um enfoque global de qualidade e viabilidade.

Por este motivo, as organizações vêm expandindo sua atuação junto às comunidades das quais faz parte, visto que a percepção de que a implementação de políticas e ações de responsabilidade social corporativa beneficia a reputação, valor e imagem, reduzindo o risco de oposição pública.

#### 4.2.6 Plano 6 – Gestão da qualidade de vida no ambiente de trabalho

**Quadro 12** – Características do Plano 6 do PLS (2016/2020)

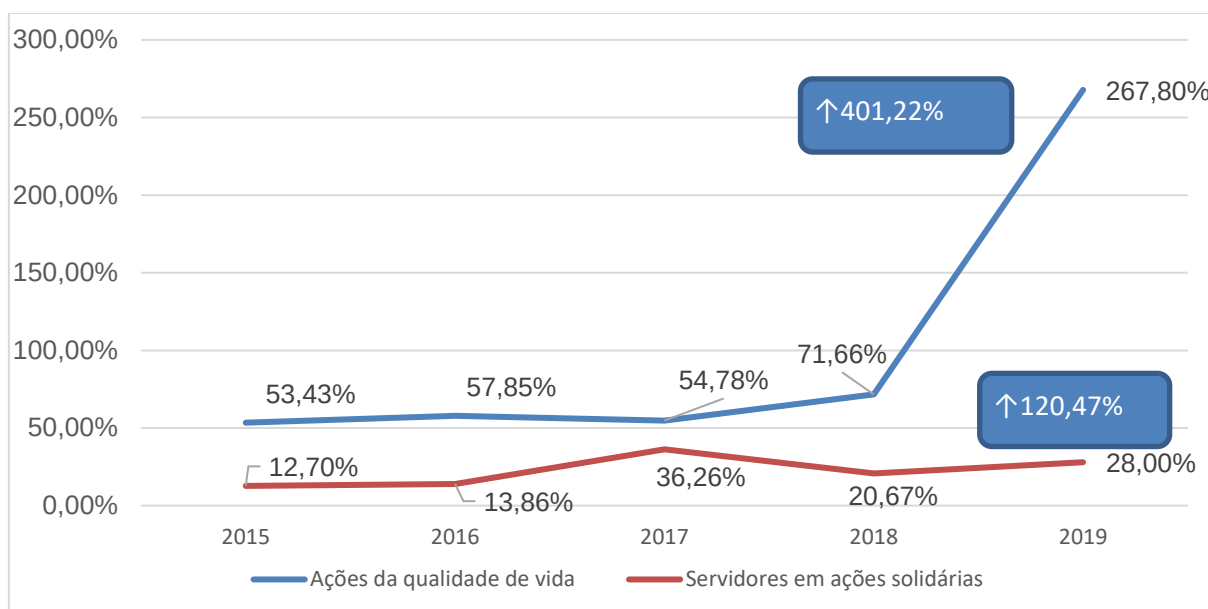
|                    |                                                                                                                                      |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>OBJETIVO</b>    | Melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho, proporcionando bem estar físico e emocional, aumentando a capacidade produtiva |
| <b>META</b>        | Executar <b>5%</b> das ações voltadas à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho                                        |
| <b>INDICADORES</b> | Participação de servidores e/ou ações da qualidade de vida no trabalho                                                               |

|                     |                                                           |
|---------------------|-----------------------------------------------------------|
|                     | Servidores em ações solidárias                            |
|                     | Servidores com deficiência (ações de inclusão)            |
| <b>ENTREVISTADO</b> | Coordenador da Coordenadoria de Saúde e Qualidade de Vida |

Fonte: PLS-PJPA, 2016.

Para os indicadores de participação de servidores em ações solidárias e ações para a qualidade de vida no ambiente de trabalho, no comparativo com o período anterior à implantação do PLS, ano de 2015, até o ano de 2019, houve elevação significativa no desempenho dessas ações, conforme o gráfico de desempenho a seguir:

**Gráfico 15** – Qualidade de vida e ações solidárias



Fonte: Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

O macrodesafio Melhoria de Gestão de Pessoas e a Iniciativa Estratégica "Fortalecimento da Política de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida" ensejaram a instituição da Portaria nº 4624/2019-GP, de 30 de setembro de 2019, a qual instituiu o Selo Unidade Saudável a ser concedido pela Presidência às unidades administrativas e judiciais.

O Art. 2º desta Portaria prevê que:

O Selo Unidade Saudável tem por objetivo estimular os integrantes das unidades administrativas e judiciárias do Tribunal a se comprometerem com a promoção e proteção à saúde e à qualidade de vida no trabalho, por meio do engajamento nas ações de saúde ofertadas pela instituição, ou por iniciativa própria.

A instituição do selo é um estímulo à participação de servidores em ações para a qualidade de vida no ambiente de trabalho e, também, uma forma de introduzir ou fortalecer a cultura da proteção à saúde no ambiente de trabalho.

Os relatórios de desempenho do PLS-PJPA, de 2016 a 2019, descrevem as atividades que foram executadas para o cumprimento deste Plano de ação. A seguir apresenta-se o resumo descritivo:

- **avaliações de posto de trabalho:** os locais de trabalho são avaliados e é emitido parecer técnico sugerindo melhorias ou neutralização dos riscos encontrados, através do fornecimento de mobiliário e orientações ao corpo funcional e força auxiliar de trabalho;
- **serviços médico, odontológico e de enfermagem:** atividade de enfermagem com enfoque preventivo, teste de glicemia capilar, apoio à pessoa com deficiência, escovação dentária e revelação de placas dentárias, vacinação contra Influenza, Tétano, Hepatite B, Febre Amarela, Sarampo, Caxumba e Rubéola , testagem rápida para detecção de HIV, Sífilis, Hepatites B e C (serviços de vacinação e testagem rápida são realizados em parceria com os serviços municipal e estadual de saúde, respectivamente, SESMA e SESPA);
- **Projeto de Educação Postural e Ginástica Laboral:** visa a prevenção de doenças ocupacionais, motivando à prática de atividade física regular e a promoção de hábitos saudáveis;
- **Fornecimento Equipamento de Proteção Individual (EPI), descartável, em saúde ocupacional:** para manuseio de processos contendo poeira ou quando diante de jurisdicionados (presos de justiça em audiência) com histórico de serem portadores de doenças infectocontagiosas;
- **Projeto Feira da Agricultura Familiar:** ação de inclusão e impacto socioeconômico, no qual agricultores familiares do interior do Estado, acompanhados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater-PA) , cultivam hortaliças, legumes e verduras de maneira agroecológica (sem uso de agrotóxicos ou fertilizantes químicos);
- **Projeto Feira de Trocas Solidárias:** visa promover o desenvolvimento sustentável com foco na economia circular e solidária, onde o corpo funcional e demais participantes trazem objetos para avaliação e troca por moedas ecológicas, as chamadas ECO moedas, o que dá o benefício da troca por outro objeto no dia da feira;
- **Projeto Saúde Itinerante:** objetiva levar programas de saúde às comarcas do interior do Estado e a outros setores da instituição;
- **Exames Periódicos de Saúde:** no mês de aniversário do servidor ou magistrado, este é convidado, pelo e-mail funcional, a realizar exame periódico de saúde;
- **Ações de responsabilidade social junto à comunidade:** acolhimento aos romeiros do Círio de Nazaré (grande manifestação religiosa da igreja católica que ocorre no mês de outubro em Belém), Natal das crianças do bairro do Aurá, Gincana solidária, estímulo ao trabalho voluntário entre servidores e juízes do Tribunal, etc.;
- **Atividades educativas:** palestras, cursos, rodas de conversa em saúde mental, seminários, etc., visando o cuidado com a saúde no ambiente social, laboral e familiar;
- **Entrevistas na Rádio Web-Jus** (transmissão pelo portal do TJ/PA) com profissionais de psicologia, medicina, saúde ocupacional e enfermagem, com enfoque na melhoria da qualidade de vida;
- **Promoção de Corridas** que envolvem todo o corpo funcional e força auxiliar de trabalho;
- **Distribuição de material de cunho educativo;**
- Produção de cartilhas e textos para veiculação pelos meios de comunicação do TJ/PA;
- Promoção de atividades baseadas nos princípios metodológicos do Círculo da Paz e da prática de Meditação.

Prevê o PLS que o Coordenador da Coordenadoria de Saúde e Qualidade de Vida, ora entrevistado, é responsável pelo Plano Gestão da Qualidade de Vida no ambiente de Trabalho e corresponsável pelo Plano Gestão da capacitação de servidores em educação socioambiental. Neste sentido há estreita parceria de trabalho entre o Núcleo Socioambiental e esta Coordenadoria favorecendo o alcance da meta. Neste sentido esclarece o entrevistado:

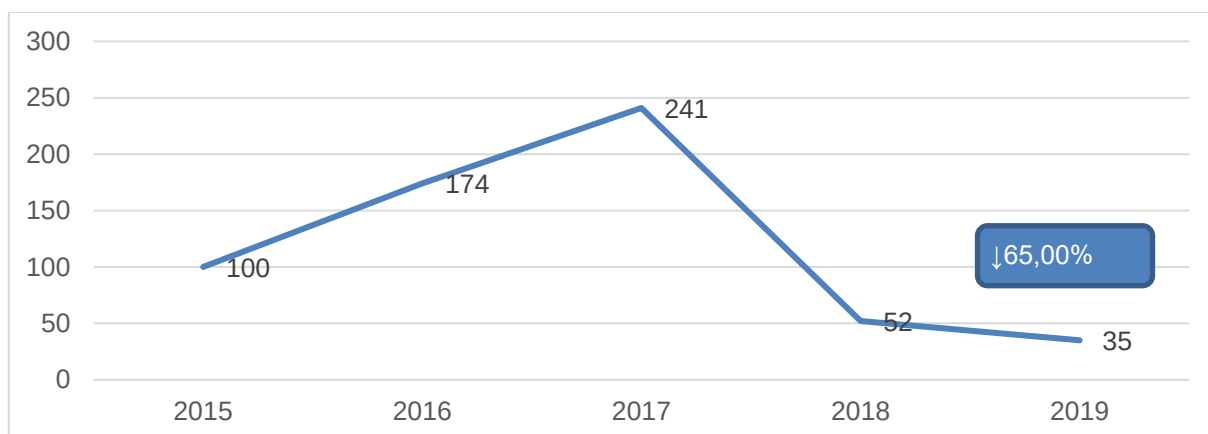
**Há sempre articulação das ações de saúde também com a sustentabilidade.** Por exemplo, realizamos atividade em parceria com o Núcleo Socioambiental, a **feira de produtos orgânicos**. Nesta feira os produtores da agricultura familiar não utilizam agrotóxicos, pesticidas, tóxicos, etc., na plantação. Realizamos a feira regularmente tanto no Lauro Sodré (edifício sede) quanto aqui no fórum criminal. Nessa feira além dos produtos orgânicos e com custo inferior ao mercado, o que propicia alimentação adequada e incentivo ao consumo de produtos sustentáveis, há também uma parceria com uma faculdade, há equipe de nutrição e enfermagem que se faz presente na feira. Enquanto as pessoas compram, elas verificam a pressão arterial, a glicemia, tem orientação nutricional etc.

Os Projetos Feira da Agricultura Familiar e Trocas Solidárias são desenvolvidos apenas na capital, em dois prédios especificamente, não há abrangência para outras unidades. O mesmo ocorre com as ações de inclusão que dependem da equipe da Coordenadoria de Saúde. O entrevistado aborda o assunto como um dificultador.

[...] no sentido da inclusão, nós precisamos potencializar alguma ações. Por exemplo **não conseguimos alcançar pessoas no interior do Estado, porque não temos equipe no interior**, só temos equipe de saúde aqui. Então em um Estado continental, sem essa equipe no interior aí fica difícil de alcançar.

Para o indicador de ações de inclusão de servidores com deficiência, houve redução no número de ações, conforme se observa no Gráfico 16.

**Gráfico 16 – Ações de inclusão**



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).



O coordenador esclarece que possivelmente a queda no número de ações de inclusão está relacionada à criação de um comitê de cidadania que é responsável por ações de inclusão de deficientes físicos nas comunidades do bairro do Aurá.

não sei se esse dado que aparentemente tem uma diminuição, não sei te responder ao que exatamente tem a ver. Quando nós informamos as nossas ações, o fazemos o que desenvolvemos. Então, salvo engano, em 2016 e 2017 participamos de algumas ações lá do Aurá. Quando digo “nós” é a equipe de saúde, ou dentista ou psicólogo, ou médico ou alguém que foi e desenvolveu uma ação no Aurá. Então colocamos na nossa estatística esse tipo de ação como ação de inclusão. Já mais recentemente, em 2019, **o nosso número de ações, enquanto membros da saúde, caiu muito, pois não participamos das ações no Aurá, logo não entrou na nossa estatística.** O que não quer dizer que o TJ não tenha feito, mas aquilo que foi vinculado mais diretamente à Coordenadoria de Saúde, nós nos restringimos a colocar aquilo que participamos pra não falsear nenhum dado. Então temos ações específicas com alguns servidores, por exemplo, servidores que são portadores de alguma deficiência física ou mental, pessoas com problema de locomoção ou servidor que precisa diariamente trocar uma sonda, aí vai alguém daqui diariamente no local de trabalho pra que ele não precise se ausentar do trabalho. É uma ação, aparentemente invisível, mas que é feita diariamente.

Outra situação desfavorável à inclusão ocorre com os novos concursados que vão trabalhar no interior do Estado, assim ele comenta: **“no máximo alcançamos no início, quando os servidores vão tomar posse, onde há uma semana de treinamento e ambientação”.** Ele segue informando que existe o programa “Saúde Itinerante” como alternativa de inclusão e assim relatou:

[...] estivemos em Marabá (uma equipe interdisciplinar). O técnico de segurança foi em cada sala do fórum, fez avaliação ergonômica do posto de trabalho e se identifica alguém que seja cadeirante ou que tenha algum tipo de deficiência, ele verifica se o mobiliário está adequado ao uso. Em janeiro uma colega estava com Síndrome do carpo, ela disse: “comprei suporte de notebook, eu mesma”. Eu disse: “você tem que ver se isto está adequado e se é isto mesmo que precisava comprar, pois o *notebook* é instrumento de trabalho pra usar por pouco tempo. Ele não é feito ergonomicamente pra que você tenha saúde adequada se você for usar por muito tempo. Você tem que usar computador de mesa, mas pode solicitar uma avaliação”. Aí, ela solicitou uma avaliação e o nosso técnico de segurança foi lá, fez a orientação do que era preciso pra ela e ela ficou muito satisfeita e com certeza deve ter feito mudanças no posto de trabalho. Então isso tem a ver com a inclusão.

Questionado sobre as maiores dificuldades que encontra no desenvolvimento das ações, mencionou que o “aspecto cultural” é a grande barreira. A sua percepção sobre o corpo funcional, no geral, é a ausência de conscientização sobre a sustentabilidade, diz: **“os adultos estão tendo que reaprender, pois não aprendemos a economizar, não só por questão financeira, mas também pela melhoria da questão socioambiental”** e prossegue:

Por exemplo, o consumo de descartáveis. **É preciso que o TJ (que já fez isso) acabe com a compra de determinado material pra que as pessoas deixem de consumir**, porque senão, nunca iriam deixar de consumir água envasada em copinho de 200 ml.

Outra questão atinente ao aspecto cultural mencionada pelo participante é a adesão das pessoas a determinada atividade. Ele explicita:

Por exemplo, se a gente for fazer **uma palestra sobre a sustentabilidade, a frequência possivelmente é baixa, se a gente faz uma feira aí a frequência é alta**, por quê? Porque **tudo aquilo que de alguma forma tem dimensão mais prática talvez as pessoas se interessem quando elas percebem que elas vão se beneficiar**, se elas não percebem vão se beneficiar, entra no discurso repetitivo e acho que até que desrespeitoso que é quando, às vezes, as pessoas dizem: “ah, lá vem o ecochato”. Quando se referem à alguém que quer pensar de maneira mais sustentável. Então por conta disso a gente não consegue fazer determinadas correlações.

Corroborando com este pensamento, segue trecho retirado da Cartilha da A3P (2009, p. 26): “sustentabilidade não pode ser um assunto somente para seminários ou produção de relatórios, mas sim um critério a ser inserido em todas as atividades governamentais, sejam elas atividades meio ou finalísticas”.

O Coordenador sugere que para o novo PLS deve ser incluída a ação de Campanha para mudança de hábitos, pois segundo ele:

**a mudança de hábito precisa de ser persistente**. O ditado diz: “o hábito do cachimbo faz a boca torta”. Então, se a pessoa tirou o cachimbo, a boca não deixou de ficar torta. Então se ela tentar fazer uma reeducação postural, vai doer, vai incomodar, é a nova forma de ser. **Logo se tenho hábito de pegar o papel sem imprimir frente e verso, vou fazer isso automaticamente**. Por exemplo, quando surgiu o SIGA-DOC, os processos administrativos que chegam são para ler na tela e não para imprimir, mas as pesquisas mostram que quando o SIGA-DOC foi implantado aumentou o consumo de papel. A mudança de hábito é algo que deve ter persistência e você só muda de hábito quando consegue perceber que aquele hábito sobretudo lhe é prejudicial. Em outro momento você também consiga perceber que esse hábito também é prejudicial pra outra pessoa. Se for prejudicial só pro outro e não pra mim, talvez eu não alcance isso. Então o trabalho psicológico seria você identificar em você mesmo de que aquele hábito lhe traz algum prejuízo ou se não traz prejuízo você está deixando de se beneficiar de alguma coisa. E depois disso, de você estar sensível a si, você estará sensível ao outro.

Expõe-se a seguir planilha referente aos indicadores da qualidade de vida no ambiente de trabalho e o desempenho em números dos anos de 2015 a 2019, cujos dados foram obtidos nos relatórios de desempenho constantes no *link* transparência localizado no portal do TJ/PA.

**Planilha 6 – Tema qualidade de vida**

| Indicadores da qualidade de vida no ambiente de trabalho | Ano    |        |        |        |         | Índice  |
|----------------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|
|                                                          | 2015   | 2016   | 2017   | 2018   | 2019    |         |
| Servidores e/ou ações da qualidade de vida no trabalho   | 53,43% | 57,85% | 54,78% | 71,66% | 267,80% | 401,22% |
| Servidores em ações solidárias                           | 12,70% | 13,86% | 36,26% | 20,67% | 28,00%  | 120,47% |
| Servidores com deficiência (ações de inclusão)           | 100    | 174    | 241    | 52     | 35      | -65,00% |

Fonte: Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

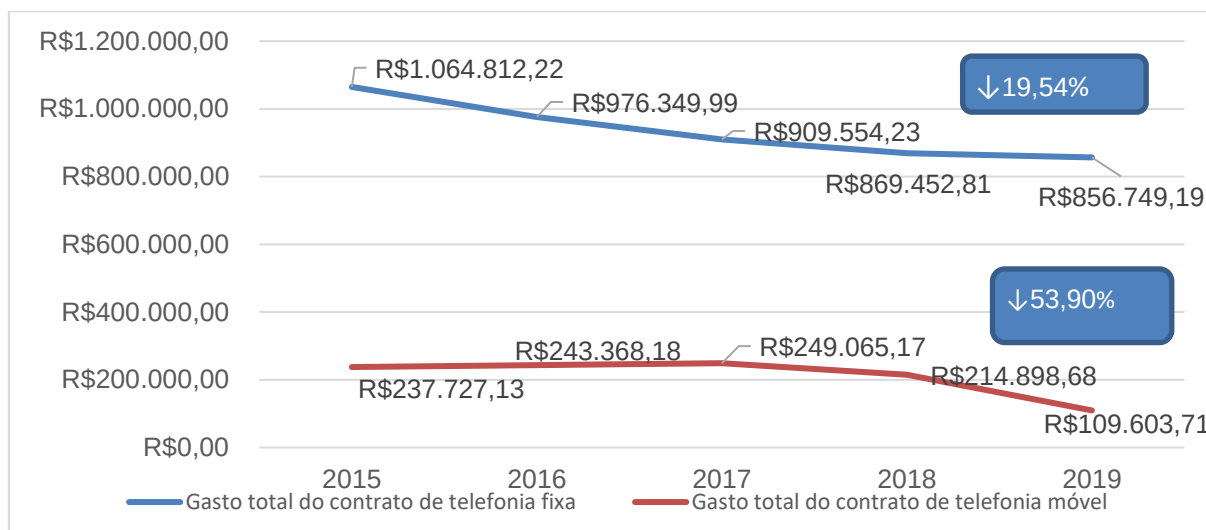
**4.2.7 Plano 7 – Gestão de serviços de telefonia****Quadro 13 – Características do Plano 7 do PLS (2016/2020)**

|                     |                                                                                                                                                                                      |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>OBJETIVO</b>     | Reduzir o impacto econômico referente ao gasto com telefonia fixa e móvel                                                                                                            |
| <b>META</b>         | Alcançar <b>5%</b> dos limites de consumo com telefonia                                                                                                                              |
| <b>INDICADORES</b>  | Gasto médio do contrato de telefonia fixa*<br>Gasto médio do contrato de telefonia móvel*<br>Gasto total do contrato de telefonia fixa<br>Gasto total do contrato de telefonia móvel |
| <b>ENTREVISTADO</b> | Secretário de Informática                                                                                                                                                            |

\*Gráfico de desempenho no Apêndice A

Fonte: PLS-PJPA, 2016.

O gasto total dos contratos de telefonia fixa e telefonia móvel tiveram significativa redução, 19,54% e 53,90%, respectivamente, no comparativo dos anos de 2015 (antes da implantação do PLS) e 2019 (penúltimo ano de vigência do PLS), conforme se observa na evolução do desempenho ilustrado no gráfico adiante:

**Gráfico 17 – Serviços de telefonia**

Fonte: Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

O estímulo ao uso do correio eletrônico e da ferramenta Skype business em substituição às ligações, contribuiu para esses resultados. Para melhoria do desempenho desses indicadores, ver proposta no item 4.3.

Apresenta-se adiante planilha referente aos indicadores da gestão de serviços de telefonia e o desempenho em números dos anos de 2015 a 2019, cujos dados foram obtidos nos relatórios de desempenho constantes no *link* transparência localizado no portal do TJ/PA.

**Planilha 7 – Tema serviços de telefonia**

| Indicadores dos serviços de telefonia      | Ano              |                |                |                |                | Índice  |
|--------------------------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------|
|                                            | 2015             | 2016           | 2017           | 2018           | 2019           |         |
| Gasto médio do contrato de telefonia fixa  | R\$ 488,67       | R\$ 329,74     | R\$ 300,78     | R\$ 286,66     | R\$ 282,10     | -42,27% |
| Gasto médio do contrato de telefonia móvel | R\$ 766,86       | R\$ 785,06     | R\$ 803,44     | R\$ 842,74     | R\$ 429,82     | -43,95% |
| Gasto total do contrato de telefonia fixa  | R\$ 1.064.812,22 | R\$ 976.349,99 | R\$ 909.554,23 | R\$ 869.452,81 | R\$ 856.749,19 | -19,54% |
| Gasto total do contrato de telefonia móvel | R\$ 237.727,13   | R\$ 243.368,18 | R\$ 249.065,17 | R\$ 214.898,68 | R\$ 109.603,71 | -53,90% |

**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

#### 4.2.8 Plano 8 – Gestão de serviços de vigilância

**Quadro 14 – Características do Plano 8 do PLS (2016/2020)**

|                     |                                                                                               |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>OBJETIVOS</b>    | Revisar e aprimorar os processos de contratações de serviços com eficiência do gasto público  |
| <b>META</b>         | Revisar e adequar até <b>2%</b> dos processos de contratações de serviços de vigilância       |
| <b>INDICADORES</b>  | Valor inicial do posto de vigilância<br>Valor atual do posto (prejudicado por falta de dados) |
| <b>ENTREVISTADO</b> | Coordenador da Coordenadoria Militar                                                          |

**Fonte:** PLS-PJPA, 2016.

A partir do relatório de desempenho do PLS-PJPA, ano 2017, os objetivos e a meta prevista originalmente foram alterados, porém não foi possível identificar, por meio da internet, dados que justificassem essa alteração.

Destaca-se que a análise dos dados ora expostos foi realizada em meio à pandemia do vírus SARS-CoV-2 que deu origem a determinação de isolamento social, o que dificulta a colheita de dados *in loco*. Em contato telefônico com a coordenadora do Núcleo Socioambiental obtive resposta negativa neste sentido, visto que para o

alcance destas informações seria necessário leitura de documentos que estão fisicamente da instituição, que está inacessível.

Ultrapassada a motivação para as mudanças, o novo objetivo passou a ser o seguinte (TJ/PA, 2017, p. 33):

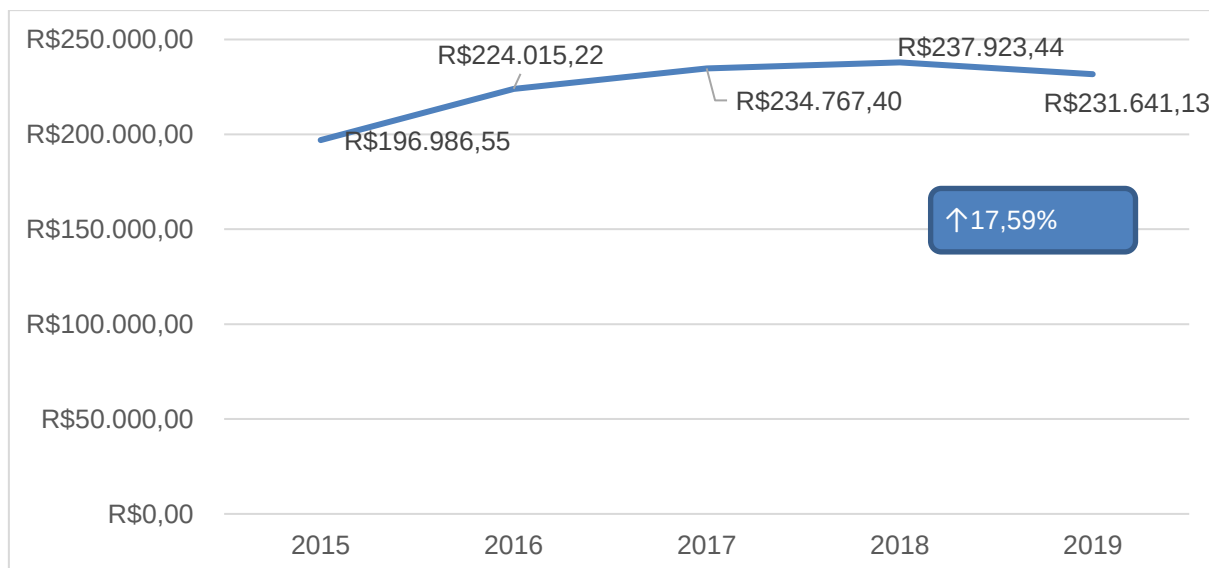
Monitorar os gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade, por área, tipos de postos (modelos, horários, armada e desarmada) e uso de tecnologias de apoio (vigilância eletrônica) sem comprometimento dos padrões de segurança.

E a meta mudou para (TJ/PA, 2017, p. 33): “limitar a expansão dos gastos em 30% ao ano”.

A segurança dos prédios do TJ/PA, situados na capital e região metropolitana de Belém, é garantida por oficiais e praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, agentes de segurança (antigos guardas judiciários) e vigilantes contratados.

Os serviços de vigilância contratados são realizados por empresa de segurança especializada e abrangem 53 postos de 24 e 12 horas, distribuídos na capital e interior. O gráfico a seguir ilustra as variações ao longo dos anos do valor total anual do contrato do posto de vigilância.

**Gráfico 18** – Serviços de vigilância



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

A elevação dos gastos no serviço de vigilância se dá pela repactuação dos valores contratuais em função de reajustes no piso salarial e vale-alimentação da categoria, além da expansão das unidades judiciárias no interior do Estado (TJ/PA 2016; 2017).

A redução no valor do posto de 2018 para 2019 é referente (TJ/PA, 2019, p. 34): “ao convênio com a Polícia Militar do Pará para o retorno de inativos no serviço de vigilância dos prédios da região metropolitana”.

Em entrevista com o Tenente Coronel da PM que atua como Coordenador da Coordenadoria Militar, quanto a esta redução de valor respondeu:

acredito que tenha sido a demissão em massa que tenha ocorrido nos postos ligados ao governo, não só no TJ, mas também em outros órgãos estatais houve enxugamento. Então as empresas de segurança devem ter baixado o preço. Eles entraram em acordo, propuseram baixar preço em vários locais e isso vem ocorrendo. Inclusive nessa nova licitação de agora, sentimos também que os preços estão bem mais atraentes.

Quanto à segurança armada, o entrevistado informou que atualmente não há segurança armada, por falta de orçamento, para todos os prédios do Tribunal no Estado do Pará. Nesse sentido ele se manifestou: “É necessário, mas não há orçamento. Nos últimos três anos, o TJ vem tendo decréscimo na receita e isso impeliu a diminuir os postos de vigilância armada”. E prossegue:

onde não há militar poderia ser feita a contratação de vigilância armada, mas aí esbarra no orçamento. Por exemplo, não adianta dizer que vou colocar detector de metais nas portas de todos os fóruns, não tem como fazer isso, porque não há quem monitore lá. Só colocar uma porta por colocar, é inócuo.

No que se refere à ação de reavaliação dos mecanismos de segurança implantados nos prédios do TJ/PA, ele informa que sua principal dificuldade está na conscientização do corpo funcional sobre segurança institucional. Ele expõe: **“a reavaliação esbarra nos servidores, pois geralmente o que é mais seguro tira um pouco a conveniência do servidor e aí ele acaba sendo o maior obstáculo”**. E segue exemplificando:

eu quero fechar aqui e deixar porta exclusiva só para o servidor. Aí ele não quer, pois vai ficar longe de onde ele estacionou. Aí vem enxurrada de pedido pra presidência, desembargador, etc. Ninguém quer seguir regra.

Questionado sobre facilidades que porventura tenha encontrado no processo de gestão de serviços de vigilância, o entrevistado disse:

a gestão (presidência e comissão de segurança institucional) é muito sensível ao que a gente fala, eles nos ouvem. Eu pensei que encontraria mais resistência, mas não. Eles são bem abertos. Pensei que tivesse uma cultura por parte da gestão que não fosse tão alinhada com a segurança, mas eles são sim.

Sobre as sugestões de mudança para a inclusão no novo PLS, o mesmo entrevistado se ateve a dizer: “olha, **desburocratização**, só isso”. E nesse sentido Hüller (2010, p. 396) acrescenta: “as mudanças de paradigmas para a questão ambiental exigem transformações de velhos hábitos e formas de estruturas burocráticas por organizações mais flexíveis e adaptáveis ao momento real”.

Demonstra-se a seguir planilha referente aos indicadores da gestão de serviços de vigilância e o desempenho em números dos anos de 2015 a 2019, cujos dados foram obtidos nos relatórios de desempenho constantes no *link* transparência localizado no portal do TJ/PA.

**Planilha 8 – Tema vigilância**

| Indicadores dos serviços de vigilância | Ano            |                |                |                |                | Índice |
|----------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------|
|                                        | 2015           | 2016           | 2017           | 2018           | 2019           |        |
| Valor inicial do posto (vigilância)    | R\$ 196.986,55 | R\$ 224.015,22 | R\$ 234.767,40 | R\$ 237.923,44 | R\$ 231.641,13 | 17,59% |
| Valor atual do posto                   | R\$ -          | R\$ 0,02       | R\$ 0,06       | R\$ 0,01       | R\$ -          | -      |

**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

#### 4.2.9 Plano 9 – Gestão de serviços de limpeza

**Quadro 15 – Características do Plano 9 do PLS (2016/2020)**

|                     |                                                                                                                                                |
|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>OBJETIVOS</b>    | Revisar e aprimorar os processos de contratações de serviços pautados em critérios de sustentabilidade e eficiência                            |
| <b>META</b>         | Executar <b>10%</b> das ações programadas <sup>3</sup> voltadas aos serviços de limpeza pautadas em critérios de sustentabilidade e eficiência |
| <b>INDICADORES</b>  | Gasto de limpeza pela área construída (R\$/m²)*<br>Grau de repactuação (limpeza)*<br>Gasto com material de limpeza                             |
| <b>ENTREVISTADO</b> | Chefe de Serviço de acompanhamento de contratos                                                                                                |

\*Gráfico de desempenho no Apêndice A

**Fonte:** PLS-PJPA, 2016.

De acordo com o relatório de desempenho do PLS-PJPA, ano 2016, que divulgou o resultado das ações programadas, o relatório gerencial voltado aos serviços de limpeza foi elaborado e quanto ao fornecimento de sacos plásticos de pelo menos duas cores, apresentou situação “em atendimento”.

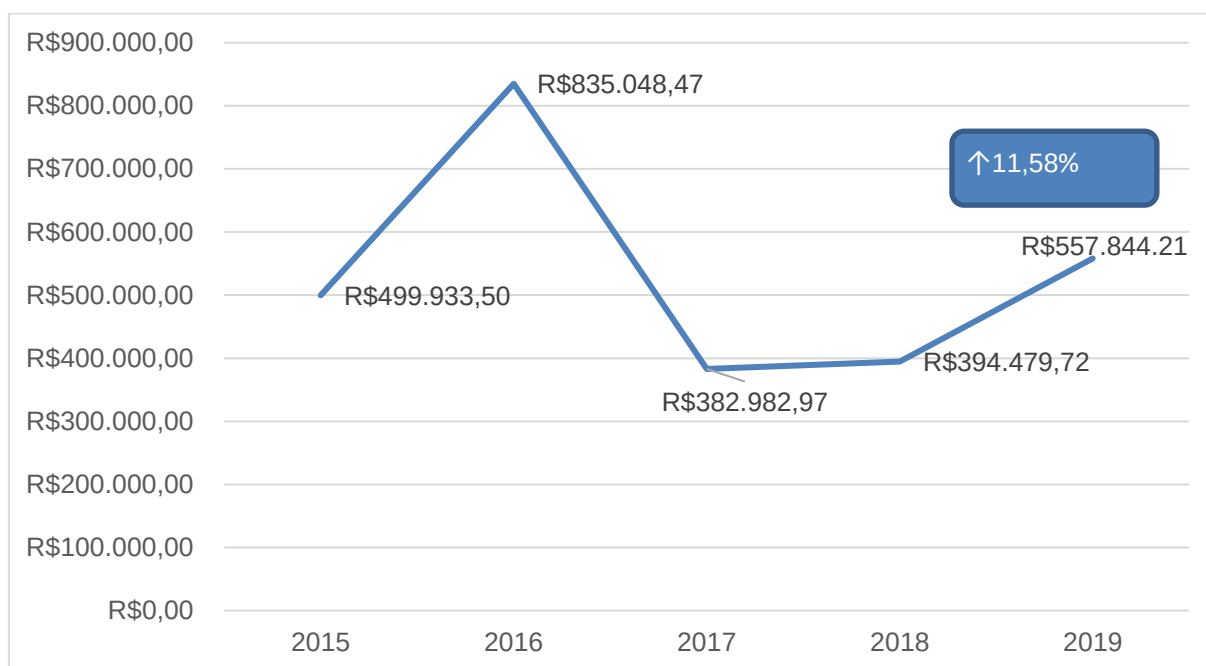
<sup>3</sup>Criar modelo de relatório gerencial voltado aos serviços de limpeza no PJPA, conforme indicadores do CNJ, com a remessa de dados para o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística/Núcleo Socioambiental; avaliar a possibilidade de fornecimento pela empresa terceirizada de sacos plásticos em, pelo menos, duas cores diferenciadas, sendo um para orgânico e outro para recicláveis.

Em entrevista com o Chefe de Serviço de acompanhamento de contratos foi perguntado se a ação “sacos plásticos de duas cores diferentes” foi implementada, ele respondeu:

quando tivemos a reunião que definiu essa ação, o contrato já vigorava. Tudo o que eu tiver que cobrar desse contrato ele tem que constar de um Termo de Referência. Porém, chamamos a empresa, conversamos e diminuimos o que recebíamos como saco normal (preto) e pedimos para que entregasse o azul. Esse azul é mais caro, então tivemos que fazer uma “matemática” pra diminuir e fizemos um projeto piloto aqui na sede. Porém isso perdeu a força com o passar do tempo, até porque a gente não consegue reunir. Isso funciona hoje, mas não é tão expressivo.

Observando-se os valores dos gastos com material de limpeza em 2015 e 2016, há um salto considerável no valor. O gráfico a seguir demonstra os números:

**Gráfico 19** – Gasto com material de limpeza



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

O contrato com as empresas terceirizadas prevê que o custo do material de limpeza compõe o valor da mão de obra (TJPA, 2019). No mais, o entrevistado informou quanto a esse fato que:

havia quatro contratos de limpeza e conservação e com quase todos com curso próximo ao máximo legal, sessenta meses, aconteceram repactuações dos contratos, assim como reequilíbrios econômico-financeiros (materiais) em alguns, o que explica o acréscimo no valor dos gastos com materiais.



A repactuação contratual consiste no reajuste dos valores do contrato pela aplicação dos índices pré-estabelecidos no edital e no contrato. Nesse sentido esclarece o Chefe de serviço:

a repactuação consiste no reajustamento utilizado para remediar os efeitos da desvalorização da moeda e pode ocorrer pela aplicação de índices previamente estabelecidos no edital e no contrato, normalmente a Convenção Coletiva de Trabalho, cujo critério tem base na demonstração analítica da variação dos componentes dos custos efetivamente ocorridos e comprovados.

Os gastos em 2017 apresentaram redução em mais da metade dos gastos ocorridos no ano anterior, isso em virtude da otimização das contratações, que incluem critérios de sustentabilidade e da contínua capacitação da força de trabalho quanto aos procedimentos com as caixas coletoras e práticas de limpeza (TJPA, 2017). Justifica-se, também, pelos fatos expostos pelo entrevistado:

houve a concomitância do início de um novo contrato, em abril de 2017, com redução significativa, de ordem da Presidência do TJ, em face das restrições orçamentárias por que passava o Poder Judiciário, da ordem de 25%, no número de serventes de limpeza e, por conseguinte, nos gastos com material. Soma-se a auditoria feita pela Secretaria de Controle Interno, sugerindo diminuição do número de serventes, **aliada ao advento da IN05, de 2017, que modifica o índice de produtividade do servente por metro quadrado, dobrando com isso, a área a ser mantida por um único colaborador e, por conseguinte, cortando o número de serventes pela metade**, o que explica a queda de 54% nos gastos com materiais de limpeza.

Questionado sobre as dificuldades que encontra nas suas atribuições de Chefe de acompanhamento de contratos esclareceu:

falando especificamente do contrato de limpeza, o contrato não é pensado pra esse pessoal, pra abranger essa mão de obra, então a gente encontra **dificuldade de encontrar espaço pra eles desenvolverem suas atividades e pra espaço de descanso também**. Eles têm período de almoço, mas alguns nem aproveitam. O prédio não tem estrutura pra abrigar eles. Até hoje não encontramos uma solução pra onde deixar o lixo aqui. Ainda o deixamos em uma área aberta. A ideia seria que o lixo estivesse em local fechado.

Esclareceu, ainda, que por ser fiscal de contratos com empresas terceirizadas, entre elas as da limpeza, participou da criação das ações do PLS-PJPA (2016/2020) e disse:

**tivemos reunião pra implantação e logo depois da implantação. Depois foi perdendo força**. Ela (Coordenadora do Núcleo Socioambiental) se afastou pra cumprir a licença-maternidade e aí ficamos sem as reuniões pra tratar disso. Ficamos em nenhuma outra meta traçada.

Adicionalmente, o entrevistado fez elogio à equipe próxima (terceirizados da limpeza e gestores que estão envolvidos diretamente com as ações do PLS) dizendo: “a gente que trabalha diretamente com isso, a gente vê que existe a vontade, a gente se esforça, o pessoal também acaba se engajando”.

E enfatiza:

mas falta apoio de quem realmente decide. **A ação é boa, o pensamento é válido, mas se alguém não compra a ideia...Quando digo alguém é alguém que realmente influencie na decisão. Então se esse não leva avante, a gente acaba perdendo a força. Então a gente briga com a gente mesmo.**

Neste sentido prevê Sanches (2000, p.82): “o papel da alta administração é fundamental para que as iniciativas e os esforços da organização rumo à proteção e às responsabilidades ambientais tenham sucesso”.

Sobre sugestões para a construção do novo PLS aduziu:

essa ação de diferenciação de sacos de lixo tem que entrar. Nesse caso já entraria coordenado com o contrato. Tenho as cláusulas dessa questão do aproveitamento da água tratada, do **uso de máquina e equipamentos com ruído menor, produtos biodegradáveis**. Acredito que na questão das instalações... Por exemplo, **reaproveitamento de água da chuva**. Utilizamos água tratada fazendo a lavagem de calçada, carros, quando poderíamos usar a água da chuva. Outro ponto seria utilizar a **energia fotovoltaica** pra gente ter economia na conta de energia elétrica. Isso tudo já conversamos, mas lá embaixo, né? Onde não resolve. A questão seria ter um apoio superior, pra que a coisa viesse assim (de cima pra baixo) e a gente conseguisse fazer.

Expõe-se adiante planilha referente aos indicadores da gestão de serviços de limpeza e o desempenho em números dos anos de 2015 a 2019, cujos dados foram obtidos nos relatórios de desempenho constantes no *link* transparência localizado no portal do TJ/PA.

**Planilha 9 – Tema limpeza**

| Indicadores dos serviços de limpeza            | Ano            |                |                |                |                | Índice  |
|------------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------|
|                                                | 2015           | 2016           | 2017           | 2018           | 2019           |         |
| Gasto de limpeza pela área construída (R\$/m²) | R\$ 22,82      | R\$ 22,87      | R\$ 23,51      | R\$ 19,80      | R\$ 19,52      | -14,46% |
| Grau de repactuação (limpeza)                  | R\$ 0,05       | R\$ 0,16       | R\$ 0,01       | R\$ 0,009      | R\$ 0,27       | 440,00% |
| Gasto com material de limpeza                  | R\$ 499.933,50 | R\$ 835.048,47 | R\$ 382.982,97 | R\$ 394.479,72 | R\$ 557.844,21 | 11,58%  |

**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

#### 4.2.10 Plano 10 – Gestão do consumo de combustíveis

**Quadro 16** – Características do Plano 10 do PLS (2016/2020)

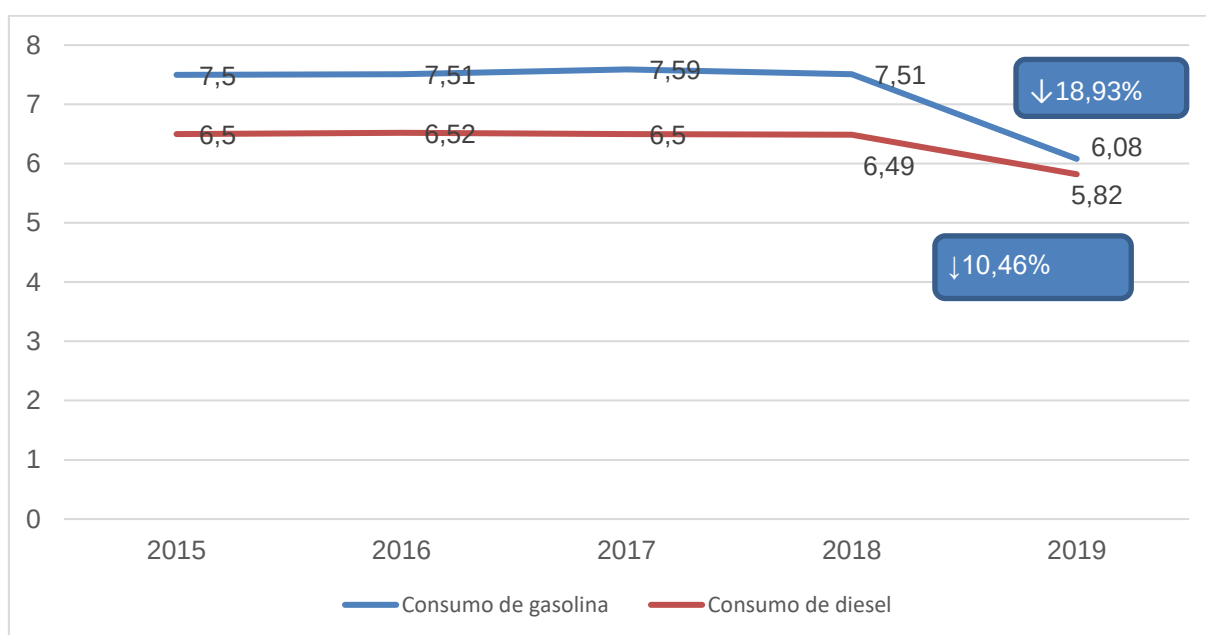
|                     |                                                                                                  |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>OBJETIVO</b>     | Reduzir a emissão de substâncias poluentes e o impacto econômico                                 |
| <b>META</b>         | Reduzir em <b>10%</b> o consumo de combustível                                                   |
| <b>INDICADORES</b>  | Consumo de gasolina da frota de veículos (km/l)<br>Consumo de diesel da frota de veículos (km/l) |
| <b>ENTREVISTADO</b> | Chefe da Divisão de Transportes                                                                  |

Fonte: PLS-PJPA, 2016.

A quantidade de litros de gasolina e diesel consumidos reduziu no comparativo entre os anos de 2015 e 2019 em patamar superior a 10%, possibilitando assim o alcance da meta de redução no consumo de combustível.

O gráfico a seguir ilustra essa redução:

**Gráfico 20** – Consumo de combustíveis



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

Dentre os mecanismos para redução do impacto econômico e diminuição da emissão de substâncias poluentes estão: rastreamento via GPS de 335 veículos da capital e do interior que inclui alerta de revisão e criação de rotas para os deslocamentos mais frequentes, aproveitando-se o mesmo veículo para o atendimento do maior número de servidores (TJ/PA, 2017; 2018; 2019).

Apresenta-se adiante planilha referente aos indicadores da gestão do consumo de combustíveis e o desempenho em números dos anos de 2015 a 2019, cujos dados

foram obtidos nos relatórios de desempenho constantes no *link* transparência localizado no portal do TJ/PA.

**Planilha 10** – Tema consumo de combustíveis

| Indicadores do consumo de combustíveis          | Ano  |      |      |      |      | Índice  |
|-------------------------------------------------|------|------|------|------|------|---------|
|                                                 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |         |
| Consumo de gasolina da frota de veículos (km/l) | 7,50 | 7,51 | 7,50 | 7,51 | 6,08 | -18,93% |
| Consumo de diesel da frota de veículos (km/l)   | 6,50 | 6,52 | 6,50 | 6,49 | 5,82 | -10,46% |

**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

Ressalta-se que o **Plano 11** (item 4.2.11) envolve questões que se inter-relacionam com este Plano em análise, apresentando em comum o mesmo entrevistado. Sendo assim, por questões didáticas os dados obtidos com o Chefe da Divisão de Transportes serão expostos no item que segue.

#### 4.2.11 **Plano 11** – Gestão do uso sustentável de veículos

**Quadro 17** – Características do Plano 11 do PLS (2016/2020)

|                     |                                                                                                                                      |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>OBJETIVO</b>     | Reduzir a emissão de substâncias poluentes, os custos com manutenção, aquisição e deslocamentos                                      |
| <b>META</b>         | Executar <b>10%</b> das ações programadas <sup>4</sup>                                                                               |
| <b>INDICADORES</b>  | Veículos para transporte de servidores e documentos<br>Veículos para transporte de magistrados<br>Gasto com manutenção dos veículos* |
| <b>ENTREVISTADO</b> | Chefe da Divisão de Transportes                                                                                                      |

\*Gráfico de desempenho no Apêndice A

**Fonte:** PLS-PJPA, 2016.

Para a ação de criar modelo de relatório gerencial voltado ao controle da frota e gasto com manutenção de veículos, consta situação “relatório elaborado” no monitoramento de desempenho PLS-PJPA, ano 2016.

Quanto à ação de implantação de sistema informatizado de controle de agendamento e deslocamento de veículos, ainda não há conclusão. De acordo com o entrevistado, Chefe da Divisão de Transportes:

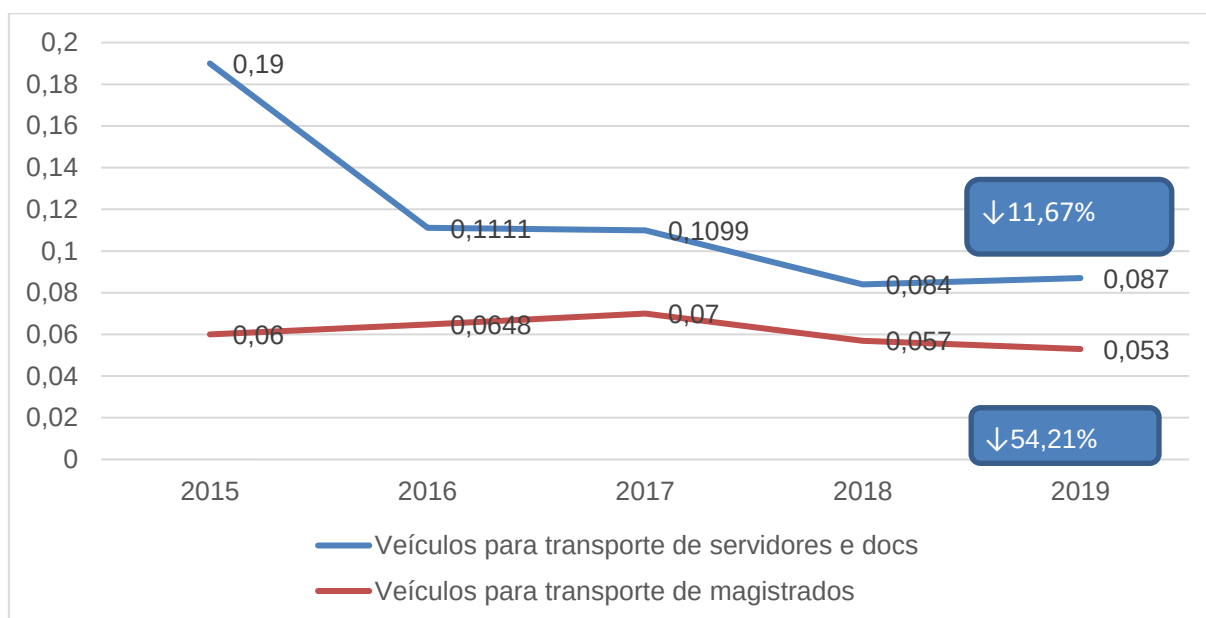
<sup>4</sup>Criar relatório gerencial voltado ao controle de frota e gasto com manutenção de veículos; implantar sistema informatizado de controle de agendamento e deslocamento de veículos; padronizar a frota de acordo com as especificidades de cada região, considerando as condições geográficas dos terrenos e das bacias hidrográficas.

o sistema de controle de agendamento e deslocamento dos veículos oficiais da frota do TJE/PA é o SIGADOC, face ainda não ter conseguido implementar o Sistema THEMA/GRP, pois estavam ocorrendo erros no Sistema THEMA/GRP na parte de pré-agendamento.

Esse fato impactou diretamente na ação de padronização da frota nas comarcas do interior, pois esta ação também não foi realizada, conforme resposta do entrevistado.

Nos indicadores de veículos para transporte de servidores e magistrados houve redução significativa do deslocamento de carros para este fim. Exemplifica o gráfico que segue:

**Gráfico 21** – Veículos para transporte de servidores e magistrados



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

Segundo o relatório de desempenho de 2018 a redução do uso dos veículos se deu pela **“otimização do uso de veículos em demandas intermunicipais, como por exemplo, unindo passageiros e/ou materiais que tenham rota semelhante”**. Informa o Chefe de Divisão de Transportes que a motivação desse fato também decorre da: **“alienação ou inutilização de veículos oficiais da frota do TJE/PA”**.

Já o indicador de gasto com **manutenção dos veículos** houve aumento considerável no custo da manutenção, conforme previsto no relatório de desempenho de 2019, justifica-se esse fato **“em grande, parte, pela grande quantidade de manutenções feitas em embarcações do TJPA, as quais tem um custo bastante**

**superior em comparação com a média das manutenções em veículos terrestres”.**

Também, observou o chefe da Divisão de Transportes que “desde 2015 não se compra veículos no TJ, então a frota envelhece...”. Nesse sentido, reforçou o mencionado relatório: “o que acarreta naturalmente um fluxo maior de manutenções e, conseqüentemente, um maior gasto nessa operação”.

A fim de melhorar o desempenho deste indicador o entrevistado sugere:

**melhor conscientização ambiental, tanto para o motorista, quanto para o servidor**, pois isso pode ajudar. Por exemplo: o pessoal do setor de planejamento, hoje à tarde vai me pedir um carro pra amanhã, depois vão pedir outro carro e às vezes é para o mesmo local e aí estou com 3 carros pra levar 4 pessoas que cabiam em só um, logo a culpa não é da Divisão de Transportes, se eu tiver veículo disponível tenho que ceder. Então passa pela questão educacional do próprio servidor e aí de mim que diga “não”, pois vão achar que é má vontade, aí vão ligar para o Secretário, pra Presidência.

O crescimento da quantidade de manutenções preventivas nos veículos também foi uma medida que contribuiu para a elevação dos gastos. Essas manutenções são medidas que favorecem o uso sustentável dos veículos, uma vez que reduz a quantidade de manutenções corretivas.

Outros fatores como os descritos a seguir, que já estão em prática no TJ/PA, também corroboram para a otimização do uso de veículos com foco socioambiental e econômico (TJ/PA, 2019): o uso de películas solares, que reduz o uso de ar condicionado, e, conseqüentemente, contribui para a redução da queima de combustível; o descarte consciente de pneus e peças usadas, destinadas a projetos socioambientais (parceria entre a Divisão de Transportes e o Núcleo Socioambiental); cursos de direção defensiva para motoristas oficiais visando a economia de combustíveis e a redução do desgaste de pneus e desgaste mecânico.

Questionado sobre as dificuldades que encontra no seu dia a dia como Chefe da Divisão de Transportes, relatou:

**além da falta de consciência ambiental, eu tenho dificuldade com os motoristas**. Eles costumam ficar dentro do carro com o ar condicionado ligado, isso gasta além de combustível, contamina o meio ambiente. Tem carro aqui que é pra consumir 8km/l e está consumindo 2,5km/l, por quê? Porque o motorista passa o dia todo com o ar ligado, motor ligado e combustível queimando.

Sugere que para o próximo PLS a ação, Campanha permanente sobre conscientização ambiental, deve estar entre as atividades periódicas deste plano sustentável e assim esclarece:

**educação ambiental permanente, principalmente para os terceirizados**, porque atualmente está tendo uma rotatividade muito grande. De maneira que eles percebam que fazem parte do meio ambiente e que têm que cuidar dele. Às vezes a pessoa nunca ouviu isso, nem na escola.

Exibe-se a seguir planilha referente aos indicadores da gestão do usos sustentável de veículos e o desempenho em números dos anos de 2015 a 2019, cujos dados foram obtidos nos relatórios de desempenho constantes no *link* transparência localizado no portal do TJ/PA.

**Planilha 11** – Tema uso sustentável de veículos

| Indicadores no uso sustentável de veículos                                 | Ano          |              |              |              |              | Índice  |
|----------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------|
|                                                                            | 2015         | 2016         | 2017         | 2018         | 2019         |         |
| Veículos para transporte de servidores e documentos (veículo por servidor) | 0,06         | 0,0648       | 0,07         | 0,057        | 0,053        | -11,67% |
| Veículos para transporte de magistrados (veículo por magistrado)           | 0,19         | 0,1111       | 0,1099       | 0,084        | 0,087        | -54,21% |
| Gasto com manutenção dos veículos da frota(R\$/Veículo)                    | R\$ 1.113,38 | R\$ 2.864,37 | R\$ 1.869,12 | R\$ 2.328,08 | R\$ 3.626,74 | 225,74% |

**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

#### 4.2.12 **Plano 12** – Gestão do layout

**Quadro 18** – Características do Plano 12 do PLS (2016/2020)

|                     |                                                                                                                                                     |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>OBJETIVOS</b>    | Definir e planejar estratégias para a adoção de critérios de sustentabilidade nas ações e atividades concernentes aos serviços de projetos e obras. |
| <b>META</b>         | Executar <b>10%</b> das ações programadas <sup>5</sup> voltadas a adoção de critérios de sustentabilidade e para aquisição de mobiliário            |
| <b>INDICADOR</b>    | Gasto com reforma nas unidades de trabalho (R\$/m <sup>2</sup> )                                                                                    |
| <b>ENTREVISTADA</b> | Secretária de Engenharia e Arquitetura                                                                                                              |

**Fonte:** PLS-PJPA, 2016.

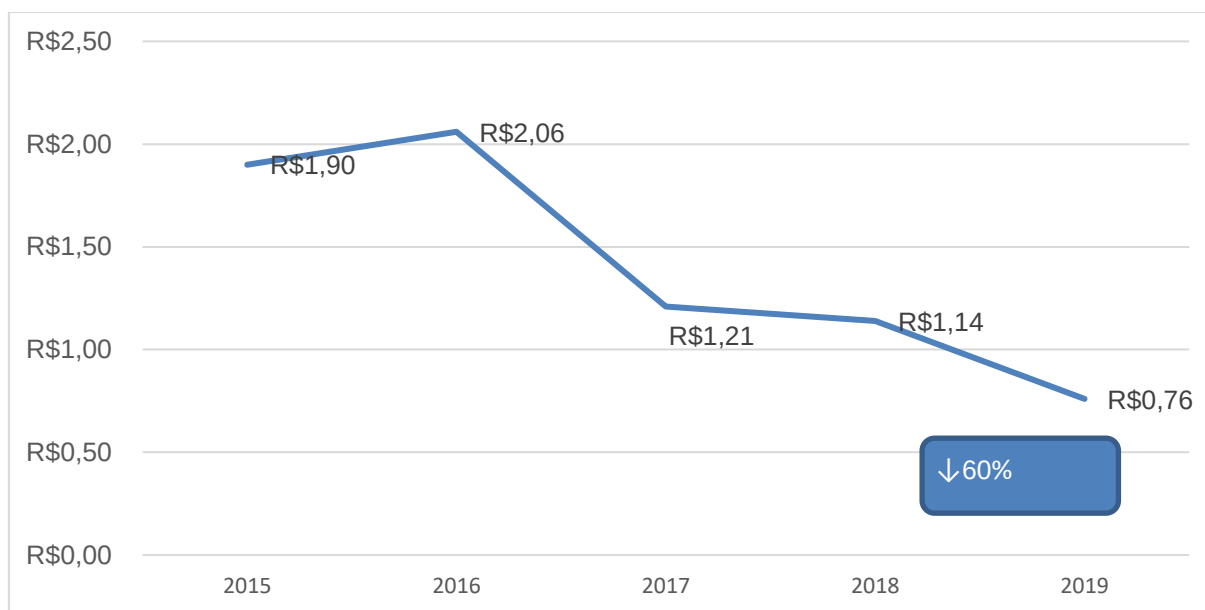
<sup>5</sup>Criar modelo de relatório gerencial voltado ao controle de projetos e obras; elaborar estudos sobre a padronização de layout padrão para gabinetes e unidades, incluindo cores e mobiliário.

Consta a situação “atendida” no relatório de desempenho, ano 2016, para ambas as ações contidas no PLS para este Plano de gestão, isto é, o modelo de relatório gerencial foi criado e os manuais de diretrizes de projetos e de padronização de materiais elaborados a fim de se cumprir o previsto.

Prosseguindo-se para a análise de execução de ações pautadas em critérios sustentáveis para os anos seguintes, nota-se a redução do gasto com reforma nas unidades de trabalho em 60% no comparativo de 2019 com 2015. Neste sentido respondeu a entrevistada:

estamos concentrando nossos esforços na **padronização** das intervenções, **evitando a personificação do ambiente de trabalho**, focando em ações que permaneçam atuais a médio e longo prazo. Mesmo que o número de intervenções seja menor, o valor agregado a cada uma delas é maior.

**Gráfico 22** – Gasto com reformas



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

A padronização do ambiente de trabalho (material, organização e funcionalidades) foi outro fator adicional para a redução dos custos, que segundo a Secretária entrevistada: **“é essencial para qualquer instituição que queira contribuir para melhoria da qualidade de vida no Planeta. Evita que os recursos sejam investidos de forma equivocada”**.

De acordo com o relatório de gestão da Presidência alusivo ao biênio 2017-2019, o TJ/PA concluiu seis obras de construção e assegurou prioridade à melhoria nas edificações no interior, sobretudo nas instalações elétricas, impermeabilização e



manutenção de coberturas. Tudo sob as orientações da Resolução do CNJ nº 114, de 20 de abril de 2010, que dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário, entre outros.

As ações da Secretaria de Engenharia e Arquitetura com gastos de reforma nas unidades de trabalho, em 2019, consubstanciaram-se no descrito a seguir (TJ/PA, 2019):

- manutenção preventiva de prédios de acordo com Plano de Manutenção elaborado com base na classificação do Índice de Priorização de Obras previsto na Resolução nº 114/2010 do CNJ;
- segurança: infraestrutura (projeto e execução) para instalação de arcos detectores de metal, câmeras de segurança e redes de arame farpado, bem como construção e/ou reforma de muros;
- acessibilidade como: rampas de acesso a banheiros e plataformas de percurso vertical;
- melhoria da prestação jurisdicional com as instalações de novas unidades judiciais seguindo critérios sustentáveis.

A Secretária entrevistada, até o envio das respostas ao questionário aplicado, ocupa a função de Secretária de Engenharia e Arquitetura há três anos e dois meses. Questionada sobre os desafios que encontrou, principalmente no desenvolvimento de ações do PLS ligadas à Gestão do *layout*, a entrevistada informou:

**o maior desafio, sem dúvida é o passivo acumulado nas últimas décadas, resultado do elevado número de edifícios, da situação precária de algumas edificações, da extensão do território paraense e da dificuldade de acesso.** Por mais que tenhamos envidado esforços para amenizar a situação dos edifícios, de modo geral há problemas com a manutenção predial (onde melhorias significativas já foram realizadas, limitadas pela nossa capacidade operacional e recursos financeiros); falta de espaço (muitas comarcas não possuem o número de ambientes necessários à adequada prestação jurisdicional e algumas não atendem as áreas mínimas, não possuem ventilação e iluminação adequadas, há ausência de banheiros, celas, depósitos, dentre outros); acessibilidade insuficiente e fragilidade de segurança; bem como adequação às novas demandas. Há algum tempo no Tribunal e há três anos na gestão, **pude verificar que é possível, mesmo com poucos recursos e capacidade operacional limitada, executar, de forma planejada, melhorias nos imóveis do Poder Judiciário Estadual. Sendo de fundamental importância o alinhamento do entendimento dos atores envolvidos.**

E quanto às facilidades respondeu: **“a facilidade está no trabalho em equipe, seja interno da Secretaria, seja a da administração superior”**. Por fim, para construção do novo PLS, sugeriu:

a logística em relação a construção civil é limitada. Não estamos em um eixo de indústrias, o que dificulta a logística reversa. Não se pode falar em

obrigatoriedade de algumas ações tão comuns em países como Alemanha, por exemplo, reciclagem dos resíduos dos canteiros, uma vez que em Belém só se recicla 2% do lixo comum. Desta forma, **sem que seja inviabilizado pelo custo financeiro, proponho como ação a formação de rede com os entes públicos e da iniciativa privada para tentar fomentar o mercado local.**

Demonstra-se adiante planilha referente aos indicadores da gestão do layout e o desempenho em números dos anos de 2015 a 2019, cujos dados foram obtidos nos relatórios de desempenho constantes no *link* transparência localizado no portal do TJ/PA.

**Planilha 12** – Tema *layout*

| Indicadores na gestão de <i>layout</i>                           | Ano      |          |          |          |          | Índice  |
|------------------------------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|---------|
|                                                                  | 2015     | 2016     | 2017     | 2018     | 2019     |         |
| Gasto com reforma nas unidades de trabalho (R\$/m <sup>2</sup> ) | R\$ 1,90 | R\$ 2,06 | R\$ 1,21 | R\$ 1,14 | R\$ 0,76 | -60,00% |

**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

#### 4.2.13 **Plano 13** – Gestão da capacitação de servidores em educação socioambiental

**Quadro 19** – Características do Plano 13 do PLS (2016/2020)

|                     |                                                                                                |
|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>OBJETIVO</b>     | Capacitação sobre sustentabilidade e consumo consciente, em busca da eficiência administrativa |
| <b>META</b>         | Realizar <b>5%</b> das capacitações em sustentabilidade e consumo consciente                   |
| <b>INDICADOR</b>    | Sensibilização e capacitação do corpo funcional e força auxiliar de trabalho                   |
| <b>ENTREVISTADA</b> | Coordenadora do Núcleo Socioambiental                                                          |

**Fonte:** PLS-PJPA, 2016.

Considerando a necessidade de adoção de diretrizes nacionais para nortear as unidades de formação e aperfeiçoamento técnico dos servidores de justiça, foi instituída a Resolução do CNJ nº 192, de 08 de maio de 2014, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.

Esta Política atende aos seguintes princípios:

- I – **Formação e aperfeiçoamento** como processos de educação permanente fundamentados em valores éticos, na prática da cidadania e na melhoria da prestação jurisdicional para atender as demandas da sociedade brasileira;
- II – **Integração permanente da educação com o planejamento estratégico do Poder Judiciário**, com o desenvolvimento de competências necessárias para o cumprimento da missão, alcance da visão e execução da estratégia;
- III – **Responsabilidade compartilhada** entre o servidor, o gestor, a unidade de formação e a alta Administração;
- IV – Educação voltada para a formação do **servidor como agente de inovação** e aperfeiçoamento institucional;

V – Educação voltada para a **valorização da gestão do conhecimento**.

Dentro desta política foram desenvolvidas ações para capacitação do corpo funcional e força de trabalho auxiliar de forma presencial e à distância. Assim prescreve o relatório de desempenho, ano 2016:

na **modalidade presencial**, são promovidos encontros entre os servidores que exercem funções específicas na área judiciária, sensibilizando-os da necessidade de aprendizagem contínua para se atingir melhores resultados, tanto no nível individual quanto no nível organizacional. Na **modalidade Ensino à Distância** (EAD), o processo de aprendizagem é interativo, tridimensional, de construção coletiva de conhecimento, mediado por tecnologias educacionais síncronas e/ou assíncronas.

As capacitações também ocorrem por meio das programações de ambientação de novos servidores, eventos internos, visitas institucionais do Presidente e por meio das chamadas “visitas verdes” para verificar a aplicação das boas práticas nas unidades de trabalho.

Questionada a entrevistada, Coordenadora do Núcleo Socioambiental, sobre o alcance dessas “visitas verdes”, ela respondeu que: **“a região metropolitana inteira, até Castanhal, a gente conseguiu fazer, nós do núcleo socioambiental e a coordenadoria de saúde. Fizemos ações pontuais nesses lugares”**. No que tange à receptividade dos servidores disse:

existe, mas é baixa. Na comarca de Bragança (fizemos ação de 1 dia lá, fomos e voltamos no mesmo dia), **a juíza encabeçou, disse que queria coleta seletiva lá, queria que os servidores aderissem, queria a redução dos custos dela**. Conseguimos também atingir a comarca de Marabá (não indo lá, mas nos comunicando) dando assistência por aqui, até por uma questão de deslocamento, de custo de diária (o Tribunal não estava concedendo), então a gente sempre presta essa instrutoria à distância (Rondon do Pará, Tucuruí, Itupiranga, vários lugares).

Neste sentido, Claro *et al.* (2008, p. 293) esclarecem:

o estilo de gestão participativo pode influenciar o entendimento e o comprometimento dos colaboradores, pois é capaz de orientar a cultura organizacional para a sustentabilidade por meio da inclusão e da cooperação na tomada de decisão.

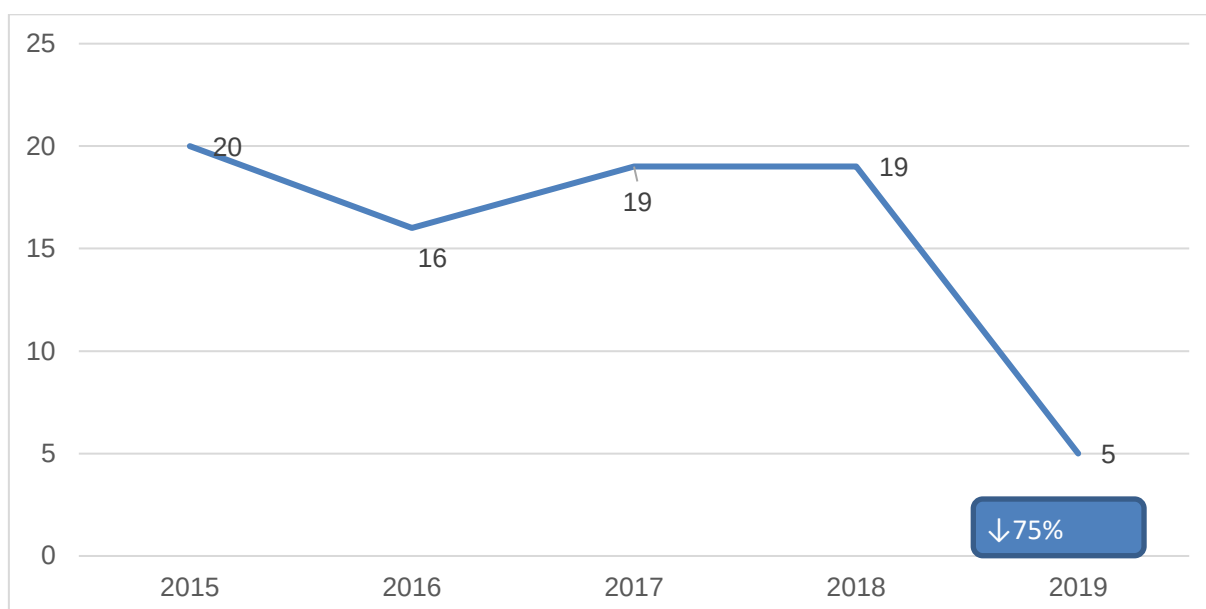
Em relação à ação de realizar videoconferência sobre o PLS-PJPA com magistrados e diretores de secretaria das comarcas do interior esclareceu: “essa ação não foi concluída, pois faltava equipamento, faltava internet, faltava televisão”.

No que tange à ação de eliminação de “estoques paralelos” esclarece:

quando você pede ao almoxarifado, vem aquela tendência: “Ah, eu peço dez, me mandam cinco, então eu vou logo pedir quinze, pra mandarem dez pra sobrar pro mês que vem”. Isso aí gera um déficit orçamentário porque **a gente acaba licitando além da conta pra gente também manter um estoque quando a gente tem vários estoques paralelos**. E assim, **como a compra é sempre pelo menor preço e não pelo melhor preço, a gente acaba comprando uma caneta que vai durar menos, se ela ficar parada lá no armário e isso vai gerar só custo**, então qual o interesse disso aí? Fazer o aperfeiçoamento contínuo do gasto público, então a partir do momento que **eu vou pedir só o que realmente preciso, sem manter os estoques, nós vamos comprar menos e a gente vai comprar melhor**.

O desempenho do indicador deste plano de gestão reduziu bastante no ano de 2019, conforme se observa no gráfico:

**Gráfico 23** – Ações de capacitação em educação socioambiental



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

O Relatório de desempenho PLS-PJPA, ano 2019, previu que esta redução ocorreu a partir da publicação da Lei estadual nº 8.807 de 27 de dezembro de 2018, que dispôs sobre a criação da Escola Judicial do Estado do Pará vinculada ao Poder Judiciário do Estado, em substituição à antiga Escola da Magistratura.

Na ocasião, extinguiu-se a unidade denominada Serviço de Treinamento, vinculada à Coordenadoria de Desenvolvimento Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJ/PA, sendo transferida sua competência administrativa e seu quadro funcional, em sua totalidade, para a Escola Judicial.

Assim, as novas atribuições da Escola foram implementadas no final de 2018, quando já se encontrava com o calendário elaborado das atividades do ano de 2019.

Por essa alteração, optou-se por entrevistar a Coordenadora do Núcleo Socioambiental que assim expôs: **“pra que a gente não zerasse o indicador, eu passei a fazer as capacitações, seja para novos servidores, juízes, seja para a sensibilização do corpo funcional e força auxiliar do trabalho”**.

Exibe-se adiante planilha referente aos indicadores da gestão da capacitação de servidores em educação socioambiental e o desempenho em números dos anos de 2015 a 2019, cujos dados foram obtidos nos relatórios de desempenho constantes no *link* transparência localizado no portal do TJ/PA.

**Planilha 13** – Tema capacitação

| Indicador na capacitação de servidores em educação socioambiental                                  | Ano  |      |      |      |      | Índice  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|------|------|------|------|------|---------|
|                                                                                                    | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |         |
| Sensibilização e capacitação do corpo funcional e força auxiliar de trabalho (quantidade de ações) | 20   | 16   | 19   | 19   | 5    | -75,00% |

**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

#### 4.3 SUGESTÕES DE PROPOSTAS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLS-PJPA 2021/2025

No **Plano 1** do PLS-PJPA (dimensão papel, copos descartáveis e água envasada), a meta regressiva fixada em 10% de consumo ao ano para papel e copos plásticos e 5% para água envasada, encontrou pontos fortes nas ações do Tribunal, como por exemplo, a implantação do PJE, a triagem de papéis pelo núcleo socioambiental, antes do envio às cooperativas de reciclagem, e o estímulo ao uso das canecas ecológicas como alternativa aos copos e garrafas plásticas.

Para que a distribuição das canecas não se desvincule do contexto e da noção de sustentabilidade e possa, de fato, contribuir para a sensibilização do corpo funcional, sugerimos que sejam desenvolvidas algumas atividades antes da entrega para os servidores que serão empossados. Ressaltamos que estas atividades também seriam interessantes para os servidores que estão na ativa a fim de que sejam motivados continuamente para esta questão.

O diretor geral de cada fórum (geralmente juiz de Direito) ou mesmo a direção administrativa, poderá promover a realização de um debate acerca da sustentabilidade abordando problemáticas que o prédio, ou o seu entorno, apresente, buscando soluções coletivamente a respeito de temas, como:

- o consumo consciente de bens públicos;
- a produção de resíduos sólidos e a sua destinação adequada;
- o contexto socioambiental onde se encontra o prédio;
- campanhas permanentes para o incentivo a práticas sustentáveis;
- uso de caneca ecológica;
- criação do “Cinema ecológico” onde se apresentam filmes como: “A história das coisas”; “Home – nosso planeta, nossa casa”; “Avatar”; “A era da estupidez”; “Lixo extraordinário”, etc. (IFSP, 2020).
- palestras com temáticas diretamente relacionadas à sustentabilidade, como: os 5R’s da sustentabilidade; Indústria da moda; Usos sustentáveis de recursos naturais; Sustentabilidade doméstica; Reciclagem (quais materiais podem ser destinados, conscientização sobre a limpeza e separação correta)

No que se refere ao consumo de papel, embora os esforços mencionados tenham tido impacto positivo, há de se pontuar que a adoção de contrato de *outsourcing* seria uma alternativa para a redução ainda maior dos gastos com papel, sugerimos priorizar o papel reciclado no contrato.

Além disso, campanhas educativas e de sensibilização com divulgação nas redes sociais, como no Instagram do TJ/PA, e na área de trabalho de todos os computadores chamaria atenção para o tema.

**Figura 2** – Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 1)

|                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                    |           |                                                     |      |                                                                                               |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-----------------------------------------------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b><br><b>Objetivos específicos 2 e 3:</b><br>identificação dos desafios e facilidades; sugestões de propostas de ação.                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                    |           |                                                     |      |                                                                                               |
| ❖ Facilidades<br>• Desafios                                                                                                                                                                                                       | <b>PLANO 1 - MATERIAIS DE CONSUMO</b><br><table> <tr> <td>Objetivos</td><td>↓ consumo de papel, copos plásticos e água envasada</td></tr> <tr> <td>Meta</td><td><u>Regressiva</u>: 10% de consumo ao ano para papel e copos plásticos; 5% para água envasada</td></tr> </table>    | Objetivos | ↓ consumo de papel, copos plásticos e água envasada | Meta | <u>Regressiva</u> : 10% de consumo ao ano para papel e copos plásticos; 5% para água envasada |
| Objetivos                                                                                                                                                                                                                         | ↓ consumo de papel, copos plásticos e água envasada                                                                                                                                                                                                                                |           |                                                     |      |                                                                                               |
| Meta                                                                                                                                                                                                                              | <u>Regressiva</u> : 10% de consumo ao ano para papel e copos plásticos; 5% para água envasada                                                                                                                                                                                      |           |                                                     |      |                                                                                               |
| <b>FACILIDADES/DESAFIOS (PLS 2016/2020)</b><br>❖ Avanço do PJE;<br>❖ Impressoras que trabalham no modo econômico;<br>❖ Triagem realizada pelo Núcleo Socioambiental;<br>• Cultura da impressão.<br>• Manter hábitos sustentáveis. | <b>SUGESTÕES DE AÇÕES PLS (2021/2025)</b><br>✓ Palestras, filmes temáticos, rodas de conversa, campanhas permanentes;<br>✓ Utilização das mídias sociais do TJ/PA para abordagem do tema;<br>✓ Sensibilização por meio da utilização da área de trabalho de todos os computadores. |           |                                                     |      |                                                                                               |

Fonte: PLS-PJPA(2016/2020).

Quanto ao **Plano 2**, Gestão da impressão de documentos, cuja meta é a redução em 5% do número de impressões por usuário, o maior desafio do gestor é a mudança da cultura da impressão. Para isso, além das campanhas permanentes de conscientização, como mencionado anteriormente, poderia se adotar a diminuição da quantidade de impressoras por unidade de trabalho. Caberia determinação por portaria da presidência sobre o quantitativo de impressoras por gabinete de desembargador, juiz, secretaria das varas e unidades administrativas.

Outro caminho seria a efetiva adoção do gerenciamento *outsourcing* com *software* de bilhetagem que possibilita o entendimento sobre como os equipamentos de impressão são utilizados, o que permite soluções para a redução de custos e um maior controle do quantitativo de impressões.

Algumas características deste *software* são (COLPANI, 2020, p. 1):

Contabilizar todas as impressões e cópias realizadas;  
 Registrar o que foi impresso (nome, páginas, formato, B ou color, etc.);  
 Registrar qual foi o usuário que realizou a impressão;  
 Registrar o dia e horário que a impressão foi realizada

Esse controle inibiria a impressão de documentos de cunho pessoal e forçaria a atitude do repensar antes de imprimir. Não sendo possível a efetivação de contrato

de *outsourcing*, a adoção do centro de impressão seria a alternativa mais barata e de tomada de decisão imediata.

Nas unidades onde o PJE foi concluído, todas as impressoras seriam retiradas das unidades de trabalho, sendo adotado uma espécie de “centro de impressão”, onde haveria a concentração de um quantitativo mínimo de impressoras, para onde as pessoas precisariam se deslocar até o local para pegar o seu documento impresso.

**Figura 3** – Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 2)

| APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Facilidades</li> <li>• Desafios</li> </ul>                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| PLANO 2 - IMPRESSÃO E EQUIPAMENTOS INSTALADOS                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Objetivos                                                                                                                                                                                                                                                         | ↓ consumo de suprimentos de impressão;<br>Promoção do descarte adequado de suprimentos                                                                                                                                                                                               |
| Meta                                                                                                                                                                                                                                                              | <u>Regressiva</u> : 5% o número de impressões por usuário                                                                                                                                                                                                                            |
| FACILIDADES/DESAFIOS<br>PLS (2016/2020)                                                                                                                                                                                                                           | SUGESTÕES DE AÇÕES<br>PLS (2021/2025)                                                                                                                                                                                                                                                |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Existência de software de impressão;</li> <li>❖ Atuação do Núcleo Socioambiental para o descarte adequado de suprimentos;</li> <li>• Gerenciamento do software de impressão;</li> <li>• Cultura da impressão;</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Adoção do gerenciamento outsourcing com software de bilhetagem;</li> <li>✓ Padronização do quantitativo de impressoras por setor;</li> <li>✓ Adoção do centro de impressão;</li> <li>✓ Campanhas permanentes de conscientização.</li> </ul> |

Fonte: PLS-PJPA(2016/2020).

Quanto aos **Planos 3 e 4**, gestão do consumo e gasto com energia elétrica e água, respectivamente, os desafios identificados são semelhantes.

Diminuir o consumo de recursos energéticos e água e ser fiel à missão do TJ/PA com a realização da justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional é um desafio para o gestor ligado a estes planos.

A expansão do judiciário é um fato que corrobora para o cumprimento de sua missão, a criação de novas unidades, como as CEJUSCs, que são centros de conciliação de conflitos criados para diminuir o tempo da entrega da prestação jurisdicional, eleva a demanda por água e energia. Ainda, o aumento do consumo energético é contemporâneo ao novo modelo de gestão processual implantado, que sai do universo do papel e entra na era digital.



Essas questões são fatos relevantes no tocante a não redução do consumo de energia elétrica e água após a implantação do PLS-PJPA (2016/2020), que poderão ser minimizadas com a constante conscientização do corpo funcional (caráter permanente), e, também, com a adoção de alguma(s) sugestão(ões) inovadora(s) a seguir.

Para a redução do gasto com energia elétrica, poder-se-ia adotar estudo de viabilidade técnica e orçamentária de geração de energia com a substituição das películas solares das janelas dos prédios por películas fotovoltaicas. Isto seria uma alternativa à dificuldade de instalação das, cada vez mais comuns, placas fotovoltaicas já descartadas para instalação em alguns prédios do TJ/PA.

No 2º Fórum da Inovação na Construção Civil, ocorrido em julho de 2019, em Porto Alegre, foi apresentado um filme fotovoltaico orgânico (película solar), feito com material reciclável e não tóxico, criado por empresa mineira, que seria uma espécie de lâmina leve, resistente, fina e extremamente maleável que produz energia elétrica por meio da luz solar (SOARES, 2019).

Uma outra alternativa é a implantação de coberturas verdes, a exemplo do modelo utilizado no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que além de agregar valor estético, contribui para a melhoria da qualidade do ar e clima, diminuindo o efeito das ilhas de calor nos centros urbanos.

Como alternativa à redução de consumo de água, a utilização de sistema de retenção de águas pluviais, destinando-a à irrigação paisagística, combate ao fogo, às descargas sanitárias, lavagem de piso, veículos, além de diminuir o uso de água potável e a redução da velocidade do escoamento das águas das chuvas, minimizando o problema das vazões de cheias, tão comuns nos bairros de Belém, sejam centrais ou periféricos.

O Estado do Pará, localizado no interior da região Amazônica, possui condições climáticas que favorecem a captação de chuva. Praticamente todos os dias do ano há chuva, como aduz Albuquerque, 2010, p. 151:

Em geral, a época chuvosa inicia-se em dezembro e tem duração de cinco a seis meses, sendo o mês de março o que apresenta maior índice pluviométrico. A época menos chuvosa, onde predominam as chuvas de caráter convectivo, abrangem os demais meses do ano.

Destaca-se aqui um estudo interessante desenvolvido no Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina por meio de pesquisa

realizada por Silveira *et al.* (2013) com a instalação de mictórios ecológicos em todos os banheiros masculinos da instituição.

Os resultados alcançaram uma economia diária de 2,793 m<sup>3</sup> de água potável, e economia anual de 670,32 m<sup>3</sup> de água potável. A redução financeira diária foi de R\$ 21,93 atingindo redução anual de R\$ 5.263,96 (SILVEIRA *et al.*, 2013).

Nesse sentido expõem Silveira *et al.* (2013, p. 5):

Diferente de outras fontes de água, que dependem de uma série de fatores, como clima, umidade, poluição, o reuso de águas cinza, por tratar-se de água “produzida” por ação humana constante pode ter sua produção e uso previamente planejados o que facilitaria sua utilização.

Ainda, nesta pesquisa foi realizado estudo de *Payback*, que verifica o tempo necessário para retorno do investimento, e se constatou que em um período inferior a nove meses o valor investido para adaptação do banheiro é recuperado.

**Figura 4** – Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 3)

| APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                               |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PLANO 3 - ENERGIA ELÉTRICA                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                               |
| Objetivo                                                                                                                                                                                                       | ↓ consumo de recursos energéticos                                                                                                                             |
| Meta                                                                                                                                                                                                           | Regressiva: reduzir em 5% no primeiro ano, com metas regressivas a partir do segundo ano<br><small>Fonte: PLS-PJPA(2016/2020)</small>                         |
| FACILIDADES/DESAFIOS<br>PLS (2016/2020)                                                                                                                                                                        | SUGESTÕES DE AÇÕES<br>PLS (2021/2025)                                                                                                                         |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Portaria nº 892/2019 de 15/02/2019;</li> <li>• Estações de trabalho para novos concursados;</li> <li>• Novos prédios;</li> <li>• Central de digitalização.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Campanhas permanentes de conscientização;</li> <li>✓ Películas fotovoltaicas;</li> <li>✓ Cobertura Verde.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Facilidades</li> <li>• Desafios</li> </ul>                                                                                                                            |                                                                                                                                                               |

Fonte: PLS-PJPA(2016/2020).

**Figura 5** – Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 4)

| APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS                                                                                                                                            |                                                                                                                                                               |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PLANO 4 - ÁGUA                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                               |
| Objetivo                                                                                                                                                                         | ↓ redução do consumo de água                                                                                                                                  |
| Meta                                                                                                                                                                             | Executar 5% das ações de práticas sustentáveis programadas no ano<br><small>Fonte: PLS-PJPA(2016/2020)</small>                                                |
| FACILIDADES/DESAFIOS<br>PLS (2016/2020)                                                                                                                                          | SUGESTÕES DE AÇÕES<br>PLS (2021/2025)                                                                                                                         |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Portaria nº 892/2019 de 15/02/2019;</li> <li>• Reforma de prédios;</li> <li>• Mão de obra qualificada em prédios longínquos.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Sistema de retenção de águas pluviais;</li> <li>✓ Reuso de águas cinzas;</li> <li>✓ Mictórios ecológicos.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Facilidades</li> <li>• Desafios</li> </ul>                                                                                              |                                                                                                                                                               |

Fonte: PLS-PJPA(2016/2020).

No que se refere às dificuldades encontradas pela Gestora do Núcleo socioambiental, que está a frente do **Plano 5**, isto é, gestão de resíduos sólidos, e a frente, de fato, de todo o processo de implantação do PLS-PJPA, o que mais se destaca é a falta de apoio efetivo de todos os outros gestores corresponsáveis pelo PLS e, também, pela alta administração (situação relatada no item 4.2.5 desta pesquisa).

Prudente é a conscientização desses gestores por meio dos números, da demonstração dos impactos advindos da aplicação das ações sustentáveis planejadas, de forma que o PLS passe a integrar a rotina de trabalho de cada um.

Em virtude da quantidade de ações que o PLS-PJPA exige, a nosso ver é necessário o aumento do quantitativo de servidores lotados no Núcleo Socioambiental, que atualmente apresenta apenas 1 servidor efetivo (os outros poucos integrantes são estagiários ou terceirizados).

Com maior efetivo, poderia ser criada uma comissão de gestão socioambiental, tal qual a existente no Superior Tribunal de Justiça, para que, em parceria com as unidades administrativas, possa avaliar todos os processos de compra do tribunal e acompanhar o ciclo de vida dos insumos (do início ao fim), objetivando a inserção de critérios de sustentabilidade alicerçados no que se denomina de licitação sustentável,

isto é, contratação de bens e serviços que sejam economicamente viáveis, ambientalmente corretos e socialmente justos.

**Figura 6** – Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 5)

| APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Facilidades</li> <li>• Desafios</li> </ul>                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| PLANO 5 - RESÍDUOS SÓLIDOS                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Objetivo                                                                                                                                                                                                                                                        | Gerenciamento e descarte ambientalmente correto dos resíduos sólidos                                                                                                                                                                                                                           |
| Meta                                                                                                                                                                                                                                                            | Executar 10% das ações voltadas ao descarte de resíduos sólidos, com vistas à coleta seletiva e à redução dos impactos ambientais                                                                                                                                                              |
| FACILIDADES/DESAFIOS<br>PLS (2016/2020)                                                                                                                                                                                                                         | SUGESTÕES DE AÇÕES<br>PLS (2021/2025)                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ A criação, 2009, da Agenda Socioambiental;</li> <li>• Envolvimento da média e alta administração;</li> <li>• Lotação de servidores no Núcleo Socioambiental;</li> <li>• Conscientização do corpo funcional.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Demonstrar as ações sustentáveis por dados estatísticos;</li> <li>✓ Formação de Comissão Socioambiental;</li> <li>✓ Reuniões individuais com diretores dos fóruns;</li> <li>✓ Campanhas permanentes de conscientização do corpo funcional.</li> </ul> |

Fonte: PLS-PJPA(2016/2020)

No **Plano 6**, gestão da qualidade de vida no ambiente de trabalho, os obstáculos recaem sobre a dificuldade de se conscientizar pessoas adultas acerca de valores sustentáveis e, também, pelo fato da equipe multidisciplinar da coordenadoria de saúde estar apenas capital, o que a impede de desenvolver ações de forma igualitária em todas as comarcas do Estado.

O repasse da expertise de se realizar eventos semanais como as trocas solidárias e as feiras orgânicas às direções dos fóruns, envolveria a todos e estimularia constantemente os servidores que não trabalham na capital a estarem envolvidos com as questões sustentáveis.

Essas experiências simples e sem custo para a Administração estimula a mudança de comportamento do corpo funcional e põe em prática a política dos 5 R's, com o repensar do nosso modo de vida, com a redução do consumo, com reutilização de tudo o que for possível por meio das trocas e com a reciclagem por meio do reaproveitamento de matérias-primas.

Como pontua Hüller (2010, p.389), “são as ações que realmente transformam o ambiente, e não apenas as propostas e ideias, que estão disponíveis aos montes há muito tempo e de conhecimento de praticamente todas as pessoas”.

Quanto ao fator de ausência de servidores especializados nas comarcas do interior, propomos estudar a possibilidade de criação de equipe multidisciplinar em cidades geograficamente estratégicas, como Santarém, Altamira e Marabá;

A fim de agregar mais ações neste Plano de Gestão Qualidade de Vida, para o PLS-PJPA (2021/2025), propomos algumas atividades interessantes que já são aplicadas em outros tribunais de justiça do país, a exemplo do TJ/SC, como: a realização de diagnósticos nas unidades jurisdicionais resultantes do acompanhamento do desempenho dos servidores, seja pela avaliação de estágio probatório, seja pela avaliação de progressão na carreira.

Com isso é possível conhecer o desempenho de todos aqueles que apresentaram algum quesito insuficiente na avaliação de desempenho em dado período, oportunizando-se assim a reflexão pelo servidor quanto aos pontos a serem melhorados e identificando a necessidade de treinamentos ou intervenções psicológicas.

Além disso, podem ser incluídos: programas de rodízio de funções para melhorar a comunicação entre os setores e aumentar o conhecimento quanto às atribuições exercidas pelos diversos setores do Tribunal; entrevistas de relotação dos servidores a fim de adequar a lotação do servidor ao seu perfil; ampliação da participação em teletrabalho para melhorar a qualidade de vida do corpo funcional, em razão da flexibilidade de horário e local de execução das atividades laborais.

**Figura 7** – Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 6)

| APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ❖ Facilidades<br>• Desafios                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                  |
| PLANO 6 - QUALIDADE DE VIDA                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Objetivo                                                                                                                                               | Melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho                                                                                                                                                                                             |
| Meta                                                                                                                                                   | Executar 5% das ações voltadas à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho                                                                                                                                                           |
| FACILIDADES/DESAFIOS<br>(PLS 2016/2020)                                                                                                                | SUGESTÕES DE AÇÕES<br>PLS (2021/2025)                                                                                                                                                                                                            |
| ❖ Parceria entre a Coordenadoria de Saúde e o Núcleo Socioambiental;<br>• Inclusão de servidores do interior;<br>• Conscientização do corpo funcional. | ✓ Repasse da expertise às direções dos fóruns locais;<br>✓ Formação de equipe multidisciplinar em polos estratégicos;<br>✓ Diagnósticos de desempenho dos servidores;<br>✓ Rodízio de funções;<br>✓ Entrevistas de relocação;<br>✓ Teletrabalho. |

Fonte: PLS-PJPA(2016/2020).

O **Plano 7**, de gestão de serviços de telefonia, apresentou resultados significativos de redução de gastos, tanto para a telefonia fixa, quanto para a móvel. Para o aperfeiçoamento contínuo da gestão desses serviços, sugerimos o estímulo à adoção de formas alternativas de comunicação, como por exemplo, a utilização do WhatsApp nos celulares utilizados nos plantões judiciais, o que evitaria gastos com ligações para oficiais de justiça e outros.

O estímulo à utilização permanente da plataforma *Google Meet*, tão utilizada no mundo durante a pandemia do coronavírus, para reunir servidores que estão em regime de *homeoffice* àqueles que estão nos locais de trabalho, é uma boa escolha para redução ainda maior dos custos, uma vez que é possível transmitir voz, vídeo e dados através de uma única rede.

**Figura 8** – Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 7)

|                                                                                                                            |  |                                                                                                                           |                                    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|
| APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS                                                                                      |  | PLANO 7 - TELEFONIA                                                                                                       |                                    |
|                                                                                                                            |  | Objetivo                                                                                                                  | ↓ gasto com telefonia fixa e móvel |
|                                                                                                                            |  | Meta                                                                                                                      | ↓ 5% de consumo com telefonia      |
| FACILIDADES/DESAFIOS<br>PLS (2016/2020)                                                                                    |  | SUGESTÕES DE AÇÕES<br>PLS (2021/2025)                                                                                     |                                    |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Ferramentas de comunicação via internet;</li> <li>• Redução de gastos.</li> </ul> |  | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Uso do WhatsApp em plantões judiciais;</li> <li>✓ Uso do Google Meet.</li> </ul> |                                    |
|                                                                                                                            |  | <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Facilidades</li> <li>• Desafios</li> </ul>                                       |                                    |

Fonte: PLS-PJPA(2016/2020).

Para o **Plano 8** de gestão de serviços de vigilância, um dos maiores desafios relatados pelo gestor é a conscientização do corpo funcional sobre a segurança institucional. O relato da dificuldade de se reavaliar a segurança dos prédios com modificações de rotina, como por exemplo, a mudança da porta de entrada habitual dos servidores, poderia ser diminuída com palestras informativas prévias (ou até avisos) sobre a necessidade da mudança, evitando-se o fator “surpresa” que causa desconforto e gera dúvida, hesitação.

Outra sugestão seria a Coordenadoria militar dar diretrizes para cursos permanentes sobre segurança institucional na escola judicial do Estado do Pará, vinculada ao Poder Judiciário do Estado, a começar pela semana de ambientação dos novos servidores e juízes e a continuar com cursos de reciclagem e capacitação para todos.

**Figura 9** – Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 8)

| APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS                                                                                                 |                                                                                                                                                                                  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PLANO 8 - VIGILÂNCIA                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                  |
| Objetivo                                                                                                                              | Monitorar os gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade, por área, tipos de postos e uso de tecnologias de apoio                      |
| Meta                                                                                                                                  | Limitar a expansão dos gastos em 30% ao ano                                                                                                                                      |
| FACILIDADES/DESAFIOS (PLS 2016/2020)                                                                                                  | SUGESTÕES DE AÇÕES PLS (2021/2025)                                                                                                                                               |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Alinhamento da alta administração;</li> <li>• Conscientização do corpo funcional.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cursos permanentes sobre segurança institucional;</li> <li>✓ Comunicações prévias sobre alterações nas rotinas de segurança.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Facilidades</li> <li>• Desafios</li> </ul>                                                   |                                                                                                                                                                                  |

Fonte: PLS-PJPA(2016/2020).

Para o **Plano 9**, gestão dos serviços de limpeza, sugerimos estender os objetivos e a meta desse item para avaliação dos demais contratos de terceirização de serviços, como: manutenção predial, jardinagem e motoristas. A inclusão de critérios sustentáveis deve se estender a esses setores como forma de diminuir custos e capacitar os profissionais dessas áreas.

O entrevistado do Plano mencionou que um grande desafio foi manter as ações do PLS, visto que após a sua implantação não existiram reuniões periódicas para tratamento do assunto, tampouco enxerga força para a manutenção e crescimento das ações ao perceber que não há apoio efetivo da alta administração. Aqui sugerimos maior quantidade de reuniões da coordenação do Núcleo Socioambiental com cada gestor individualmente, haja vista a maior facilidade de se efetivar a reunião na data agendada. E, quanto mais os gestores da média gerência estão envolvidos, maiores as possibilidades de reuniões frequentes com a alta administração para tratamento do tema.

Objetivando aprimorar os processos de contratações de serviços, pautados na sustentabilidade e eficiência, sugerimos reflexão sobre o modelo de contratação atual, para que todos os contratos e termos de referência sejam aperfeiçoados e embasados no tripé econômico, ambiental e social.



Para isso propomos avaliação conjunta do referido modelo com a Comissão de Gestão Socioambiental porventura criada, onde seria feito levantamento da real necessidade da compra, especificação do objeto, evitando-se o tão comum “complexo de Gabriela” (do sempre foi assim, então vamos continuar fazendo assim), e a cada ano aumentando um percentual no valor da contratação que, naturalmente, já seria corrigida pelo índice inflacionário e pelos graus de repactuação.

Outra sugestão para redução de custos é a adoção da compra compartilhada, isto é, contratações realizadas por um grupo de participantes previamente estabelecido, com o objetivo de gerar benefícios socioambientais e econômicos. Neste grupo poderiam participar órgãos da esfera estadual, como o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado do Pará.

**Figura 10** – Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 9)

| APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PLANO 9 - LIMPEZA                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                   |
| Objetivos                                                                                                                                                                               | Revisar e aprimorar os processos de contratações de serviços pautados em critérios de sustentabilidade e eficiência                                                               |
| Meta                                                                                                                                                                                    | Executar 10% das ações programadas voltadas aos serviços de limpeza pautadas em critérios de sustentabilidade e eficiência                                                        |
| FACILIDADES/DESAFIOS<br>PLS (2016/2020)                                                                                                                                                 | SUGESTÕES DE AÇÕES<br>PLS (2021/2025)                                                                                                                                             |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Engajamento da equipe da limpeza;</li> <li>• Diminuir os custos dos contratos;</li> <li>• Reunir para tratar sobre as ações do PLS.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Criação da Comissão Socioambiental (auxílio);</li> <li>✓ Compras compartilhadas (Ex.:MP, DP);</li> <li>✓ Reuniões periódicas.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Facilidades</li> <li>• Desafios</li> </ul>                                                                                                     |                                                                                                                                                                                   |

Fonte: PLS-PJPA(2016/2020).

Os **Planos 10 e 11**, gestão do consumo de combustíveis e gestão do uso sustentável de veículos, respectivamente, estão sob a guarda do Chefe da Divisão de Transportes, que relatou que seus maiores desafios estão na conscientização dos usuários (corpo funcional e motoristas) na utilização do serviço de transporte e na falta de apoio para implantação de sistemas informacionais para gestão dos veículos.

Sugerimos a adoção de mudança no modelo de prestação de serviços de mobilidade. Um bom exemplo é o MOB-Jus, serviço de transporte adotado pelo

Tribunal de Justiça do Distrito Federal que se baseia em tecnologia disruptiva em rede, onde os serviços de transporte podem ser solicitados pelo computador ou aplicativo do celular.

Esse modelo apresentou baixo custo em relação ao serviço de transporte tradicional, visto que viabiliza pagamento pelo tempo e distância efetivamente utilizados. Nesse sentido prevê o relatório de desempenho do TJ/DF (2017, p. 3):

Cabe destacar, ainda, a implantação de um novo modelo de prestação de serviço de transporte, o MOB-Jus, ocorrido em novembro de 2017. Trata-se de um modelo de transporte privado urbano, mais conhecido como “carona remunerada”, que vai atender às necessidades de transporte comum de servidores relacionadas aos serviços institucionais e judiciais, no transporte de pessoas, bens, documentos e pequenos volumes do Tribunal por quilômetro rodado.

A implantação desse sistema propicia a alienação dos veículos próprios do TJ/PA, o que impactaria diretamente no orçamento destinado à manutenção da frota própria de veículos e consumo de combustíveis e insumos.

**Figura 11** – Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Planos 10 e 11)

| APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                              |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PLANO 10                                                                                                                                                                                                                                                            | CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS                                                                                                                                                      |
| PLANO 11                                                                                                                                                                                                                                                            | USO SUSTENTÁVEL DE VEÍCULOS                                                                                                                                                  |
| Objetivos                                                                                                                                                                                                                                                           | <b>P10-</b> ↓ emissão de substâncias poluentes e o impacto econômico;<br><b>P11-</b> ↓ emissão de substâncias poluentes, os custos com manutenção, aquisição e deslocamentos |
| Metas                                                                                                                                                                                                                                                               | <b>P10-</b> ↓ 10% o consumo de combustível;<br><b>P11-</b> Executar 10% das ações programadas                                                                                |
| FACILIDADES/DESAFIOS PLS (2016/2020)                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                              |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Sistema de rastreio dos 335 veículos;</li> <li>❖ Parceria com o Núcleo Socioambiental;</li> <li>• Conscientização do corpo funcional;</li> <li>• Ausência de apoio para implantação de sistemas informacionais.</li> </ul> |                                                                                                                                                                              |
| SUGESTÕES DE AÇÕES PLS (2021/2025)                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                              |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Mudar modelo de prestação de serviços de mobilidade;</li> <li>✓ Campanhas permanentes de conscientização.</li> </ul>                                                                                                       |                                                                                                                                                                              |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Facilidades</li> <li>• Desafios</li> </ul>                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                              |

Fonte: PLS-PJPA(2016/2020).

No **Plano 12**, gestão do *layout*, sugerimos adotar como padrão a instalação, em todas as varas judiciais e unidades administrativas, de tela de projeção e projetor como recurso para aprendizagem, para que os multiplicadores de conteúdo

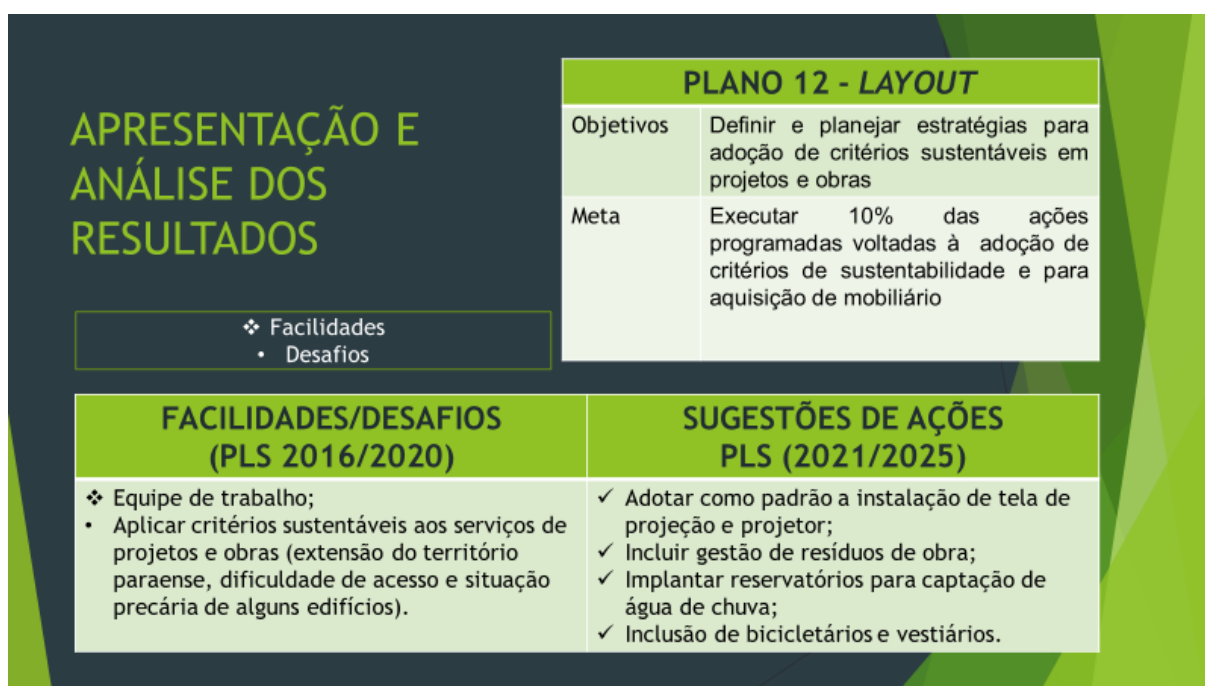
(servidores lotados na própria unidade) possam fazer uso para o compartilhamento de informações e vídeos instrucionais sobre temas relativos à sustentabilidade.

Sugerimos, também, a inclusão do uso de tecnologia para se obter informações do canteiro de obra em tempo real, evitando-se a emissão de gás carbônico com o deslocamento até o local da obra, tendo em vista a dimensão física do tribunal, além da melhoria da tomada de decisão com o recolhimento de dados de prontidão.

Além disso, propomos estudo para inclusão da gestão de resíduos de obra para o próximo PLS, com ação que promova parceria entre o Tribunal e empresa que implemente um sistema específico para a Gestão de Resíduos, fazendo controle de todo o ciclo da obra, desde montagem de canteiro, movimentação de materiais e as obras em si.

Sugerimos, por fim, a inclusão de bicicletário e vestiário para estimular o deslocamento diário dos servidores até seus locais de trabalho.

**Figura 12** – Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 12)



Fonte: PLS-PJPA(2016/2020).

Finalmente, para o **Plano 13**, gestão da capacitação de servidores em educação ambiental, que tem como objetivo a capacitação do corpo funcional sobre sustentabilidade, sugerimos primeiramente avaliar se os servidores têm pleno entendimento sobre o tema. Claro *et al.* (2008) aplicaram pesquisa em duas empresas, com um total de 70 funcionários respondentes, visando identificar a

interpretação que o indivíduo atribui ao termo sustentabilidade e concluíram que (2008, p. 289): “embora muito discutido teoricamente, o significado do termo sustentabilidade não é claro para a maioria dos funcionários, o que impede a ocorrência de transformações práticas”.

**Figura 13** – Síntese de objetivos, metas, facilidades, desafios e sugestões de ação (Plano 13)

| APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Facilidades</li> <li>• Desafios</li> </ul>                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| PLANO 13 - CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Objetivo                                                                                                                                                                                   | Capacitação sobre sustentabilidade e consumo consciente                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Meta                                                                                                                                                                                       | Realizar 5% das capacitações em sustentabilidade e consumo consciente                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| FACILIDADES/DESAFIOS (PLS 2016/2020)                                                                                                                                                       | SUGESTÕES DE AÇÕES (PLS 2021/2025)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Resolução do CNJ nº 192, de 08/05/2014;</li> <li>• Extinção da unidade Serviço de Treinamento;</li> <li>• Capacitar o corpo funcional.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Campanha específica sobre a existência do PLS-PJPA;</li> <li>✓ Disponibilização de curso EAD sobre o tripé da sustentabilidade;</li> <li>✓ Campanha de esclarecimento sobre “estoques paralelos”;</li> <li>✓ Realização de encontros com especialistas de outras instituições (videoconferência);</li> </ul> |

Fonte: PLS-PJPA(2016/2020).

Na referida pesquisa, os autores sugeriram três ações: primeiro, investimento na escolaridade dos funcionários (por exemplo, cursos de curta duração ou de pós-graduação); segundo, as empresas devem dedicar-se às práticas gerenciais sociais por meio do envolvimento em ações de responsabilidade social, almejando o bem-estar das pessoas (por exemplo, incentivo a que os funcionários se engajem em trabalhos voluntários); e terceiro, orientação para que as práticas gerenciais que focam no bom desempenho econômico abracem uma combinação de diferentes tipos de controle e avaliação, como por exemplo (2008, p. 299):

O alinhamento entre a avaliação do desempenho e a estratégia da empresa deve levar em consideração os princípios de sustentabilidade, a fim de potencializar a mudança de comportamento em prol da produção e do consumo sustentáveis.

Por meio de práticas de ações sustentáveis as pessoas podem aprender a mudar seu estilo de consumo e de vida, em prol do desenvolvimento sustentável

(CLARO, 2008). Tal fato reforça a importância da participação de todos e a necessidade de uma permanente divulgação das ações do PLS, a qual poderia ser feita através de videoconferências com os fóruns de todas as comarcas do Estado do Pará.

Por fim, propomos a disponibilização na plataforma EAD da Escola Judicial dos cursos: “Introdução à Gestão Socioambiental” e “Elaboração consciente de pedido de material”, os quais estão disponíveis para compartilhamento no site do STJ, e este último adotá-lo como obrigatório para todos os servidores que possuem autorização para solicitação de materiais no Tribunal.

A seguir apresentamos o Quadro resumo com as dimensões investigadas nesta pesquisa, os desafios encontrados e sugestões de ações.

**Quadro 20** – Resumo descritivo de dimensões, desafios e ações de melhoria

| DIMENSÃO (ÕES)                                                                      | DEFAFIO (S)                                                                                                                                          | AÇÃO (ÕES)                                                                                                                                                                           |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| I - Papel;<br>II - Copos plásticos;<br>III - Água envasada em embalagens plásticas. | I - Mudar a cultura da impressão;<br>II - Manter hábitos sustentáveis.                                                                               | I - Campanhas permanentes de conscientização do corpo funcional;<br>II - Banners informativos nas redes sociais do TJ/PA e na área de trabalho de todos os computadores.             |
| Impressão de documentos e equipamentos instalados                                   | I - Mudar a cultura da impressão;<br>II - Diminuir a quantidade de impressoras por setor;<br>III - Gerenciamento do software de impressão existente. | I - Campanhas permanentes de conscientização do corpo funcional;<br>II - Criação de Centros de Impressão;<br>III - Contrato de <i>outsourcing</i> com <i>software</i> de bilhetagem. |
| Energia elétrica                                                                    | Reduzir gastos                                                                                                                                       | I - Campanhas permanentes de conscientização do corpo funcional;<br>II - Películas fotovoltaicas;<br>III - Coberturas verdes.                                                        |
| Água                                                                                | Reduzir gastos                                                                                                                                       | I - Campanhas permanentes de conscientização do corpo funcional;<br>II - Sistema de retenção de águas pluviais;<br>III - Mictórios ecológicos.                                       |

|                                           |                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Resíduos sólidos                          | I - Envolver ativamente a média e alta administração;<br>II - Lotar servidores no Núcleo Socioambiental;<br>III - Conscientizar o corpo funcional. | I - Demonstrar os impactos das ações sustentáveis por meio de dados estatísticos;<br>II - Demonstrar a importância da formação de uma comissão de gestão socioambiental;<br>III - Reuniões por videoconferência com diretores dos fóruns;<br>IV - Campanhas permanentes de conscientização do corpo funcional.                                                                                                                                       |
| Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho | I - Mudar hábitos de vida;<br>II - Ausência de equipe multidisciplinar no interior.                                                                | I - Colocar em prática eventos no interior aos moldes dos realizados na capital, por meio do repasse da expertise às direções dos fóruns locais;<br>II - Estudar a possibilidade de criação de equipe multidisciplinar em cidades geograficamente estratégicas, como Santarém, Altamira e Marabá;<br>III - Diagnósticos de desempenho dos servidores;<br>IV - Programa de rodízio de funções;<br>V - Entrevistas de relotação;<br>VI – Teletrabalho. |
| Telefonia                                 | Reduzir gastos                                                                                                                                     | I - Utilizar ferramentas da internet como <i>Google Meet</i> que possui muitas funcionalidades gratuitas;<br>II - Utilizar o <i>WhatsApp</i> para comunicação nos telefones dos plantões judiciais.                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Vigilância                                | Conscientizar o corpo funcional                                                                                                                    | I - Cursos permanentes sobre segurança institucional em parceria com a Escola Judicial, seja presencial ou à distância;<br>II - Comunicações prévias sobre alterações de rotinas de segurança.                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Serviços de limpeza                       | I - Diminuir os custos dos contratos;<br>II - Reunir para tratamento dos assuntos relativos ao PLS.                                                | I - Criar Comissão de Gestão Socioambiental para auxílio na contratação e revisão dos contratos (licitação sustentável);<br>II - Agendar reuniões periódicas para discussão de ações e metas;<br>III - Compras compartilhadas.                                                                                                                                                                                                                       |

|                                        |                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Combustíveis e Veículos                | Reduzir gastos com consumo de combustíveis e manutenção de veículos | Mudar modelo de prestação de serviços de mobilidade                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Layout                                 | Aplicar critérios sustentáveis aos serviços de projetos e obras     | I - Adotar como padrão a instalação de tela de projeção e projetor nas unidades judiciais como recurso de aprendizagem;<br>II - Incluir gestão de resíduos de obra para controle total dos resíduos de construção;<br>III - Implantar reservatórios externos para captação de água de chuva;<br>IV - Inclusão de bicicletários e vestiários.                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Capacitação em educação socioambiental | Capacitar o corpo funcional                                         | I - Campanha específica sobre a existência do PLS-PJPA com divulgação ampla e constante;<br>II - Disponibilizar curso EAD sobre o tripé da sustentabilidade;<br>III - Campanha para divulgação ampla do que são os “estoques paralelos”;<br>IV - Realizar encontros, oficinas etc., para melhor visão do tema, inclusive com contribuições de especialistas de outras instituições públicas do país convidados para compartilhar seus conhecimentos por videoconferência;<br>V - Estímulo a práticas sustentáveis domésticas, a exemplo das divulgadas nos artigos constante no <i>banner</i> do Núcleo Socioambiental na página do TJ/PA. |

**Fonte:** Elaboração própria (2020) com base em dados da pesquisa

A observação dos Planos de Logística Sustentável de outros tribunais estaduais, bem como dos tribunais federais e superiores do país, inspirou a construção deste tópico de pesquisa, que teve por escopo demonstrar alternativas inovadoras aos desafios encontrados pelos gestores na execução das ações programadas sem, no entanto, ter a pretensão de esgotá-las.

A seleção destas alternativas tem como objetivo contribuir para a construção dos novos planos de ação a serem implantados a partir de 2021 com a construção do novo PLS-PJPA, visando a incorporação de ações embasadas em critérios de gestão socioambiental, levando à economia de recursos naturais com a promoção da

sensibilização e capacitação do corpo funcional, além de proporcionar qualidade de vida no ambiente de trabalho.

No mais, a redução de gastos orçamentários com a mudança de alguns processos de trabalho, como por exemplo a formação de uma comissão socioambiental para avaliar a real necessidade de compra (entre outras ações), a mudança do modelo de mobilidade, a manutenção de campanhas permanentes de sensibilização, a inclusão no padrão de *layout* de ferramentas que estimulam a adoção de hábitos de vida mais sustentáveis, bem como o uso racional de bens públicos, são diferenciais que projetam o TJ/PA para uma nova gestão pública, onde os administradores passam a ser os principais agentes de mudança.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa de investigar os impactos da implantação do PLS do TJ/PA (2016/2020) foi perseguido ao ser feita uma retrospectiva das questões ambientais no Brasil a partir do estabelecimento de princípios e normas ambientais, passando pela adoção da Agenda Ambiental da Administração Pública na seara do Poder executivo, até a edição da Resolução do CNJ nº 201/2015, que determinou a implantação de um Plano de Logística Sustentável em todos os tribunais do país.

Soma-se a isso a busca pelo histórico de ações sustentáveis realizadas pelo TJ/PA, a análise dos relatórios de desempenho ano a ano, após a vigência do PLS, e a realização de entrevistas com os gestores responsáveis pela implantação das ações contidas nos planos estabelecidos no PLS.

Nesse contexto, investigamos os impactos da implantação do Plano, e, focando nos desafios relatados pelos gestores, elaboramos sugestões para inibir ou reduzir as dificuldades encontradas.

Com base nestas perspectivas de análise dos dados, concluímos que o envolvimento do TJ/PA, por meio ações e comunicações formais ligadas às questões sociais, econômicas e ambientais, contribui para a qualidade de vida dos seus colaboradores e das pessoas que com ele se relacionam.

O TJ/PA, importante ator social, é capaz de influenciar seu corpo funcional, advogados, membros do Ministério Público, Defensoria Pública, fornecedores, jurisdicionados e a sociedade para que juntos possam contribuir para a transformação do conceito de sustentabilidade em uma ferramenta prática de gestão.

No entanto, a implantação do PLS-PJPA ainda não se mostra vigorosa o bastante para estimular práticas de responsabilidade socioambiental. Ainda resta um longo caminho para que esta importante ferramenta se efetive como uma diretriz orientadora das práticas e dos processos gerenciais estratégicos no TJ/PA.

Para que as ações sustentáveis previstas em um PLS se mantenham constantes no tempo, todos precisam estar envolvidos, desde os servidores até o mais alto escalão da Administração. Os desembargadores ocupam a maior posição hierárquica no judiciário paraense e por isso têm papel fundamental para o sucesso efetivo dos temas relacionados no PLS, porém, o que se observou foi a ausência do envolvimento efetivo deles.

Para um novo modelo de gestão socioambiental, que busca fomentar a cultura do uso racional de recursos naturais e insumos e o fortalecimento de práticas de sustentabilidade, a nosso ver, o encargo da direção de um Núcleo Socioambiental deveria alcançar um desembargador ou o desembargador presidente durante sua gestão bienal.

A limitação de poder e de autonomia da gestão atual do Núcleo Socioambiental parece deslegitimar a importância organizacional das ações, impactando negativamente na mobilização dos gestores vinculados ao PLS-PJPA.

Ao final de cada ano, de acordo com a Resolução 201/2015 do CNJ, as instituições judiciárias devem elaborar um relatório de desempenho anual das ações sustentáveis, para evidenciar a consolidação dos resultados alcançados pelo órgão e as atividades a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano seguinte.

Do levantamento de dados realizados nesta pesquisa, observou-se certo “descompromisso” de alguns gestores com a elaboração desses relatórios anuais a serem enviados ao Núcleo Socioambiental e ali consolidados para posterior remessa ao CNJ.

Com a direção do referido Núcleo por um desembargador, entende-se que isso representaria maior compromisso, dos gestores responsáveis pelos planos de ação, em demonstrar com exatidão e clareza as dificuldades de se atingir as metas e, inclusive, maior interesse em revisá-las com maior periodicidade.

Na oportunidade, sugerimos a adoção de um PLS para cada biênio, com definição de metas e objetivos a serem perseguidos na gestão que coincide com a do presidente. Definir metas para um prazo de 5 anos, sem revisá-las, tornam fracas as suas bases de sustentação que, por vezes, caem no esquecimento ou passam despercebidas com a constante troca de gestores ocupantes de cargos comissionados vinculados ao desenvolvimento das ações sustentáveis.

Um meio efetivo de fortalecer a transparência e a prestação de contas na Administração Pública é o relatório de desempenho anual de ações, que no caso do PLS deve ser tratado não só para a avaliação do índice de sustentabilidade do Poder Judiciário sopesado pelo CNJ, mas também como meio de análise dos pontos que merecem maior atenção no exercício subsequente.

Sugerimos, ainda, a adoção ao programa do Ministério do Meio Ambiente, Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), como modelo de gestão

socioambiental que busca melhor eficiência na atividade pública, enquanto promove a preservação do meio ambiente.

A partir da decisão de adesão ao programa A3P se inicia uma revisão de posturas, atitudes e práticas internas com o objetivo de transformar o discurso teórico em prática, outrossim qualquer instituição da administração pública, de qualquer esfera de governo pode aderir ao programa, que é de caráter voluntário.

Quanto às limitações desta pesquisa, cabe mencionar que as entrevistas presenciais realizadas em fevereiro encontraram alguns gestores ausentes, por férias ou viagem, e com o advento da pandemia pelo vírus Sars-Cov 2, não foi possível agendar novas datas, dado o isolamento social necessário.

Como sugestões para trabalhos futuros, vislumbra-se a possibilidade de aprofundamento da análise feita, estendendo-se as entrevistas a servidores, colaboradores e todos aqueles que se relacionam com o TJ/PA.

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão direcionados para a Administração Superior do TJ/PA, uma vez que tanto poderão nortear a tomada de decisões quanto a esses importantes aspectos analisados na vigência do PLS-PJPA (2016/2020), quanto poderão auxiliar na construção do novo PLS a ser implantado a partir de 2021.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. F. *et al.* Precipitação nas Mesorregiões do Estado do Pará: Climatologia, Variabilidade e Tendências nas últimas décadas (1978-2008). **Revista Brasileira de Climatologia**, [Paraná], v.6, p.151-168, jun. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/abclima.v6i0.25606>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/25606>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. **Aprendizagem organizacional no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 19 ed. rev. e atual., São Paulo: Ed. Atlas, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Direito Ambiental**. 20 ed. rev. e atual., São Paulo: Ed. Atlas, 2019.
- ARAÚJO, C. L.; LUDEWIGS, T.; CARMO, E. A. A Agenda Ambiental na Administração Pública: desafios operacionais e estratégicos. **Desenvolvimento em Questão**, [Rio Grande do Sul], v. 13, n. 32, p. 21-47, out./dez. 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/283420667\\_A\\_Agenda\\_Ambiental\\_na\\_Administracao\\_Publica\\_desafios\\_operacionais\\_e\\_estrategicos](https://www.researchgate.net/publication/283420667_A_Agenda_Ambiental_na_Administracao_Publica_desafios_operacionais_e_estrategicos). Acesso em: 27 mar. 2020.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental**: conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: edições 70, 2011.
- BARKEMEYER, R. *et al.* What happened to the 'Development' in Sustainable Development? Business Guidelines Two Decads After Brundtland. **Sustainable Development**, Malden, Estados Unidos, v. 22, p. 15-32, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/sd521>. Acesso em: 10 out. 2019.
- BARONI, Margaret. Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 14-24, 1992.
- BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Gestão Ambiental**. 1 ed. São Paulo: Érica, 2014.
- BELÉM. **Lei nº 9268, de 13 de janeiro de 2017**. Dispõe sobre a coleta de medicamentos vencidos ou não utilizados por pontos de venda de medicamentos instalados no Município de Belém. Belém: Câmara Municipal, [2-17]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/2017/927/9268/lei-ordinaria-n-9268-2017-dispoe-sobre-a-coleta-de-medicamentos-vencidos-ou-nao-utilizados-por-pontos-de-venda-de-medicamentos-instalados-no-municipio-de-belem-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/291048347\\_O\\_metodo\\_da\\_revisao\\_integrativa\\_nos\\_estudos\\_organizacionais](https://www.researchgate.net/publication/291048347_O_metodo_da_revisao_integrativa_nos_estudos_organizacionais). Acesso em: 04 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8892, de 27 de outubro de 2016**. Cria a comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm). Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Publicada no DOU de 02 de setembro de 1981, p.16.509. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm). Acesso em: 01 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. Brasília: MMA/SDS/PNEA, 2009. Disponível em: [https://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/cartilha\\_a3p\\_36.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf). Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 382 de 26 de dezembro de 2006**. Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas. Publicado no DOU nº 1, de 2 de janeiro de 2007, Seção 1, p. 131-137. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=520>. Acesso em: 21 set. 2019.

BRASIL. Secretaria de Governo da Presidência da República. **Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Secretaria de Governo da Presidência da República, 2017, 41p.

CAVALCANTE, M. L. S. A. Administração Pública e Agenda Ambiental – A3P: considerações sobre a implementação nos órgãos públicos. **Revista Controle: doutrinas e artigos**, [Ceará], v. 10, n. 1, p.193-216, jun. 2012. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/issue/view/12>. Acesso em: 04 fev. 2020.

CLARO, P. B.O; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração - RAUSP**. São Paulo, v. 43, n. 4, p. 289-300, out./nov./dez. 2008. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=Entendendo+o+conceito+de+sustentabilidade+nas+organiza%C3%A7%C3%B5es&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Entendendo+o+conceito+de+sustentabilidade+nas+organiza%C3%A7%C3%B5es&btnG=). Acesso em 26 fev. 2020.

COLPANI, Janaina. Bilhetagem de Impressão e Gerenciamento de Outsourcing de Impressão: entenda a diferença. **Printwayy**, [Santa Catarina], 2020. <http://printwayy.com/blog/diferenca-software-bilhetagem-de-impressao-e-gerenciamento-de-outsourcing-de-impressao/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum** (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 2ª ed., 1991. Disponível em: [https://tuxdoc.com/download/relatorio-brundtland-nosso-futuro-comum-em-portugues\\_pdf](https://tuxdoc.com/download/relatorio-brundtland-nosso-futuro-comum-em-portugues_pdf). Acesso em: 15 set. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 201, de 03 de março de 2015**. Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação dos respectivos Planos de Logística Sustentável (PLS-PJ). Brasília, DF. Disponível em: [https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/58581/2015\\_res0201\\_cnj.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/58581/2015_res0201_cnj.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 01 set. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 136, de 13 de julho de 2011** (altera Resolução nº 90, de 29 de setembro de 2009). Dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário. Brasília, DF. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=82>. Acesso em: 01 abr. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 114, de 20 de abril de 2010**. Dispõe sobre: I - O planejamento, a execução e o monitoramento de obras no poder judiciário; II - Os parâmetros e orientações para precificação, elaboração de editais, composição de BDI, critérios mínimos para habilitação técnica e cláusulas essenciais nos novos contratos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário. III - A referência de áreas a serem utilizadas quando da elaboração de novos projetos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário; IV - A premiação dos melhores projetos de novas obras no âmbito do Poder Judiciário. Brasília, DF. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=146>. Acesso em: 01 abr. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 192, 08 de maio de 2014**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário. Brasília, DF. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2012>. Acesso em: 01 out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **1º Balanço socioambiental do Poder Judiciário**. Brasília, DF: CNJ, 2017. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/c8731235bf90f4ed2a10162e6c14436b.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **2º Balanço socioambiental do Poder Judiciário**. Brasília, DF: CNJ, 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/990ebbe92fe2000181de917a6b7d6391.pdf>. Acesso em: 03 out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **3º Balanço socioambiental do Poder Judiciário**. Brasília, DF: CNJ, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/525b30bacc0581246f3b71c376d8d454.pdf>. Acesso em: 04 out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números**: panorama do Judiciário brasileiro. Brasília, DF, p.1-15, 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/apresentacaoWerner.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, Rio de Janeiro. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em: [https://apambiente.pt/\\_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1992\\_Declaracao\\_Rio.pdf](https://apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1992_Declaracao_Rio.pdf). Acesso em: 16 set. 2019.

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO. **Guia de Inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações da justiça do trabalho**. Brasília, DF: CSJT, 2014. Disponível em: [http://www.csjt.jus.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023](http://www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023). Acesso em: 24 out. 2019.

COPO descartável: impactos e alternativas. **eCycle**, [S.l.; s.d.]. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/3475-copo-descartavel.html>. Acesso em: 03 abr. 2020.

CORAZZA, Rosana Icassatti. Gestão ambiental e mudanças da estrutura organizacional. **RAE** eletrônica, São Paulo, v. 2, n. 2, p.1-23, jul./dez. 2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482003000200006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482003000200006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 22 set. 2019.

COSTA, F.J.P; RODRIGUES, M.G. Energia, Meio Ambiente e Inovação Tecnológica. **Revista Produção e Desenvolvimento**, [Rio de Janeiro], v.1, n.2, p.15-26, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://revistas.cefet-rj.br/index.php/producaoedesenvolvimento>. Acesso em: 05 mar.2020.

COSTA JR. M. C.; FRAGA, M. S.; YOSHITAKE, M.O custo social e o controle de resíduos sólidos urbanos. **Gestão em Saúde**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 35-45, jan./abr. 2010. Disponível em: [http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/new/revista\\_scienceinhealth/01\\_jan\\_abr\\_2010/science\\_35\\_45.pdf](http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/new/revista_scienceinhealth/01_jan_abr_2010/science_35_45.pdf). Acesso em: 30 abr. 2020.

DIAS, Reinaldo. **Cultura organizacional**: construção, consolidação e mudanças. São Paulo: Atlas, 2013.

DYLLICK, T; HOCKERTS, K. Beyond the business case for corporate sustainability. **Business Strategy and the environment**, Malden, Estados Unidos, v. 11, p. 130-141, 2002.

DOVERS, S.R.; HANDMER, J.W. Uncertainty, sustainability and change. **Global Environmental Change**, Australia, v.2, n.4, p.262-276, 1992. Disponível em:

<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378092900448>. Acesso em: 30 jan. 2020.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

ENCONTRO IBERO-AMERICANO DA AGENDA 2030, I, 2019. **Anais**. Curitiba/PR. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/b244303e0db6062f1b0d6a05c20fd1b8.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Duran. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, nº 3, Artigo 7, jul./set. 2017.

FELIX, Vagner de Souza; SANTOS, Joel Silva dos. Gestão ambiental e sustentabilidade: um estudo de casos múltiplos no setor hoteleiro de João Pessoa/Pb. **Rev. Elet. em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, [Rio Grande do Sul], v. 10, n. 10, p. 2185-2197, jan./abr. 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/275295375\\_gestao\\_ambiental\\_e\\_sustentabilidade\\_um\\_estudo\\_de\\_casos\\_multiplos\\_no\\_setor\\_hoteleiro\\_de\\_joao\\_pessoapb](https://www.researchgate.net/publication/275295375_gestao_ambiental_e_sustentabilidade_um_estudo_de_casos_multiplos_no_setor_hoteleiro_de_joao_pessoapb). Acesso em: 10 mar. 2020.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 14 ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

FRANCO, S.C. *et al.* Plano de Gestão de logística sustentável e seus indicadores: o conteúdo mínimo de divulgação, conscientização e capacitação nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 10, n. 4, p. 204-226, Ed. Esp. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/105007/1983-4535.2017v10n4p204>.

GAUSSIN, M. *et al.* **Assessing the environmental footprint of manufactured products**: a survey of current literature. *International Journal of Production Economics*. v. 146, ano 2, p. 515-523, dez. 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/259135604\\_Assessing\\_the\\_environmental\\_footprint\\_of\\_manufactured\\_products\\_A\\_survey\\_of\\_current\\_literature](https://www.researchgate.net/publication/259135604_Assessing_the_environmental_footprint_of_manufactured_products_A_survey_of_current_literature). Acesso em: 10 mar. 2020.

GUARAGNI, Fabio André; BARROS, Ellen Galliano; KNOERR, Fernando Gustavo. Poder Judiciário e meio ambiente: uma gestão judiciária sustentável. **Revista da Faculdade de Direito da FMP**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 76-86, set. 2019. Disponível em: <https://revistas.fmp.edu.br/index.php/FMP-Revista/article/view/120>. Acesso em: 30 out. 2019.

HAYASHI, Carmino; SILVA, Leonardo Henrique de Almeida. A gestão ambiental e sustentabilidade no Brasil. *In*: FÓRUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA, 11, 2015, São Paulo. **Políticas Públicas e Proteção ao Meio Ambiente**, São Paulo, v. 11, n. 07, p. 37-51, 2015. Disponível em: Acesso em: 02 fev. 2020.

HOFF, D.N. **A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as organizações e seus stakeholders**: a proposição de uma estrutura



analítica. 2008. Tese (Doutorado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

HÜLLER, Alexandre. A educação ambiental em órgãos públicos municipais através da A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) como uma nova ferramenta de gestão. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental da FURG**, Porto Alegre, n. 25, p. 385-399, jul./dez. 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO (IFSP). Pró-Reitoria de Extensão. **Canecas ecológicas**: uma ação sustentável, São Paulo, 2020. Disponível em: [file:///C:/Windows/system32/config/systemprofile/Downloads/caneca%20ecologica%20\(3\).pdf](file:///C:/Windows/system32/config/systemprofile/Downloads/caneca%20ecologica%20(3).pdf). Acesso em: 05 abr. 2020.

KRAMA, Márcia Regina. **Análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil, usando a ferramenta painel de sustentabilidade**. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Católica do Paraná, Paraná, 2008.

KRATZ, Edirlaine. O que é outsourcing de impressão? Entenda a vantagem e cuidados. **Helioprint**, Blumenau, SC, 2017. Disponível em: <https://helioprint.com.br/blog/o-que-e-outsourcing-de-impressao/>. Acesso em: 04 abr. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LANKOSKI, Leena. Alternative conceptions of sustainability in a business context. **J. Clean. Prod.**, Finland, v. 139, p. 847-857, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652616312355?via%3Dihub>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 12 ed., rev., São Paulo: Saraiva educação, 2018.

MELO, Daniele de Castro Pessoa de; LEÃO, Bárbara de Castro. A axiologia do Plano de Logística Sustentável dos Tribunais para a sociedade. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 15, n. 31, p. 247-269, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://livros-e-revistas.vlex.com.br/vid/axiologia-do-plano-logistica-739709089>. Acesso em: 02 fev. 2020.

MUSEU sobre rodas. **TJPA**, Belém, PA, [s.d.]. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Museu-do-TJPA/7236-Projetos.xhtml>. Acesso em: 10 out. 2019.

NASCIMENTO, Luís Felipe. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC, Brasília CAPES: UAB, 2012.

NÚCLEO Socioambiental: fazendo um judiciário sustentável. **TJPA**, Belém, PA, [s.d.]. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Nucleo-Socioambiental/46236-teste.xhtml>. Acesso em: 11 abr. 2020.

OLIVEIRA, Leonel Gois Lima *et al.* A Gestão Ambiental no Poder Judiciário: estudo exploratório de um Tribunal de Justiça. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 113-133, 2014. Disponível em: . Acesso em: 02 fev. 2020.

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves. **Direito Ambiental**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2017.

PAZ, Fábio Josende; KIPPER, Liane Mahlmann. Sustentabilidade nas organizações: vantagens e desafios. **GEPROS**. Gestão da Produção, Operações e Sistemas, Bauru, ano II, n. 2, p. 85-102, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/1403/724>. Acesso em: 23 nov. 2019.

PHILIPPI JR., A.; ROMÉRO, M. de A.; BRUNA, G. C. **Curso de gestão ambiental**. Barueri: Manole, 2004.

RICHARDSON, Robert. Jerry. **Pesquisa social: Métodos e técnicas**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond.

SANTOS, Vanice dos; CANDELORO, Rosana J. **Trabalhos acadêmicos: uma orientação para pesquisa e normas técnicas**. Rio Grande do Sul: AGE, 2006.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 1-22, jan./ mar. 2014.

SERAMIM, R. J.; ZANELLA, T. P.; ROJO, C. A. A Sustentabilidade e Gestão da Imagem: um Estudo de Caso em Cooperativa Agroindustrial do Oeste do Paraná. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo. v. 6, n.3, p. 15-33, set./dez. 2017. Disponível em: <http://revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/469>. Acesso em: 30. jun. 2020.

SILVEIRA, Maria Luiza Gesser *et al.* Gestão Universitária Sustentável: Estudo de caso de reúso de águas cinzas. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA*, 14., 2014, Santa Catarina, p. 1-12, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131653/2014-99.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SLAPER, Timothy F.; HALL, Tanya J. The Triple Bottom Line: What is It and How Does it work? **Spring**, v. 86, n 1, p. 1-5, 2011. Disponível em: <https://www.ibrc.indiana.edu/ibr/2011/spring/pdfs/article2.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

SOARES, Larema. Empresa brasileira cria película que gera energia e pode ser aplicada em janelas e fachadas. **Gazeta do povo**, [São Paulo], 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/tecnologia/empresa-brasileira-cria-pelicula-que-gera-energia-e-pode-ser-aplicada-em-janelas-e-fachadas/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

TRANSFORMANDO nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. **Nações Unidas**. UNIC. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 01 out. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Pará). **Plano de Logística Sustentável (2016-2020)**.1.ed. p. 1-65, 2015. Belém, PA, 2016. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br//CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=878802>. Acesso em: 20 set. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Pará). **Portaria nº 892/2019-GP, de 15 de fevereiro de 2019**. Estabelece medidas de contingenciamento e racionalização de despesas, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, e dá outras providências. Belém, PA, 2019. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=822671>. Acesso em: 10 abr. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Pará). **Portaria nº 4624-GP, de 30 de setembro de 2019**. Instituiu o Selo Unidade Saudável no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará. Belém, PA, 2019. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=849261>. Acesso em: 16 mar. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Pará). **Resolução nº 05-GP, de 15 de abril de 2009**. Instituiu o programa Agenda TJ/PA Socioambiental no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará e dá outras providências. Belém, PA, 2009. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=8674>. Acesso em: 16 set. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Pará). **Resolução nº 25-GP, de 19 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre a 2ª revisão do Planejamento Estratégico no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará e dá outras providências. Belém, PA, 2018. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=809525>. Acesso em: 05 abr. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Pará). Comissão Gestora do PLS; Grupos de Trabalho. **Plano de Logística Sustentável – PLSPJPA**: Relatório de desempenho (2016). Belém, PA, 2017. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br//CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=871855>. Acesso em: 18 jan. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Pará). Comissão Gestora do PLS; Grupos de Trabalho. **Plano de Logística Sustentável – PLSPJPA**: Relatório de desempenho (2017). Belém, PA, 2018. Disponível em:

<http://www.tjpa.jus.br//CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=871854>. Acesso em: 18 jan.2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Pará). Comissão Gestora do PLS; Grupos de Trabalho. **Plano de Logística Sustentável – PLSPJPA**: Relatório de desempenho (2018). Belém, PA, 2019. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br//CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=871853>. Acesso em: 18 jan. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Pará). Comissão Gestora do PLS; Grupos de Trabalho. **Plano de Logística Sustentável – PLSPJPA**: Relatório de desempenho (2019). Belém, PA, 2020. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br//CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=871852>. Acesso em: 20 mar. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Pará). **Portal da Transparência**: Governança, 2020. [Belém]. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/hotsite/planejamento-estrategico/conteudo.xhtml>. Acesso em: 02 abr. 2020.

VELLANI, C. L.; RIBEIRO, M. S. Sustentabilidade e a contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, ano 6, v. 1, n. 11, p. 187-206, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/viewArticle/10765>. Acesso em: 12 out. 2019.

VITAL, João. Calendário Sustentável 2020. **TJPA**, 2020. Belém, PA, 2020. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Nucleo-Socioambiental/501263-calendario-sustentavel-2020.xhtml>. Acesso em: 10 abr. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## APÊNDICE A – GRÁFICOS COMPLEMENTARES

### Plano 1 – Gestão de uso sustentável de materiais de consumo



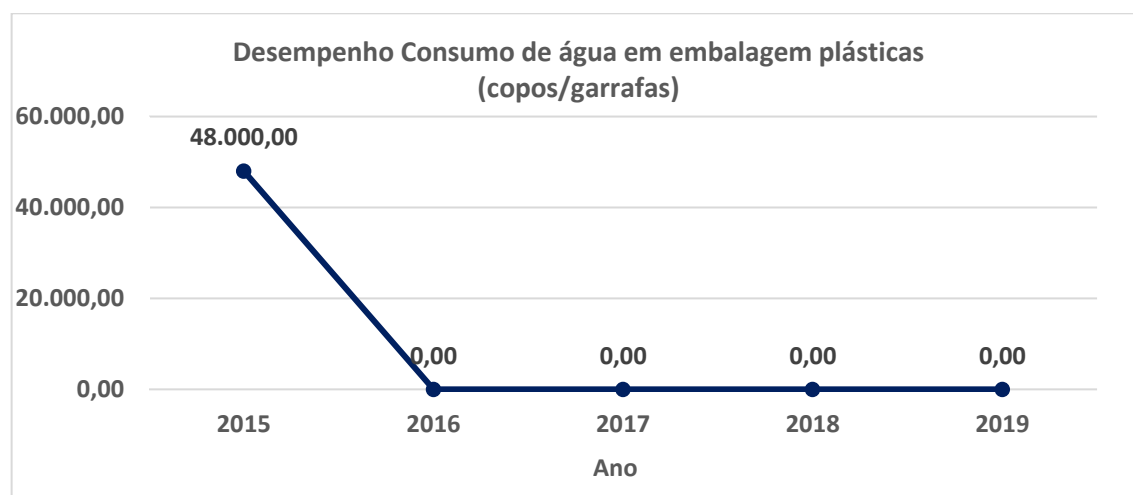
Fonte: Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).



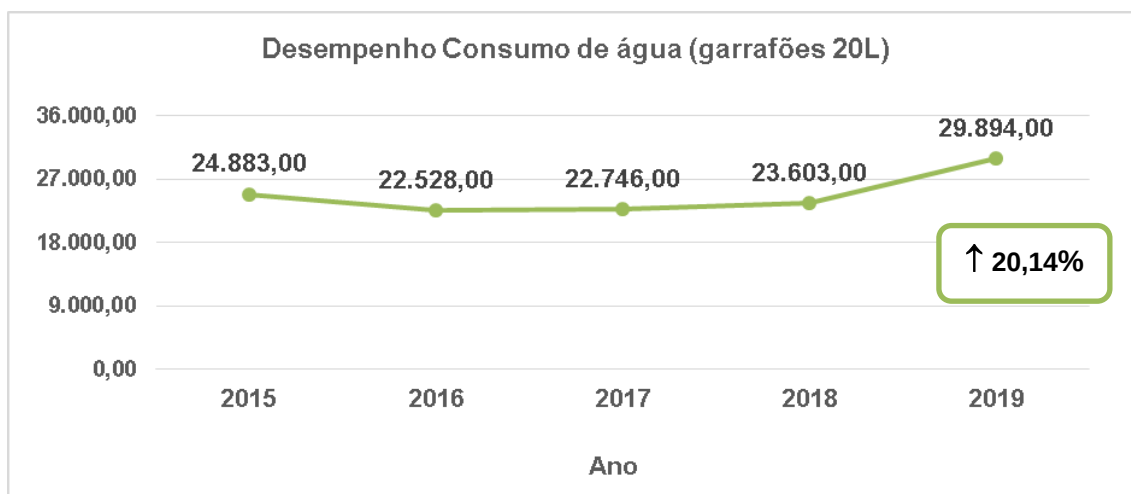
Fonte: Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

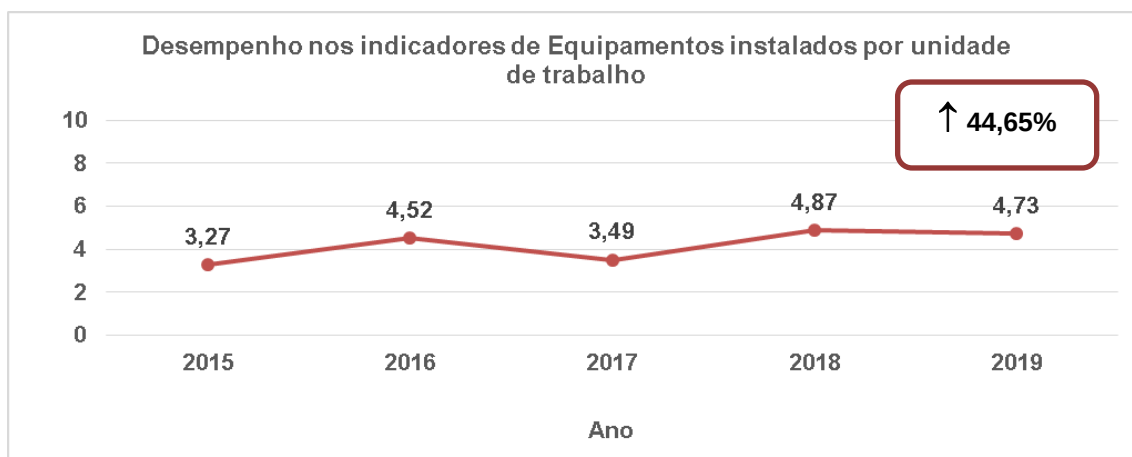


**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

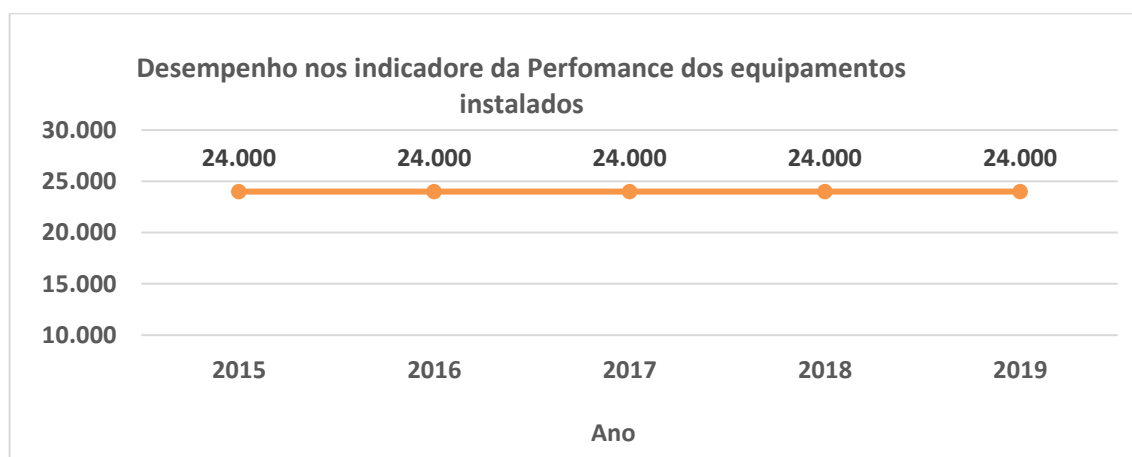


**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

## Plano 2 – Gestão da impressão de documentos e equipamentos instalados

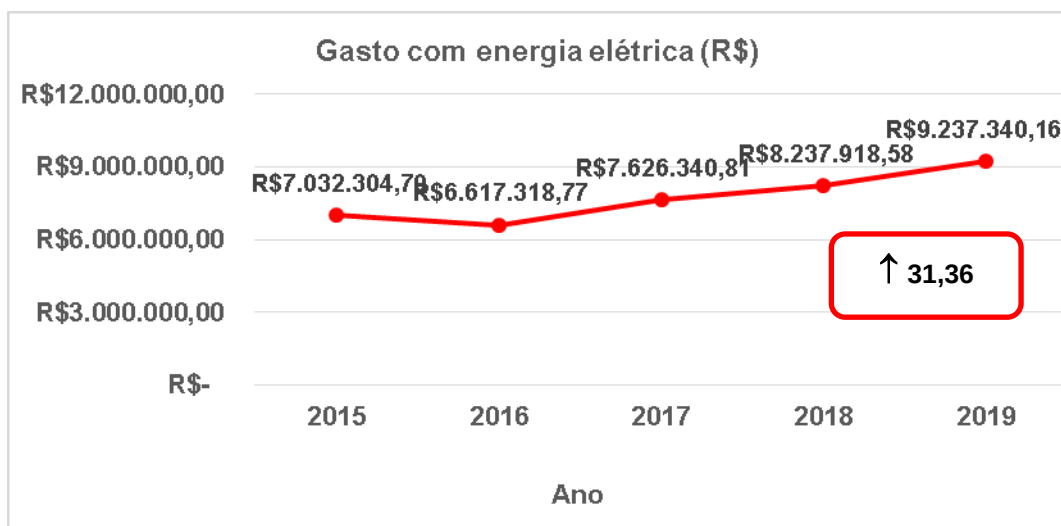


**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).



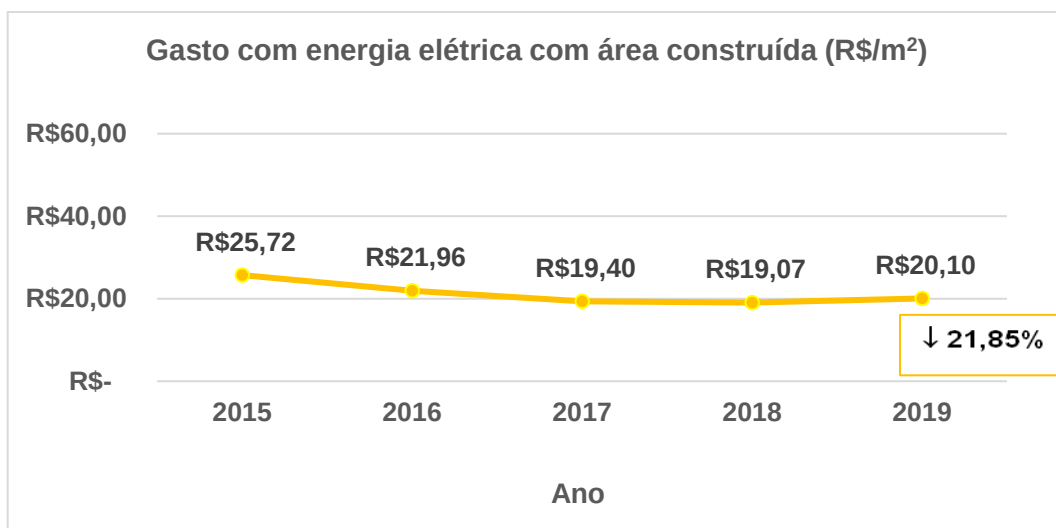


**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

### Plano 3 – Gestão do consumo e gasto com energia elétrica



Fonte: Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

### Plano 4 – Gestão de consumo e gasto com água



Fonte: Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

### Plano 5 – Gestão de resíduos sólidos



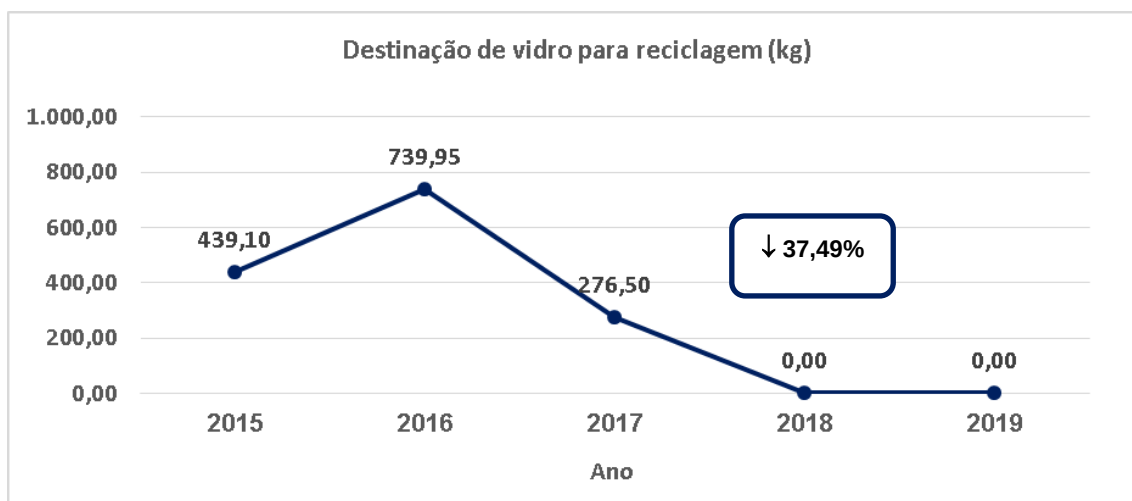
**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).



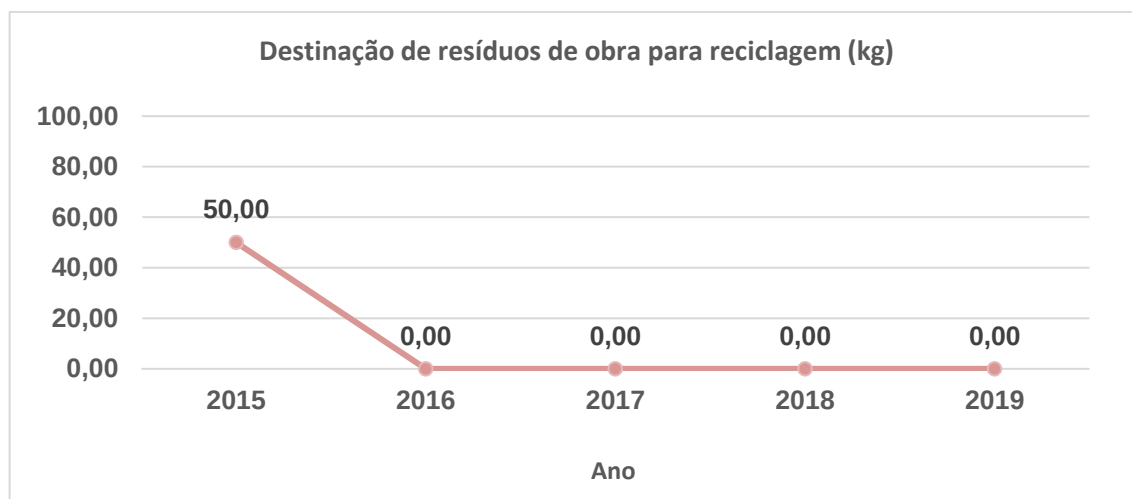
**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).



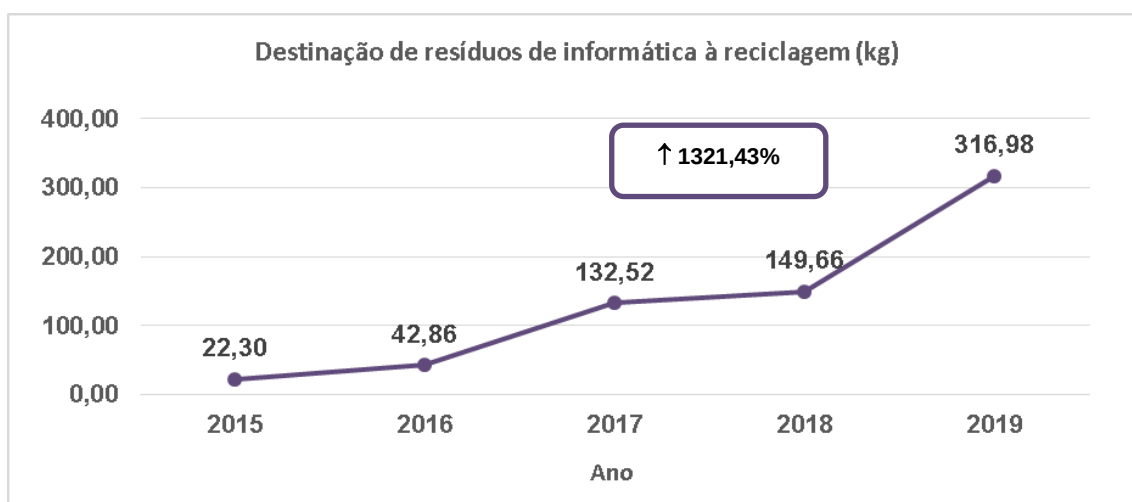
**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).



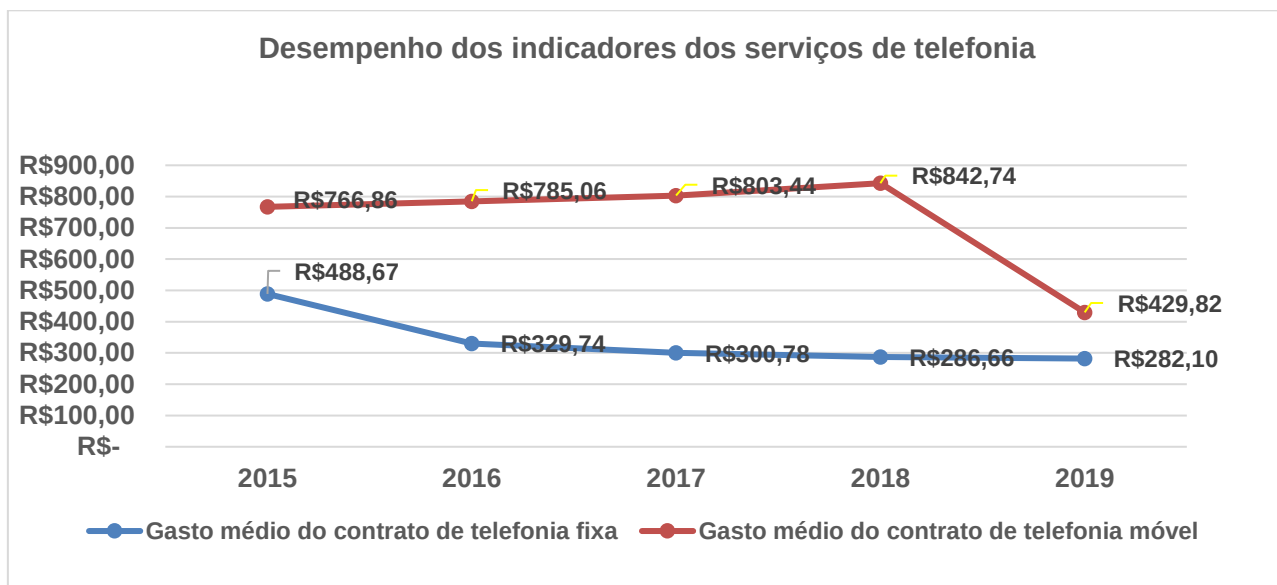
**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

### Plano 6 – Gestão da qualidade de vida no ambiente de trabalho (Não há gráficos complementares)

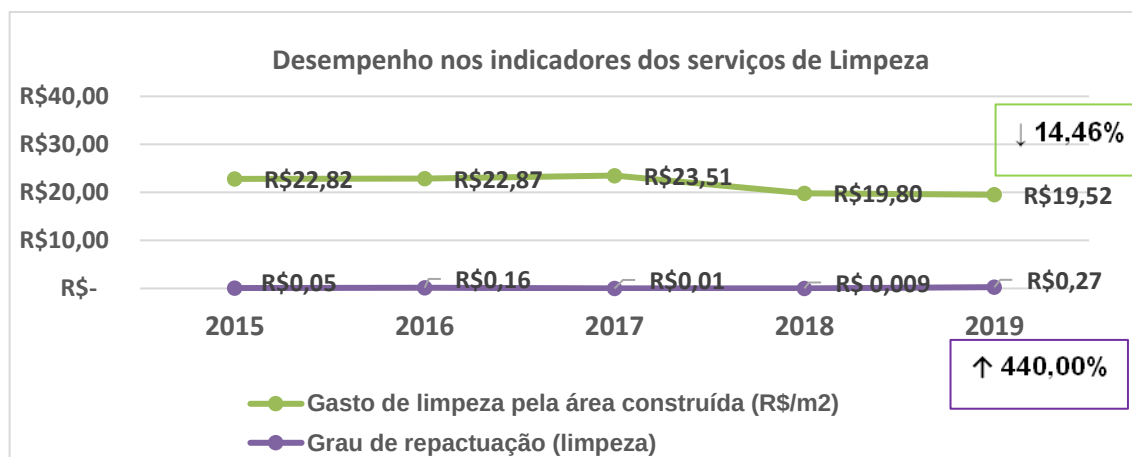
### Plano 7 - Gestão de serviços de telefonia



**Fonte:** Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

### Plano 8 - Gestão de serviços de vigilância (Não há gráficos complementares)

### Plano 9 – Gestão de serviços de limpeza

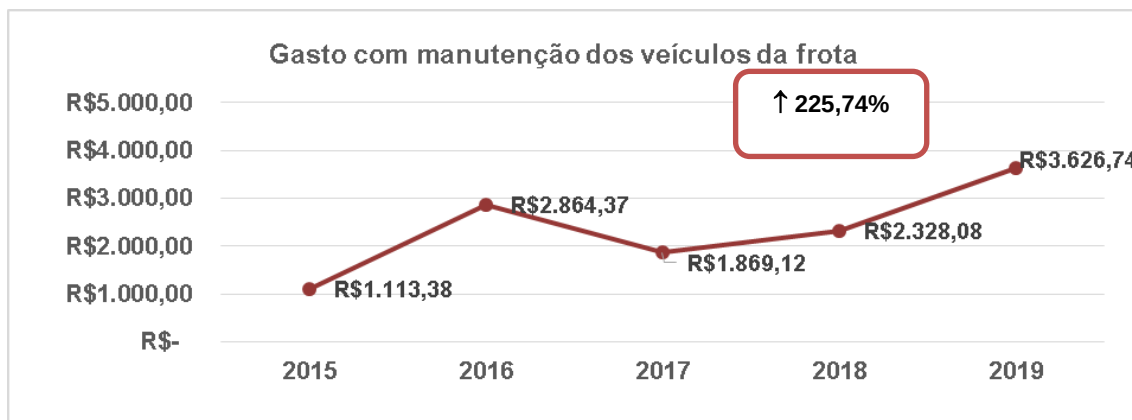


Fonte: Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

### Plano 10 – Gestão do consumo de combustíveis

(Não há gráficos complementares)

### Plano 11 – Gestão do uso sustentável de veículos



Fonte: Autoria própria, 2020, com base em TJ/PA (2016, 2017, 2018, 2019).

### Plano 12 – Gestão do layout

(Não há gráficos complementares)

### Plano 13 – Gestão da capacitação de servidores em educação socioambiental

(Não há gráficos complementares)



## APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIO

### I - CARACTERIZAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )

Cargo: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

Tempo de serviço no Tribunal de Justiça do Estado do Pará: \_\_\_\_\_

### II – ENTREVISTA - Chefe da Divisão de Serviços Gerais e Diretora do Departamento de Patrimônios e Serviços, em exercício

Planos de ação:

| PLS/PJPA (2016/2020) |                                                      |
|----------------------|------------------------------------------------------|
| Plano 1              | Gestão do uso sustentável dos materiais de consumo   |
| Plano 5              | Gestão de resíduos sólidos (Ação 5.5 corresponsável) |
| Plano 9              | Gestão de serviços de limpeza (ação 9.1 responsável) |
|                      |                                                      |

1. Há quanto tempo está ocupando esta função?
2. Você participou diretamente do processo de elaboração do PLS/PJPA?
3. Pelo PLS o Diretor do Departamento de Patrimônios e Serviços está responsável pelos planos: Gestão de uso sustentável dos materiais de consumo; Gestão de consumo e gasto com energia elétrica; Gestão do consumo e gasto com água e Gestão de serviços de limpeza, essa diretiva ainda persiste até hoje?
4. No plano “Gestão de uso sustentável dos materiais de consumo (item papel) até o relatório de desempenho, ano 2018, não foi alcançada a meta de redução de 10% no consumo de papel ao ano, na sua opinião quais são os dificultadores pra se atingir esse patamar?
5. No plano “Gestão de uso sustentável dos materiais de consumo (item copo descartável) a meta de redução de 10% no consumo de copos descartáveis ao ano foi atingida, na sua opinião a que se deve esse fato?
6. No plano “Gestão de consumo e gasto com energia elétrica” a meta de reduzir o consumo não foi atingida, na sua opinião a que se deve esse fato?
7. É previsto um modelo de relatório gerencial de acompanhamento de consumo de energia elétrica por unidade consumidora, esse relatório faz algum comparativo entre unidades judiciais do mesmo porte, por exemplo? Qual a aplicabilidade prática desse modelo gerencial?
8. Dentro desse plano “Gestão de consumo e gasto com energia elétrica” quais os maiores dificultadores que você encontra?
9. No plano “Gestão do consumo e gasto com água” o volume de água consumido do ano de 2015 a 2017 assumiu uma escala crescente, já no ano de 2018 houve ligeira redução, você poderia comentar essa variação?
10. Desde o ano de 2015 até 2018 o gasto com água assumiu uma escala crescente de valor. De 2015 a 2016 houve aumento de 19%, de 2016 a 2017

houve aumento de 29%, de 2017 a 2018 também de 29%, o que configurou esse crescimento?

11. O gasto de água por área construída no ano de 2018 apresentou crescimento de 17% em relação a 2017, a que se deve esse crescimento?
12. Atualmente são adotados sistemas de captação de água de chuva? Se sim, em quais prédios?
13. Quais maiores dificultadores você encontra na gestão do consumo e gasto com água?
14. Existem projetos em andamento referentes à gestão desse plano?
15. Houve facilidades no processo de execução? Quais?
16. No plano “Gestão dos serviços de limpeza” houve redução significativa com gastos de material de limpeza, a que se deve esse fato?
17. Quais os maiores dificultadores que você encontra na gestão desse plano?
18. Encontrou facilidades na gestão desse plano?
19. Quais mudanças você sugere para cada um desses planos quando da elaboração do novo PLS?
20. Há algum comentário que você queira fazer? Alguma pergunta que gostaria que eu tivesse feito?

## I - CARACTERIZAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )

Cargo: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

Tempo de serviço no Tribunal de Justiça do Estado do Pará: \_\_\_\_\_

## II – ENTREVISTA - Chefe de serviço de acompanhamento de contratos

Planos de ação:

| PLS/PJPA (2016/2020) |                               |
|----------------------|-------------------------------|
| Plano 9              | Gestão de serviços de limpeza |

1. Há quanto tempo está ocupando esta função?
2. Já ouviu falar do Plano de Logística Sustentável do TJ/PA?
3. Houve reuniões após a criação do PLS para se abordar a revisão das metas?
4. Nas fiscalizações destes contratos, quais maiores dificultadores você encontra?
5. A ação “sacos plásticos” de duas cores diferentes, um para orgânico e outro para recicláveis” foi implementada?
6. Analisando os valores dos gastos com material de limpeza em 2015 e 2016, há no Relatório de Desempenho de 2016, um salto de 67% de aumento no valor, a que se deve esse aumento?
7. Já em 2017 ocorreu uma queda de 54%, quais os possíveis motivos?
8. Em que consiste a repactuação nos contratos de limpeza?

9. Tem alguma sugestão para o novo PLS?  
 10. Algum comentário adicional?

## I - CARACTERIZAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )  
 Cargo: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_  
 Tempo de serviço no Tribunal de Justiça do Estado do Pará: \_\_\_\_\_

## II – ENTREVISTA - Coordenador da Coordenadoria Militar

Planos de ação:

| PLS/PJPA (2016/2020) |                                  |
|----------------------|----------------------------------|
| Plano 8              | Gestão de serviços de vigilância |

1. Há quanto tempo está ocupando esta função?
2. Você é membro da Comissão Permanente de Segurança institucional?
3. Atualmente todos os fóruns de todas as comarcas apresentam segurança armada?
4. O sistema de monitoramento próprio de alarme foi implementado em todas as comarcas?
5. De acordo com o PLS (2016/2020) o coordenador da coordenadoria militar é responsável pela Gestão dos Serviços de Vigilância, e o objetivo é que haja revisão e aprimoramento dos processos de contratações de serviços de segurança. O quantitativo de pessoas que trabalham com você nesta coordenadoria atualmente é suficiente pra atender esse objetivo?
6. De forma geral, como você vê a política de segurança do TJ/PA? Quais os maiores entraves?
7. Os projetos e ações de segurança definidos pela Comissão Permanente de Segurança institucional foram implantados em todas as comarcas? Se não, por quê?
8. Você poderia relatar sobre o projeto piloto instalado no fórum de Tomé-Açu?
9. Sobre os cursos de capacitação em segurança pessoal e patrimonial, você percebe alguma resistência por parte do corpo funcional?
10. Como se dá a divulgação desses cursos?
11. No processo de execução da ação: “reavaliar os mecanismos de segurança implantados nos prédios do TJ/PA”, quais os principais obstáculos encontrados?
12. Houve facilidades que você gostaria de comentar sobre o processo de execução? Quais?
13. No comparativo do valor do posto de vigilância do ano de 2017 para o ano 2018, houve redução, a que se deve esse fato?
14. Quais mudanças você sugere para a elaboração do novo PLS?

15. Há algum comentário que você queira fazer? Alguma pergunta que gostaria que eu tivesse feito?

## I - CARACTERIZAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )

Cargo: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

Tempo de serviço no Tribunal de Justiça do Estado do Pará: \_\_\_\_\_

## II – QUESTIONÁRIO - Secretária de Engenharia e Arquitetura

Planos de ação:

| PLS/PJPA (2016/2020) |                  |
|----------------------|------------------|
| Plano 12             | Gestão do Layout |

1. Há quanto tempo está ocupando esta função?
2. De acordo com o Plano nº 12 “Gestão do layout”, cujo objetivo é: definir e planejar estratégias para a adoção de critérios de sustentabilidade nas ações e atividades concernentes aos serviços de projetos e obras; conforme o Relatório de Desempenho das ações do PLS, divulgado em 2016, os gastos com reforma das unidades de trabalho (r\$/m²) em 2015 foi de R\$ 1,90 e em 2019, último relatório de desempenho divulgado, este valor foi para R\$0,76, a que se deve essa redução?
3. Existe projeto de captação de água de chuva implantados ou a serem implantados no TJ? Se não, quais os maiores dificultadores para o desenvolvimento deste projeto?
4. O projeto piloto sustentável de construção do prédio da Secretaria de Gestão de Pessoas foi efetuado? Se não ou se sim, quais os maiores desafios encontrados?
5. De que forma a ação: “padronização do ambiente de trabalho” contribui para critérios de sustentabilidade?
6. De modo geral, quais os maiores desafios você encontra na sua função, principalmente no que se refere à gestão do layout do TJ?
7. Descreva, resumidamente, quais as ações de manutenção preventiva, segurança, acessibilidade e demandas voltadas à melhoria da prestação jurisdicional foram tomadas no ano de 2019.
8. Você encontra facilidades nesta função? Quais?
9. Quais sugestões você poderia mencionar para a construção do no PLS?
10. Gostaria de fazer algum comentário adicional?

## I - CARACTERIZAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )  
 Cargo: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_  
 Tempo de serviço no Tribunal de Justiça do Estado do Pará: \_\_\_\_\_

## II – ENTREVISTA - Secretário de informática

Planos de ação:

| PLS/PJPA (2016/2020) |                                                             |
|----------------------|-------------------------------------------------------------|
| Plano 2              | Gestão da impressão de documentos e equipamentos instalados |
| Plano 7              | Gestão de serviços de telefonia                             |

1. Há quanto tempo está ocupando esta função?
2. A antiga ocupante desta função lhe passou alguma informação sobre o PLS especificamente?
3. No relatório de desempenho 2018, verifica-se que houve aumento de impressão de documentos totais por servidor na comparação com 2017. Na sua opinião, a que se deve esse aumento?
4. Neste mesmo relatório, verifica-se que se atingiu a meta de redução com aquisição de suprimentos de informática. Na sua opinião, a que se deve essa redução?
5. No processo de execução da ação “remanejar equipamentos subutilizados para destinação em novos setores”, essa prática é estendida para os setores antigos que precisam de equipamentos?
6. Quais os principais obstáculos você encontra ou encontrou para a redução de gastos com aquisição de suprimentos ou aquisição de impressoras?
7. Na sua opinião o monitoramento da impressão por meio de softwares de impressão, contribui para a redução de documentos impressos por servidor?
8. Existe algum sistema informatizado de controle de agendamento e deslocamento de veículos? Se não, qual o maior obstáculo para o desenvolvimento desta ferramenta?
9. Houve facilidades no processo de execução? Quais?
10. Quais mudanças você sugere para cada um desses planos para a elaboração do novo PLS?
11. Há algum comentário que você queira fazer? Alguma pergunta que gostaria que eu tivesse feito?

## I - CARACTERIZAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )  
 Cargo: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_  
 Tempo de serviço no Tribunal de Justiça do Estado do Pará: \_\_\_\_\_

## II – ENTREVISTA - Diretor do Departamento de Patrimônio e Serviços

**(PREJUDICADO)**

Planos de ação:

| <b>PLS/PJPA (2016/2020)</b> |                                                           |
|-----------------------------|-----------------------------------------------------------|
| Plano 1                     | <b>Gestão de uso sustentável dos materiais de consumo</b> |
| Plano 3                     | <b>Gestão de consumo e gasto com energia elétrica</b>     |
| Plano 4                     | <b>Gestão do consumo e gasto com água</b>                 |
| Plano 9                     | <b>Gestão de serviços de limpeza</b>                      |

1. Há quanto tempo está ocupando esta função?
2. Você participou diretamente do processo de elaboração do PLS/PJPA?
3. Pelo PLS o Diretor do Departamento de Patrimônios e Serviços está responsável pelos planos: Gestão de uso sustentável dos materiais de consumo; Gestão de consumo e gasto com energia elétrica; Gestão do consumo e gasto com água e Gestão de serviços de limpeza, essa diretiva ainda persiste até hoje?
4. É previsto um modelo de relatório gerencial de acompanhamento de consumo de energia elétrica por unidade consumidora, esse relatório faz algum comparativo entre unidades judiciais do mesmo porte, por exemplo?
5. No plano “Gestão do consumo e gasto com água” o volume de água consumido do ano de 2015 a 2017 assumiu uma escala crescente, já no ano de 2018 houve ligeira redução, você poderia comentar essa variação?
6. Quais maiores dificultadores você encontra na “Gestão do plano consumo e gasto com água” e “Gestão de consumo e gasto com energia elétrica”?
7. Você encontrou facilidades ou oportunidades no processo de execução de quaisquer das ações referentes aos planos que você está vinculado no PLS? Se sim, quais?
8. Quais mudanças você sugere para cada um desses planos quando da elaboração do novo PLS?
9. Há algum comentário que você queira fazer? Alguma pergunta que gostaria que eu tivesse feito?

**I - CARACTERIZAÇÃO**

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )

Cargo: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

Tempo de serviço no Tribunal de Justiça do Estado do Pará: \_\_\_\_\_

**II – ENTREVISTA - Gestora Núcleo Socioambiental**

Planos de ação:

| <b>PLS/PJPA (2016/2020)</b> |                                                                       |
|-----------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| Plano 5                     | <b>Gestão de resíduos sólidos</b>                                     |
| Plano 13                    | <b>Gestão da capacitação de servidores em educação socioambiental</b> |

1. Há quanto tempo está ocupando esta função?
2. De acordo com a Portaria nº 2451/2015 que criou o Núcleo Socioambiental, os membros seriam a coordenadora e mais quatro estagiários, essa configuração se concretizou?
3. Qual (is) plano(s) do PLS você está gerindo diretamente hoje?
4. Quantos servidores ou estagiários estão vinculados diretamente neste plano de ação?
5. No plano “Gestão da capacitação de servidores em educação socioambiental”, no item 13.7, cuja ação é: promover “semanas de descartes” para eliminar estoques paralelos; o que vem a ser estoques paralelos?
6. No plano “Gestão da capacitação de servidores em educação socioambiental”, no item 13.8, cuja ação é: disponibilizar cursos EAD sobre sustentabilidade. O relatório de desempenho 2016 informa que o curso “Sustentabilidade à Administração Pública” foi solicitado ao STJ e o PLS (2016/2020) informa que o curso foi disponibilizado. Qual curso está disponibilizado atualmente? Qual(is) a(s) forma(s) de divulgação para o corpo funcional?
7. No Plano “Gestão de resíduos sólidos”, há ação “expansão da coleta seletiva em todas as unidades do Poder Judiciário”. No final de 2016 a implantação da coleta seletiva ocorreu em 13 prédios dos 33 da capital. Como está a implantação hoje? Há previsão de expansão até o fim do ano? Qual o maior entrave pra essa expansão?
8. No Plano “Gestão de resíduos sólidos”, há ação “definir estratégias para o descarte ou doação dos objetos do crime”. Como está esta ação atualmente?
9. Sobre o Projeto Descarte Consciente, quais os maiores dificultadores encontrados?
10. No processo de execução de quaisquer das ações vinculadas ao Plano Gestão de Resíduos Sólidos e Gestão da Qualidade de Vida no Trabalho, quais os principais obstáculos encontrados?  
(As perguntas 11 e 12 são relativas aos planos 6 e 7, cuja coordenadora do núcleo socioambiental está corresponsável em dois subitens de ações).
11. No plano “Gestão da Qualidade de Vida no ambiente de trabalho”, no item 6.6, cuja ação é: incentivar práticas sustentáveis e colaborativas, reconhecendo e premiando unidades de melhor desempenho; esta ação foi atendida? Você lembra quais foram as ações sustentáveis mais recorrentes das unidades premiadas?
12. No plano “Gestão de serviços de telefonia”, no item 7.3, cuja ação é: estimular o uso do correio eletrônico e da ferramenta “Skype business” em substituição às ligações; A campanha realizada em 2016 foi repetida? Houve aumento considerável da utilização desta ferramenta pelos servidores?
13. Houve facilidades no processo de implantação e de execução? Quais?
14. Quais mudanças você sugere para cada um desses planos para a elaboração do novo PLS?

15. Há algum comentário que você queira fazer? Alguma pergunta que gostaria que eu tivesse feito?

## I - CARACTERIZAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )  
 Cargo: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_  
 Tempo de serviço no Tribunal de Justiça do Estado do Pará: \_\_\_\_\_

## II – ENTREVISTA - Chefe da Divisão de Transportes

Planos de ação:

| PLS/PJPA (2016/2020) |                                       |
|----------------------|---------------------------------------|
| Plano 10             | Gestão de consumo de combustíveis     |
| Plano 11             | Gestão do uso sustentável de veículos |

1. Há quanto tempo está ocupando esta função?
2. No PLS o chefe da Divisão de Transportes está vinculado à Gestão de consumo de combustíveis e Gestão do uso sustentável de veículos, ainda persiste essa diretiva?
3. Na sua opinião, o quantitativo de pessoas que trabalham com você nesta Divisão de Transportes é suficiente para atender a demanda de trabalho?
4. Nos relatórios de desempenho de 2015 a 2018 constata-se que não foi possível se atingir a meta de redução de 10% no consumo de combustíveis, na sua opinião a que se deve esse fato?
5. Você acredita que essa meta de 10% é alcançável?
6. No plano “Gestão do uso sustentável de veículos” existe a ação “implantar sistema informatizado de controle de agendamento e deslocamento de veículos”, como está esse projeto atualmente?
7. Quais são as maiores dificuldades que você encontra no seu cotidiano laboral?
8. Você encontra facilidades?
9. Existem reuniões com a comissão do PLS pra tratamento das ações contidas no PLS?
10. O relatório de desempenho de 2019 para o Plano Gestão do Uso sustentável de veículos, apresentou redução de veículos para transporte de servidores. A que se deve essa redução?
11. O projeto "Transporte Itinerante" ainda está em vigência na comarca de Belém?
12. O sistema de controle de agendamento e deslocamento de veículos foi implantado? Se sim, você possui alguma crítica a ele?
13. Já foi realizada a ação de padronização da frota de acordo com as especificidades de cada região (comarcas do interior)?
14. Quais mudanças você sugere para a elaboração do novo PLS?
15. Há algum comentário que você queira fazer? Alguma pergunta que gostaria que eu tivesse feito?



## I - CARACTERIZAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )

Cargo: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

Tempo de serviço no Tribunal de Justiça do Estado do Pará: \_\_\_\_\_

## II – ENTREVISTA - Coordenador da coordenadoria de Saúde e Qualidade de Vida

Planos de ação:

| PLS/PJPA (2016/2020) |                                                     |
|----------------------|-----------------------------------------------------|
| Plano 6              | Gestão da qualidade de vida no ambiente de trabalho |

1. Há quanto tempo está ocupando esta função?
2. De acordo com o previsto no PLS você está a frente do plano Gestão da qualidade de vida no ambiente de trabalho e corresponsável pelo plano Gestão da capacitação de servidores em educação ambiental, essa diretiva ainda persiste até hoje?
3. Sabe informar se ainda existe a função Coordenador da Coordenadoria de Treinamento e formação de servidores?
4. No relatório de desempenho de 2017 as “Ações de inclusão para servidores com deficiência” e a participação de “Servidores em ações solidárias” tiveram um aumento se comparado com 2016, porém essas ações foram reduzidas para no ano de 2018, a que se deve esse fato?
5. Os relatórios de desempenho (ano 2016, 2017 e 2018) apresentam vários projetos oriundos da “Gestão da qualidade de vida no ambiente de trabalho”, nessas ações vinculadas ao PLS quais os maiores e mais comuns dificultadores no geral?
6. Você encontrou facilidades na implantação dos projetos?
7. Quais mudanças você sugere para cada um desses planos para a elaboração do novo PLS?
8. Há algum comentário que você queira fazer? Alguma pergunta que gostaria que eu tivesse feito?

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a),

O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: **“Desenvolvimento sustentável como política pública do poder judiciário: o Plano de Logística Sustentável (2016-2020) do Tribunal de Justiça do Estado do Pará”**, desenvolvida pela pesquisadora KELLY REGINA LIMA DE LIMA, discente do curso de Mestrado profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. RITA DE CÁSSIA DE FARIA PEREIRA.

O presente estudo tem como objetivo geral: compreender o processo de implantação do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (2016-2020) e como objetivos específicos: identificar como ocorreu difusão da pauta sustentabilidade no Poder Judiciário; compreender o funcionamento do plano de logística sustentável do TJ/PA; analisar os projetos e ações relacionadas ao PLS implantadas pelo TJ/PA a partir de 2016, identificando os desafios encontrados pelos gestores e, por fim, apresentar os resultados alcançados por meio das práticas ambientalmente, socialmente e economicamente sustentáveis.

Justifica-se o presente estudo por ser tema recente no Poder Judiciário a criação do núcleo socioambiental e do plano de logística sustentável como instrumento vinculado ao planejamento estratégico.

O presente estudo não oferece riscos previsíveis para sua saúde, no entanto, poderá ocorrer algum desconforto psicológico, para que isso não venha a ocorrer será escolhido um local privado, sem a presença de pessoas alheias ao estudo. No decorrer da pesquisa serão obedecidos todos os critérios éticos em pesquisa com seres humanos, conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Esclarece-se que será mantido o sigilo de suas informações individuais e de sua identidade e que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Estima-se que o tempo máximo de duração dessa entrevista será de 30 (trinta) minutos. Sua participação colaborará para a compreensão e melhoria da gestão ambiental no Tribunal de Justiça do Estado do Pará e também para construção do novo Plano de Logística Sustentável (2021-2025).

Coloco-me à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários em qualquer etapa da pesquisa.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que fui devidamente esclarecido(a) quanto ao objetivo, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa, e dou o meu consentimento para dela participar e para a publicação dos resultados. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento, assinada por mim e pela pesquisadora responsável, como trata-se de um documento em duas páginas, a primeira deverá ser rubricada tanto pela pesquisadora responsável quanto por mim.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Kelly Regina Lima de Lima  
Pesquisadora Responsável